



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Helena Alves Rossi

**O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas  
décadas de 20 e 30 do século XX**

Rio de Janeiro

2021

Helena Alves Rossi

**O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R832 Rossi, Helena Alves.  
O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas  
décadas de 20 e 30 do século XX / Helena Alves Rossi. – 2021.  
116 f.

Orientador: Oswaldo Munteal Filho.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Surdos – Educação – História – Teses. 2. Surdas– Teses. 3. Eugenia –  
Teses. I. Munteal Filho, Oswaldo, 1964- . II. Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 376.33(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Helena Alves Rossi

**O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 21 de maio de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Paula Nascimento Araújo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eloiza da Silva Gomes de Oliveira  
Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias - UERJ

Rio de Janeiro

2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que tornaram possível a realização desta pesquisa ao longo dos dois anos de mestrado.

Agradeço aos meus pais, que sempre valorizaram a educação dos filhos e apoiaram os nossos sonhos e escolhas profissionais. Eu não chegaria até aqui sem todo esse amor!

Agradeço aos meus irmãos e à minha cunhada, que é uma irmã, pelo apoio emocional e pelos valorosos conselhos. Agradeço ao meu sobrinho por todo carinho e afeto que sempre me fortalece. Ao meu avô por ficar feliz com a felicidade e conquista dos netos e por ter me dito desde pequena que a mulher pode ser o que ela quiser.

Agradeço ao meu companheiro, Rafael, por estar sempre ao meu lado me apoiando e se alegrando com cada conquista.

Agradeço aos meus amigos por todo amor com que me envolvem e por toda força que me dão quando mais preciso.

Um agradecimento especial à Pérola e à Lídia, que sempre me incentivaram a continuar estudando e que permitiram ser possível que eu trabalhasse e assistisse às aulas do mestrado.

Agradeço aos professores que passaram por minha vida até hoje. Com vocês, aprendi muito mais do que os conteúdos das disciplinas e uma profissão. Vocês fizeram parte da minha formação enquanto ser humano.

Agradeço às membras da banca: à Professora Dra. Eloisa Oliveira, por ter aceitado contribuir com a minha pesquisa e pelo afeto e trocas e intelectuais; e à Professora Dra. Maria Paula Araújo, pelos anos de trocas intelectuais, pelo afeto e por ter aceitado caminhar comigo novamente.

Agradeço ao meu orientador e amigo, Professor Dr. Oswaldo Munteal, que, ao longo desses dois anos de trabalho, não só me ajudou a caminhar profissionalmente, mas também me ofereceu apoio e afeto e auxiliou na minha formação enquanto pessoa.

“Sonho que se sonha só

É só um sonho que se sonha só

Mas sonho que se sonha junto é realidade”

(Raul Seixas)

No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da História.

*Michelle Perrot*

## RESUMO

ROSSI, Helena Alves. *O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX*. 2021. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

A presente dissertação versará sobre o pensamento higienista e eugênico no Brasil e sobre quais foram os possíveis impactos na Educação de Surdos, principalmente na educação das meninas surdas no Instituto Nacional de Educação de Surdos nas décadas de 20 e 30 do século XX. O objetivo da pesquisa será analisar o pensamento higienista e eugênico sobre os corpos considerados desviantes e seus desdobramentos, com enfoque nos corpos femininos e com surdez, e qual foi o impacto desse pensamento na educação formal das mulheres surdas.

Palavras-chave: Higienismo. Eugenia. Educação de Surdos. Mulheres.

## ABSTRACT

ROSSI, Helena Alves. *Hygienist and eugenic thinking in the education of deaf seedlings in the 20s and 30s of the 20th century*. 2021. 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

The present master's research, still in progress, Will deal with hygienist and eugenic thinking in Brazil and what were the possible impact son Deaf Education, mainly in the education of deaf girls at the National Institute of Deaf Education in the 20's and 30's 20th century. The aim of the research Will be to analyze the hygienist and eugenic thinking about the bodies considered deviant and their consequences, focusing on female bodies and with deafness and what was the impact of this thinking on the formal education of deaf women.

Keywords: Hygienism. Eugenics. Deaf Education. Women.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1. <b>A INVENÇÃO DA RAÇA</b> .....	13
1.1. <b>O conceito de raça</b> .....	14
1.2. <b>A política da raça</b> .....	19
1.3. <b>A raça que se mede</b> .....	21
1.4. <b>O racismo no Brasil Imperial e no alvorecer do século XX</b> .....	29
1.5. <b>Uma raça surda?</b> .....	34
2. <b>OS INDESEJÁVEIS: HIGIENISMO E EUGENIA COMO POLÍTICA DE ESTADO</b> .....	43
2.1. <b>Higienismo</b> .....	50
2.2. <b>Eugenia</b> .....	54
2.3. <b>Higienismo e eugenia no Brasil: a construção de uma nação</b> .....	57
2.3.1. Higienismo no Brasil.....	58
2.3.2. Educação de surdos no Brasil do higienismo .....	63
2.3.3. Eugenia no Brasil .....	74
2.3.4. <i>Boletim de Eugenia</i> e educação eugênica: divulgação científica, propaganda e construção da hegemonia .....	77
3. <b>SER SURDA E SER MULHER</b> .....	81
3.1. <b>O controle dos corpos femininos pelo higienismo e eugenia</b> .....	87
3.2. <b>Educação feminina no Brasil</b> .....	93
3.2.1. A luta das mulheres por direito à educação de qualidade.....	95
<b>CONCLUSÃO</b> .....	107
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110

## INTRODUÇÃO

A história das mulheres tem assistido à sua ampliação enquanto tema de interesse, e cada vez mais pesquisas são realizadas retirando esse grupo social do apagamento ou da reconstrução de suas ações no mundo a partir do projeto de hegemonia do poder masculino, que minimiza a participação feminina nos acontecimentos e processos históricos. Ao se pesquisar a trajetória das mulheres deficientes, percebe-se que o impacto do patriarcado é ainda mais forte, pois, além de serem do sexo feminino, elas tiveram sua existência transformada pelo higienismo e pela eugenia como “degenerada” e, portanto, deveriam ter seus corpos normalizados ou eliminados.

Dessa forma, esta dissertação, ao escolher como tema o pensamento higienista e eugênico no Brasil e quais foram seus possíveis impactos na Educação de Surdos, principalmente na educação das meninas surdas no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos<sup>1</sup> nas décadas de 20 e 30 do século XX, se insere no esforço de trazer luz às mulheres enquanto sujeitos históricos através da análise histórica do processo político empreendido pela classe dominante que surgiu com o desenvolvimento do capitalismo industrial e do papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos dessa classe representados por aqueles que construíram e difundiram o racismo científico, o higienismo e a eugenia.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, que constroem o caminho histórico do desenvolvimento da ideologia do higienismo e da eugenia e como essa ideologia gerou a exclusão das meninas surdas do processo de educação formal ofertado pelo Estado brasileiro por um período de quase 50 anos. Assim, o questionamento que guia a pesquisa é o de que maneira as produções intelectuais dos pensadores do higienismo e da eugenia influenciaram as políticas e as decisões do governo voltadas para os grupos sociais que já se encontravam em situação de desigualdade e subalternidade, como negros, pobres, deficientes e mulheres, principalmente as mulheres com surdez.

O primeiro capítulo versa sobre o debate intelectual acerca da invenção do conceito de raça e a relação desse conceito com o contexto econômico e social, assim como os propósitos

---

<sup>1</sup>O Instituto, ao longo de sua existência, teve diversos nomes. São os seguintes períodos e denominações: 1856-1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1857-1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1858-1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1865-1866 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os sexos; 1866-1871 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1871-1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos; 1874-1877 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1877-1890 – Instituto dos Surdos-Mudos; 1890-1957 – Instituto Nacional de Surdos-Mudos; e 1957-atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos. (ROCHA, 2008).

de seu uso ao longo dos séculos XIX e XX para compor narrativas e discursos políticos sobre a origem dos homens e da supremacia de uns povos sobre outros. Para isso, parte-se do pressuposto de que aqueles que forjaram o conceito de raça e participaram da construção do racismo científico não eram neutros, mas, sim, intelectuais orgânicos que desenvolveram, através de suas teorias e obras, um consenso acerca da superioridade de uma raça sobre a outra e a conseqüente dominação dos povos europeus sobre os demais, enquanto o capitalismo industrial criava as condições para a expansão imperialista na África e na Ásia.

Então, é analisado o processo histórico em que o conceito de raça é utilizado como uma ferramenta política; também nos debruçamos sobre a investigação de que forma as teorias científicas surgidas no século XIX serviram de base de sustentação do pensamento de que o mundo se dividia entre superiores e inferiores, entre puros e degenerados e de que era possível alcançar a melhoria da raça. Dessa forma, ao se postular que a raça é um discurso e uma invenção humana, são analisadas as narrativas de alguns importantes intelectuais que construíram o racismo científico ou que embasaram as teorias higienistas e eugenistas de fins do século XIX e início do século XX, assim como a atuação da imprensa na difusão daquelas ideologias.

Partindo do pressuposto de que o Brasil não ficou indiferente às teorias científicas que surgiam na Europa, mas que, simultaneamente, tinha suas especificidades de um território outrora colônia de Portugal e pautado na estrutura escravagista, são analisados o contexto econômico e social brasileiro e as razões da classe dominante local ao adotar o racismo científico.

Ao final do capítulo, busca-se compreender o impacto dessas teorias que biologizavam a vida para as pessoas com surdez a partir da defesa de alguns intelectuais de que havia o risco do surgimento de uma raça surda. A serviço da construção de uma sociedade moderna, civilizada, disciplinada e voltada para o capitalismo industrial, os especialistas da surdez pensaram as formas de controle desses corpos “desviantes”, definiram as estratégias para tornar menos “anormais” os surdos que já existiam e, o mais importante para os higienistas e eugenistas, estabeleceram as estratégias para evitar que houvesse mais pessoas surdas, ou seja, um processo de controle dos corpos indesejáveis através da ciência.

No segundo capítulo, aprofunda-se a análise dos conceitos e dos pensamentos higienistas e eugenistas desenvolvidos pelos intelectuais brasileiros e estrangeiros, buscando compreender a relação entre eles, uma vez que não ocorria uma mera transposição do pensamento estrangeiro às questões da sociedade brasileira, mas, sim, uma apropriação das

ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos; aqui, os pensadores brasileiros reelaboravam-nas a partir das questões nacionais.

Portanto, como forma de compreender a construção e o desenvolvimento de uma sociedade higienizada e as consequências para as mulheres – especificamente as mulheres surdas –, são analisadas as estratégias, normas e pressupostos desenvolvidos e defendidos pelo poder médico, sua relação com o contexto econômico e a influência nas políticas implementadas pelo Estado. A teoria médica-higienista tinha por objetivo proporcionar o progresso e o processo civilizador através da eliminação de doenças físicas e morais. Essa teoria, que controlava os corpos, buscava ordenar e racionalizar o espaço urbano. Ela refletia os ideais modernos de ciência, ordem e progresso ao mesmo tempo em que adequava a sociedade para o capitalismo industrial que se desenvolvia.

Importante difusora do pensamento higienista e eugênico, a educação de fins do século XIX e início do XX, principalmente a Educação de Surdos, é um dos focos de análise principais do segundo capítulo. Com a intervenção dos médicos-higienistas, a educação desloca-se do âmbito familiar e religioso para o controle dos médicos e do Estado, que passam a disciplinar e fiscalizar o comportamento dos alunos dentro e fora das escolas para adequá-los à nova ordem e com a necessidade de se higienizar os espaços urbanos. Surgiu a Pedagogia da Higiene, que defendia que a educação era instrumento de grandeza e felicidade dos homens e que ela seria responsável por eliminar os males da nação.

O movimento higienista empreendeu esforços e estudou a surdez a fim de entender por que ela acontecia e qual a forma de evitá-la ou “consertá-la”. Buscava-se, com isso, o aprimoramento da raça humana biologicamente e socialmente. Era necessário regenerar moral e intelectualmente esses indivíduos tornando-os úteis à sociedade brasileira, e a educação de surdos surgiu como forma de adequar os sujeitos surdos. Assim, a educação de deficientes auditivos, no Brasil e em outros países, foi bastante marcada pela teoria médica higienista. Portanto, analisa-se a produção de intelectuais que pensaram a Educação de Surdos para compreender a influência do pensamento higienista e eugenista na construção das estratégias educacionais para as pessoas surdas, com destaque para as meninas surdas.

No terceiro capítulo, é analisado o processo de controle dos corpos femininos empreendido pelo projeto do higienismo e da eugenia. A partir da compreensão de que as mulheres já sofriam os impactos do patriarcado, será analisada a relação do pensamento hegemônico patriarcal com a construção da hegemonia para erigir uma sociedade higienizada com enfoque no impacto desses pensamentos na educação feminina e na educação das meninas surdas.

Assim, analisa-se o controle dos corpos femininos empreendidos pelo higienismo e pela eugenia através do controle de sua sexualidade. A regulação das relações sexuais era importante para evitar a proliferação de doenças e de descendentes degenerados que impossibilitariam a raça brasileira de se fortalecer e alcançar os padrões do mundo civilizado. No entanto, nascer mulher surda tornava esse controle ainda maior, pois, além de precisar se adequar ao que se espera do sexo feminino, ela carregava o estigma da deficiência e, portanto, da anormalidade e degeneração. Por isso, busca-se compreender o que significou ser uma mulher surda no período em que o higienismo foi o pensamento hegemônico no Brasil.

Por medo de uma raça surda e por não haver, no mercado de trabalho, espaço para essas mulheres com surdez, elas foram excluídas do acesso à educação voltada para as pessoas surdas, e sua história foi marcada pela falta e pelo silêncio ainda mais profundo do que aquele já existente na história feminina. Contudo, por compreender que a história das mulheres é também a história de suas lutas por direitos, através da análise da educação feminina e da demanda social pela educação das mulheres surdas no Brasil no início do século XX, tentar-se-á dirimir o apagamento dessas meninas e mulheres através desta dissertação, que busca compreendê-las como sujeitas de suas histórias.

## 1. A INVENÇÃO DA RAÇA

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência no mundo real, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas.

*Lilia Schwarcz*

O início do século XX foi marcado por movimentos políticos e intelectuais de higienismo e eugenia. Para compreendê-los, é importante que se reconstrua um longo processo anterior que culminou na biologização do conceito de “raça”, hierarquizando seres humanos através de suas características físicas, fazendo-se necessário o controle disciplinar dos corpos entendidos como “desviantes”. Neste capítulo, buscar-se-á reconstruir os debates intelectuais acerca do tema e de que forma o conceito de raça se relacionava com as questões econômicas e sociais do período.

Os conceitos desenvolvem-se dentro de uma determinada realidade histórica, mas também servem aos Estados, às nações, para justificar e/ou estabelecer relações de poder entre os povos. Parte-se, então, do pressuposto de que o agir dos intelectuais que serão mencionados e analisados não é um fim em si mesmo ou o desenvolvimento de determinadas teorias científicas como algo natural, mas, sim, como construções humanas, com a subjetividade que elas contêm. Tais ações foram usadas em maior ou menor grau pelas políticas de Estado e precisaram fazer uso de estratégias para envolver a sociedade e disputar os projetos políticos e econômicos para a construção ou manutenção de uma hegemonia. Busca-se, também, evitar juízos de valor e anacronismos, partindo de uma postura crítica e compreensiva dos processos históricos analisados, assim como dos pensamentos intelectuais e dos sujeitos históricos aqui escolhidos.

Os pensadores do racismo, do higienismo e da eugenia desempenharam a função de intelectuais orgânicos da classe dominante de seus períodos históricos. Responsáveis por elaborar a ideologia a ser difundida, a criar um consenso e a tornar a visão de mundo daqueles

que dominam uma visão hegemônica para atender aos interesses políticos e econômicos para, com sucesso, fomentar a dominação de outros povos, da classe trabalhadora e das mulheres através da construção de uma supremacia branca e masculina. Apesar de cumprir o mesmo objetivo, a hierarquia entre seres humanos não foi sustentada através das mesmas premissas, pois séculos distintos tinham demandas específicas, imprimindo algumas diferenças na construção das ideias postuladas pelos intelectuais. Ao longo desta pesquisa, portanto, será revisitado e compreendido esse processo de construção de uma sociedade “higienizada”. Para compreender esse processo de higienização, será realizada uma breve reconstrução da invenção do conceito de raça. Tendo afetado as vidas humanas, esse conceito será analisado dentro de seus contextos, assim como os propósitos de seu uso ao longo dos séculos para compor narrativas e discursos políticos acerca da origem dos homens. “Com desvios maiores ou menores, muitos ou poucos dos significados primitivos, os conceitos podem continuar a ser utilizados e reutilizados. Embora tais variações possam ser marginais ou profundas, a reciclagem linguística assegura, ao menos, um grau mínimo de continuidade [...]” (KOSELLECK, p. 101, 2006). E são esses usos e reutilizações do conceito “raça” que serão vistos neste capítulo para compreender o processo histórico desse conceito que foi, ao longo do tempo, um conceito político inventado pelos homens.

### 1.1. O conceito de raça

Até o século XVII, as diferenças entre os seres humanos eram explicadas, pelos europeus, por meio dos mitos de origem e das diversas linhagens. Essas narrativas sobre a origem dos povos eram uma maneira de se buscar uma genealogia célebre e de exprimir hierarquia entre eles. A busca pela origem seria a necessidade humana de contar a sua história. Como afirma Léon Poliakov (1971, p.3),

Não há cultura, por mais arcaica que seja[,] que não tenha construído uma “antropologia espontânea” [...]. o mito genealógico é, pois[,] a primeira forma da reflexão histórica, e neste sentido, ao menos, não há “sociedades sem história”; ao contrário, a história humana deve ter começado com a hominização.

Na Espanha, o mito de origem estabelecia hierarquias para o que seria chamado, depois, de “raça”: acreditava-se que a origem espanhola seria o povo Visigodo, e os nativos da Península Ibérica (conquistados pelos visigodos) seriam inferiores (POLIAKOV, 1971,

p.3). Essa narrativa sofreu alterações após o período da Reconquista, quando a construção genealógica passou a considerar, principalmente, o aspecto religioso para estipular as hierarquias de poder e legitimidade. Como forma de apagar um passado mulçumano ou judeu-mulçumano, os descendentes desses povos foram considerados infames, impuros, partindo-se de estatutos de “pureza de sangue”. Os Velhos Cristãos teriam o sangue puro e seriam os ibéricos legítimos, contrapondo-se aos Cristãos Novos, convertidos, de sangue impuro. Naquele momento, surge um racismo com base na hereditariedade sanguínea somado a um fator religioso que postulava que ter negado Cristo no passado corrompeu biologicamente os cristãos novos (POLIAKOV, 1971, p. 5), e esse pensamento tem raiz no mito gótico pelo qual, para ser considerado da nobreza, era necessário que se tivesse uma descendência visigoda.

Nos termos de uma teologia elaborada por teólogos espanhóis, a falsa crença dos mouros e dos judeus tinha maculado outrora seu sangue, e esta mácula, ou “nota”, tinha sido transmitido hereditariamente até seus remotos descendentes, relegados na casta quase intocável dos Cristãos Novos ou conversos. Assim, desprezando o dogma da virtude regeneradora do batismo, um racismo institucionalizado se manifestava, pela primeira vez, na história europeia. (POLIAKOV, 1971, p. 5).

Assim como a Espanha, vários países europeus elaboraram seus mitos de origem e, ao reconstruir seu passado e suas linhagens, colocaram-se como descendentes dos godos como um sinônimo de germanismo. Um desses países foi a atual França, que construiu a explicação hierárquica de que sua raiz germânica era superior à sua raiz latina, dando um caráter de raça e de classe, pois a origem germânica indicaria a nobreza (POLIAKOV, 1971).

A Alemanha apresenta uma característica peculiar: a ausência de origem definida, gerando uma identidade imprecisa. Essa identidade alemã foi construída, em comparação com outros povos europeus, de maneira tardia, e pautou-se na busca pela pureza da língua. A narrativa construída utilizou o suposto argumento bíblico de que a língua falada por Adão e Eva era a língua alemã, e, portanto, o alemão seria a língua original. No século XVIII, a busca por essa pureza linguística iniciou a defesa de que se deveria retirar, da língua alemã, todas as influências linguísticas estrangeiras. Alemão puro era aquele que vivia em territórios germânicos e falava a língua alemã bíblica (POLIAKOV, 1971, p. 66-67, 72).

Nesse mesmo período, estudos e teorias baseados na anatomia iniciaram o debate que questionava a origem dos homens. Havia os que defendiam haver apenas uma espécie e os que defendiam que era possível classificar de forma hierárquica a humanidade, dividida entre brancos, negros e asiáticos. Como exemplo dessas teorias, tem-se a do filósofo, matemático e astrônomo Pierre-Louis de Maupertuis (1698-1759), que alegava, ao ver pessoas albinas entre

os negros, existir o “gene branco”, que seria a cor original dos homens e, também, a cor de quem ocupa o melhor lugar na hierarquia (POLIAKOV, 1971, p. 138-139).

Dentre os iluministas franceses, o debate era entre os intelectuais que defendiam a existência de um homem universal e a igualdade entre pessoas de cores diferentes e aqueles que concordavam que existia uma superioridade natural do homem branco. Guiados pela ideia de progresso, eles acabaram desenvolvendo a hierarquização, que colocava o homem europeu como superior aos demais, ficando os povos africanos na posição inferior. Ao estudarem outros povos na tentativa de compreender a humanidade, os iluministas concluíram que, enquanto o europeu era “civilizado”, os demais encontravam-se ainda presos às necessidades naturais, ou seja, eram “selvagens”. Partindo de um olhar eurocêntrico, o Iluminismo colocou outros povos no lugar do exótico e outras culturas como sendo inferiores. O modelo a ser seguido, o referencial utilizado para se observar o mundo, era a Europa.

Os brancos europeus são os mais desenvolvidos, livres; em contrapartida, os demais povos são guiados pelas necessidades naturais e não conhecem a liberdade; os povos estudados pelos filósofos das luzes se encontravam estagnados, não se desenvolveram, não viviam em sociedade, logo, eram inferiores. Em outras palavras, classificaram e hierarquizaram os povos colocando-os entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”; “civilizados” e “selvagens”; povos que detêm cultura “superior” e “inferior”. (GÓES, 2018, p. 28).

Jean-Jacques Rousseau, na sua busca por determinar a origem da desigualdade entre os homens, também partiu desse olhar europeu, mesmo não tendo afirmado uma superioridade branca; o filósofo tratava os povos africanos e originais das Américas como se fossem “bons selvagens”, pois considerava negativo o processo de civilização. Para ele, foi ao se civilizar que o homem se afastou da igualdade. O homem europeu, por ser, supostamente, o mais civilizado, também seria o mais distante do estado original da humanidade. Já os negros e americanos estariam mais próximos do estado de natureza e, portanto, da igualdade entre os homens.

Ao construir o estado natural dos homens, Rousseau (1753) postula que o impulso mais original e, portanto, mais selvagem, é o da compaixão, sentimento que alega estar presente em todos os animais, que evita que se faça mal gratuitamente a outrem. Atacar outro animal, na natureza, só é legítimo e possível em caso de fome extrema ou de autodefesa. Não maltratar e não ser maltratado não se apoia na razão e, sim, nos sentidos, logo o processo de civilização, que é racional, afastou os homens desse impulso e da igualdade. Então ele afirma:

Eis[,] sem dúvida, as razões por que os negros e os selvagens fazem tão pouco caso dos animais ferozes que podem encontrar nas selvas. Os caribás, da Venezuela, vivem, entre outros, a esse respeito, na mais profunda segurança e sem o menor

inconveniente. Embora quase nus, diz François Corrial, não deixam de se expor ousadamente nos bosques, armados somente de flecha e arco; mas, nunca se ouviu dizer que algum deles fosse devorado pelas feras (ROUSSEAU, 1753, p. 15)

Ao tentar estabelecer em que ponto a igualdade se perdeu, o autor realiza observações e reflexões sobre a natureza, sobre os aspectos físicos e morais dos seres humanos e sobre como ocorreu a transmissão de nossas características pelos nossos ancestrais.

Acostumados desde a infância às intempéries do ar e ao rigor das estações, exercitadas no trabalho e forçados a defender nus e sem armas a sua vida e a sua presa contra os outros animais ferozes, ou a escapar da sua perseguição, os homens adquirem um temperamento robusto e quase inalterável: **os filhos, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais** e fortificando-a com os mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo vigor de que a espécie humana é capaz. **A natureza faz** precisamente com eles o que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: **torna fortes e robustos os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros[...]** (ROUSSEAU, 1753, p. 15, grifos nossos).

Nessa passagem, o autor demonstra que, quando o ser humano se encontrava em seu estado de natureza, a necessidade de viver e sobreviver desenvolveu, nos corpos, o necessário para se sobrepôr aos outros animais. Assim, traz-nos não somente a hereditariedade das características físicas, mas, ainda no século XVIII, levanta a hipótese de que há, na natureza, a seleção daqueles que são mais fortes – uma ideia que seria desenvolvida e muito difundida quase cem anos depois.

No entanto, diferentemente do que foi construído com as teorias da linhagem e a posterior criação da ideia de raça, para Rousseau, a origem da desigualdade da humanidade não estava na cor da pele, nos olhos ou no local de nascença. Se a desigualdade se instalou entre os homens, para ele, isso se deve à criação da sociedade civil, ou seja, ao elemento gerador dessa sociedade: a propriedade privada.

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: “Isto é meu”, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor, estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!” (ROUSSEAU, 1753, p. 30).

Assim, o mundo viu surgir as diversas sociedades mais ou menos “civilizadas”, mais ou menos desiguais, em que, para Rousseau(1775, diferente do pensamento hegemônico de seu tempo, não havia uma superioridade branca. Pelo contrário, eram os brancos os mais distantes de uma humanidade guiada pela compaixão.

A origem única dos homens, chamada de monogenismo, afirmada pelo cristianismo (Adão e Eva) e por alguns iluministas, sustentava-se cada vez menos, porque era incapaz de

explicar as diferenças físicas e culturais entre os europeus e os povos encontrados durante séculos de expansão e de relações comerciais. Surgiram, então, teorias poligenistas que afirmavam origens distintas e hierárquicas entre os homens. Essas teorias surgiram na Inglaterra; apesar de negarem a origem única, defendiam que a miscigenação não era uma prática positiva, pois seriam relações com inferiores.

O poligenismo perdurou até o surgimento e aceitação da comunidade científica de uma nova teoria: a da evolução das espécies. Com as teorias de Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin, os homens passaram a ser colocados como aparentados com outros homens e com outros animais, e postulou-se a superioridade de algumas raças animais sobre outras.

No lamarckismo, as raças aperfeiçoar-se-iam devido a hábitos constantes que desenvolveriam suas faculdades físicas, gerando uma relação de dominação entre as mais e as menos aperfeiçoadas. Já o darwinismo, ao trazer a ideia da luta pela sobrevivência e da hereditariedade através dos processos de adaptação, serviu de base para as teorias racistas e eugênicas que defendiam a superioridade da raça europeia e/ou ariana. Essas teorias serão melhor desenvolvidas no próximo capítulo, onde será abordado o pensamento higienista e eugênico.

Portanto, as teorias acerca das linhagens e dos mitos de origem serviram não somente à busca humana e filosófica por saber de onde se vem, mas a projetos de poder intra e extraterritoriais. Foi com tais discursos que se estabeleceu e se reafirmou a hierarquia entre os homens, seja dos europeus acima de outros povos, seja de uma classe acima da outra. Como expressão desses projetos de poder e relações hierárquicas, sustentados pelas teorias antes citadas, tem-se a conquista do “Novo Mundo” e dos “povos selvagens” e a visão de superioridade do europeu em relação aos povos africanos.

Ao se postular a origem dos africanos argumentando que eram menos civilizados que os brancos, que não seriam o gene original ou até mesmo através de passagens da Bíblia, justificou-se a escravização de homens e mulheres oriundos da África. A explicação bíblica para tornar a escravidão como algo natural e aceitável chamou-se “Maldição de Cam”<sup>2</sup> e perdurou, como argumento, até o século XIX.

A partir do século XIX, a palavra “raça” não mais representou linhagens e passou a significar qualidades físicas inerentes (BANTON, 1977). Naquela época, surgiu a ideia de

---

<sup>2</sup>Na Bíblia, consta que Noé teve três filhos: Sem, Cam e Jafet. Por conta de uma embriaguez, Noé estava nu. Cam, ao invés de ajudar seu pai, foi contar aos seus irmãos, que pegaram uma capa e, sem olhar a nudez do pai, o cobriram e levaram para casa. Ao se recuperar do ocorrido e saber o que Cam fez, Noé amaldiçoou um dos filhos de Cam: Canaã, que foi condenado a virar escravo (Bíblia Sagrada Católica). Essa maldição recai, então, sobre seus descendentes. Foi construído, pelos europeus, que Sem originou os semitas (judeus), Jafet originou os europeus e Cam originou os africanos/negros, sendo estes, portanto, amaldiçoados.

tipos biológicos que definiam o psicológico e a hierarquia entre as raças: os brancos ocupariam o topo dessa hierarquia, e os negros, a base. Segundo Michael Banton (1977, p. 30), “O novo uso da palavra ‘raça’ fazia dela uma categoria física [...]. Havia um processo social, que poderia ser denominado de racialização, pelo qual se desenvolveu um modo de categorização [...]”.

Os intelectuais orgânicos que desenvolveram uma concepção de “mundo racializado” desenvolveram, através de suas teorias e obras, um consenso acerca da superioridade de uma raça sobre a outra e a conseqüente dominação dos povos europeus sobre os demais, enquanto o capitalismo industrial criava as condições para a expansão imperialista na África e na Ásia. Intelectuais orgânicos que foram, suas ideias serviram à classe dominante para que esta empreendesse seus objetivos entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Assim, foi constituída, através da ideologia da raça, a supremacia dos brancos; e, em conjunto com a raça, atrelou-se a hierarquia do sexo masculino sobre o feminino, através da ideologia do patriarcado. Dessa forma, ficou estabelecido que a dominação política e econômica seria sistematicamente dos homens brancos. A invenção da raça é, portanto, uma ferramenta política.

## 1.2. A política da raça

A raça, apesar de sua roupagem biológica, metrificável e “cientificamente” capaz de classificar seres humanos em superiores ou inferiores mediante as características físicas, trata-se, na realidade, de um discurso, uma invenção humana, uma ideologia, uma arma política. Em outras palavras,

Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo. (ARENDETT, 1976, p. 189).

Essa conceituação foi útil aos objetivos políticos dos europeus no século XIX, pois, para o colonialismo, era importante a definição de que o homem branco fazia parte de uma raça mais desenvolvida que as demais. Assim, justificava-se, também, a superioridade de umas nações sobre as outras com a percepção de tipos físicos: cada tipo representava uma (ou algumas) nação(ões) que, por conta disso, definiam sua posição na hierarquia. “As filosofias

raciais estavam muito espalhadas, mas faltava-lhes uma explicação satisfatória para a superioridade de umas nações sobre as outras.” (BANTON, 1977, p. 37).

O conceito de raça, apesar de ter surgido no seio dos nacionalismos, substituiu o conceito de nação e funcionou como estrutura política. Esse conceito “permitiu aos europeus a criação de outros povos como selvagens” (ARENDDT, 1976, p. 214), ao mesmo tempo que criava a raça branca (europeia ou ariana), que extrapolava um território. Colocava aos outros povos a alcunha de “inferiores” e, assim, justificava os massacres realizados contra os conquistados. Portanto, a ideia de raça, apesar de ser anterior ao imperialismo, serviu de sustentação argumentativa para a conquista da África e da Ásia e para outros processos de dominação dos europeus sobre outros povos. Para que esse processo fosse efetivo, o ideal de raça e burocracia trabalhavam conjuntamente, sendo que a burocracia funcionava como a base de organização da expansão imperialista, substituindo os governos e garantindo o domínio no exterior.

A teoria darwinista também serviu de base para esses processos de dominação. Foi colocado como natural que um povo mais forte conquistasse e suplantasse outro mais fraco. O que não significava, necessariamente, força física, mas, principalmente, capacidades intelectuais, que, segundo Darwin, seriam superiores nos povos civilizados. Tem-se, assim, uma explicação biológica para a colonização da África e Ásia, processo sincrônico à escrita de *A Descendência do Homem*, em que o naturalista afirma que "Hoje[,] as nações civilizadas substituem, em todos os lugares, os bárbaros, exceto nas regiões onde o clima se opõe a uma barreira mortal para seu país<sup>3</sup>." (DARWIN, 1880, p. 135, tradução nossa).

A obra de Darwin, aqui, exprime um momento do autor em que as ideias de seu primo, Francis Galton (1822-1911), já estavam em circulação, reforçando a hierarquização entre os seres humanos através de teorias acerca da hereditariedade. A ideia de raça começava a ganhar novos contornos e acreditava-se que o objetivo da ciência era o de evolução da raça através de métodos de melhoramento da hereditariedade. Como um verdadeiro dever do homem branco, “povos inferiores” e seres humanos “degenerados” eram medidos, analisados, conquistados e controlados. Assim, os intelectuais da raça empreenderam esforços para a comprovação da inferioridade através de classificações antropométricas, como será apresentado na próxima seção.

---

<sup>3</sup>“Hoy[,] las naciones civilizadas reemplazan, en todas partes, á las bárbaras, exceptuando em las regiones donde el clima opone á su pao una barrera mortal”.

### 1.3. A raça que se mede

Com o surgimento da Antropologia Física, em meados do século XIX, teorias como a de Johan-Friedrich Blumenbach(1752-1840), considerado o fundador dessa ciência, passaram a se tornar abundantes, e sua ideia de que é possível estabelecer as raças humanas e suas qualidades através de metodologias detalhadas de caracterizações morfoanatômicas das várias partes do corpo – como, por exemplo, a análise de crânios – começou a ter aceitação no meio intelectual e científico. O objetivo era definir os melhores e piores indivíduos de uma sociedade através de seus traços físicos (POLIAKOV, 1971, p. 149).

As raças são[,] na verdade[,] sucessões de indivíduos que se propagam a partir de uma mesma origem; e o termo deve ser usado sem qualquer ideia de que tal progénie ou matriz comum tenha possuído sempre um caráter particular. A importância real do termo foi muitas vezes desatendida, e a palavra “raça” tem sido utilizada como se implicasse uma diferença no caráter físico de diversas séries de indivíduos. Nos autores de Antropologia, que adotaram o termo, parte-se a maior parte das vezes do princípio de que tais distinções são fundamentais e que a sua transmissão sucessiva nunca foi interrompida. Se isso fosse verdade, uma raça caracterizada desse modo seria realmente uma espécie no significado mais estrito do termo e, portanto, era assim que devia ser denominada. (PRICHARD *apud* BANTON, 1977, p. 42).

Essa nova ciência autônoma que surgia colocava-se de forma materialista, ou seja, utilizava instrumentos de medição e experimentos e método quantitativo. No alvorecer do positivismo, o debate sobre raça ganhava contornos menos discursivos e filosóficos, e pretendia-se estabelecer os critérios e comprovações de que o mundo se dividia entre superiores e inferiores, entre puros e degenerados. Pelo bem da humanidade, acreditavam que era preciso descobrir como melhorar a raça, e a ciência e os cientistas seriam o instrumento para isso.

Naquele momento, os seres humanos começaram a ter suas feições medidas. Essas medidas indicariam os mais evoluídos, os mentalmente sãos, e separariam os criminosos dos indivíduos de bons costumes. Tudo isso receberia a chancela da verdade científica, posto que se entendia que aspectos culturais, sociais, psicológicos e comportamentais estavam ligados a características biológicas, ao formato de partes do corpo. Media-se o crânio, o volume do cérebro, a coloração dos olhos, dos cabelos e das peles, entre outros aspectos físicos. Buscava-se também, com esse esforço de metrificar seres humanos, investigar como a diversidade humana havia se constituído e o que reservava o futuro.

Através desse método da Antropologia Física, construiu-se que os negros seriam inferiores como consequência do pequeno volume do cérebro, e diferentes autores definiram características físicas que indicariam a superioridade dos brancos com relação aos demais, ou seja, a raça de quem definia a hierarquia racial. Como afirma Banton (1977, p. 108), “Em muitos escritos sobre a superioridade racial[,] o autor interpreta os dados de modo a mostrar que é a sua própria raça a superior [...]”.

Como desdobramentos, a craniologia e a frenologia (estudo comparativo das diferentes formas de crânios humanos e a doutrina segundo a qual cada faculdade mental se localiza em uma parte do córtex cerebral e o tamanho de cada parte é diretamente proporcional ao desenvolvimento da faculdade correspondente, sendo este tamanho indicado pela configuração externa do crânio, respectivamente) vão explicar, dentre outros elementos, que as faculdades mentais estariam ligadas a uma hereditariedade física. Cada faculdade mental localizar-se-ia em uma parte do córtex cerebral, e o tamanho de cada parte seria diretamente proporcional ao desenvolvimento da faculdade correspondente, sendo esse tamanho indicado pela configuração do crânio. As faculdades mentais e aptidões influenciariam na forma cranial. Físico e metal estariam, portanto, interligados. Isso implicou, por exemplo, uma Medicina que afirmava que há um tipo físico da loucura, e uma criminologia que estigmatizou o criminoso. Na Educação, implicou estabelecer quais alunos poderiam ou não receber educação para desenvolvimento intelectual e quais deveriam ser educados para controlar as propensões à criminalidade, à imoralidade e aos vícios.

No seio desses debates raciais, surge o Darwinismo Social, que adaptou a obra de Darwin e aplicou sua teoria da evolução das espécies à sociedade. Consoante Banton (1977, p. 104), “Os Darwinistas pensavam que a operação da seleção natural criava raças puras a partir da diversidade que era então dominante; e muitos deles mantiveram que, se adotassem medidas de eugenismo, a mudança biológica poderia estar do lado do progresso humano.”.

Defendia-se que a prevalência do mais forte também valia para as chamadas “raças humanas”. O que estaria impedindo a seleção natural seria as invenções humanas, como os princípios éticos e costumes civilizados, que tendiam a preservar vidas que a natureza teria se encarregado de eliminar. Por essa lógica, o sentimento de piedade e compaixão que, conforme visto anteriormente, Rousseau considerava natural dos homens e dos animais, estaria gerando comportamentos negativos para o fortalecimento da raça. Como exemplo material, a caridade atrapalharia a seleção natural, pois daria acolhimento aos mais fracos. No entanto, nem tudo

estaria perdido, pois os elementos hereditários mais fortes e sadios passavam para os descendentes mesmo dentro das raças inferiores<sup>4</sup>.

Não somente os darwinistas sociais pensaram a relação dos animais com a luta pela sobrevivência e hereditariedade, como o próprio Charles Darwin também estabeleceu essa relação em sua obra de 1880, *A Descendência do Homem: a seleção natural e sexual*. Para compreender a evolução dos homens, o autor fez uma extensa análise comparativa entre a anatomia humana e a animal, sendo as faculdades mentais potentes dos seres humanos (que não são ausentes nos animais) o que os diferiria dos animais inferiores. No entanto, procurou comprovar que não há diferenças muito profundas entre os humanos e os mamíferos mais elevados.

A razão é apontada, usualmente, como aquilo que difere os seres humanos dos outros animais. Para Darwin (1880), no entanto, a razão não nos difere, pois ele afirma que os animais também possuem alguma capacidade de raciocínio e cita como exemplo os cachorros, que são capazes de equilibrar seus pesos para passar por uma camada de gelo. O autor sustenta que, na luta pela sobrevivência, tanto dos animais como dos homens, foram criados instintos, hábitos e esquemas de raciocínio que foram transmitidos de forma hereditária para as gerações futuras. No caso dos cachorros, por exemplo, esse raciocínio teria sido um hábito desenvolvido no passado, herdado pelos cachorros de então.

Outra característica muito atribuída aos humanos por Darwin (1880) é a capacidade de ter empatia. Um sentimento de dever e de moral igualmente existente entre nós e os outros animais. A inexistência desse sentimento estaria presente nos menos evoluídos, como as ovelhas e os nativos das américas.

Ao estabelecer a relação de semelhança entre os humanos e os animais, o autor aposta nas explicações biológicas em detrimento das sociais e culturais; e mesmo quando aborda a sociabilidade, esta aparece submetida à biologia. Em *A Descendência do Homem*, Darwin (1880) cria a hierarquia entre os seres humanos quando afirma que, da mesma forma que existem várias espécies entre os animais, também existe essa diversidade entre os homens – a esta diversidade, ele chamou “raças”.

Na sua concepção, haveria as raças mais desenvolvidas/civilizadas e os selvagens/bárbaros. Estes não teriam, em suas faculdades mentais, a capacidade de produzir e compreender palavras que se referem a pensamentos abstratos. Como civilizados, estariam os

---

<sup>4</sup> Ver *A Descendência do Homem*, de Charles Darwin. Para esta pesquisa, foi utilizada a versão em espanhol (*Origen del Hombre*), disponível em [darwin-online.org.uk](http://darwin-online.org.uk).

europeus/brancos. Essas raças teriam suas sociabilidades, suas condições sociais, que seriam adquiridas por meio da seleção natural.

A impressão do prazer da sociedade é provavelmente uma extensão das afeições familiares, que podem ser atribuídas principalmente à seleção natural e em parte ao hábito. Entre os animais para os quais a vida social era vantajosa, os indivíduos que tinham maior prazer em estar juntos eram mais capazes de escapar de vários perigos; enquanto aqueles que negligenciaram mais seus camaradas e viveram sozinhos tiveram que morrer em maior número<sup>5</sup> (DARWIN, 1880, p. 64, tradução nossa).

A sociabilidade humana seria, então, algo mais hereditário do que aprendido, e a simpatia/empatia teria sido desenvolvida, nesse processo de sobrevivência, como forma de escapar dos perigos. Para o autor, esses sentimentos eram mais ou menos desenvolvidos de acordo com o grau de civilização das raças: em sociedades indígenas e africanas, semicivilizadas, o sentimento de benevolência e simpatia era endógeno, não se estendendo aos estrangeiros, e as boas ações visavam ao bem-estar da tribo, e não do indivíduo, o que, para Darwin, atrapalhou a evolução dessas raças, conforme explica:

As principais causas da baixa moralidade dos selvagens, apreciada do nosso ponto de vista, são, em primeiro lugar, a limitação da simpatia a uma única tribo; em segundo lugar, uma insuficiente força de razão, que não permite calcular a transcendência que o exercício de muitas virtudes, especialmente as individuais, pode ter para o bem geral da tribo. Os selvagens não podem ter uma idéia da infinidade de males que a intemperança produz, visto que essa aptidão não foi fortalecida neles pela contínua, e talvez hereditária, ação do hábito, instrução e religião.<sup>6</sup>(DARWIN, 1880, p. 80, tradução nossa).

Partindo dessas ideias, Darwin (1880) postula que havia impulsos superiores e inferiores; aqueles levam a sociedade e o homem ao progresso, enquanto estes debilitam e enfraquecem os instintos sociais. Acreditava, porém, que caminhamos naturalmente para as melhorias, uma vez que os hábitos virtuosos são mais fortes e se fixam mais através da herança, sobre a qual dizia:

Em todas as famílias humanas, observamos fatos semelhantes, e as obras admiráveis do Sr. Galton nos ensinaram que o gênero que envolve uma combinação maravilhosa e complexa de altas faculdades tende a ser hereditário; por outro lado,

---

<sup>5</sup> “*La impresion del placer de la sociedad es probablemente una extension de los afectos de familia, que se puede atribuir principalmente á la seleccion natural, y em parte al hábito. Entre los animales para quienes la vida social era ventajosa, los individuos que encontraban mayor placer em estar juntos, podian escapar mejor de diversos peligros; mientras que aquellos que descuidaban más á sus camaradas, y vivian solitarios, debian perecer em mayor número.*”

<sup>6</sup> “*Las principales causas de la poca moralidade de los selvajes, apreciada bajo nuestro punto de vista, son, primero, la limitacion de la simpatia á la sola tribu; segundo, una insuficiente fuerza de raciocinio, que no permite calcular la transcendencia que puede tener para el bien general de la tribu el ejercici de muchas virtudes, sobre todo de las individuales. Los salvajes no pueden formarse una idea de la infinidade de males que produce la intemperancia, ya que esta aptitud no ha sido fortalecida en ellos por la accion continuada, y talvez hereditaria, del hábito, la instruccion y la religion*”.

sabe-se que a loucura e a perda das faculdades mentais também são transmitidas em certas famílias.<sup>7</sup>(DARWIN, 1880, p. 92, tradução nossa).

As diferenças entre raças e dentro de uma mesma raça também despertaram a atenção de Darwin (1880), que menciona as diferenças entre crânios e arcada dentária, músculos e artérias. Essa variabilidade seria maior nas raças que se “espalharam” por mais territórios (que ele denomina “mais civilizadas”) do que naquelas que habitam territórios reduzidos (os “selvagens”). Através da diferença entre mandíbulas, por exemplo, seria possível identificar se civilizado ou bárbaro, se de classe abastada ou operária, porque os hábitos e a alimentação eram diferentes, desenvolvendo, ao longo de gerações, especificidades anatômicas. O autor constrói sua análise das hereditariedades de cada raça tomando de empréstimo outros autores e as ferramentas da Antropologia Física de então, que, conforme já mencionado, acreditava poder definir qualidades e debilidades através da métrica de partes do corpo.

*Es positivo que las mandíbulas de las personas civilizadas o de La buena posicionson por lo general más pequeñas que las de los obreiros ocupados em trabajos mecánicos, ó las de los selvajes.  
[...]las cavidades nasales son mayores em El cráneo de los indígenas americanos, y relaciona esta circunstancia com la sutileza de su olfato [...]  
[...] La opinion de que existe em El hombre alguna relacion intima entre El tamaño del cérebro y El desarrollo de lãs facultades mentales, se fortalece por La comparacion de razas selvajes y civilizadas [...].(DARWIN, 1880, p. 98-99, 123).*

Para além das diferenças metrificáveis pela Antropologia, haveria a diferença no comportamento e nos sentimentos que constituiriam as diferentes raças. No entanto, o autor ressalta que essas diferenças são variações adquiridas e desenvolvidas ao longo do tempo e que as semelhanças entre as diferentes raças e a capacidade de fertilidade, ao se relacionarem, comprovaria que o tronco é comum e a origem dos homens é a mesma, e que foi gerando outros troncos que originaram outras raças. Ao realizar a análise desses troncos, retoma debates antigos sobre as origens dos povos, quando ainda se entendia que a diferença entre os seres humanos estava em suas linhagens. Aqui, os europeus são colocados como oriundos dos arianos, que, em pouco tempo, viriam a ser considerados a meta a se alcançar com o melhoramento da raça.

*En algunos casos[,] el cruzamento de razas diferentes há dado origen a lá formacion de otras nuevas. Los Europeos y los naturales de La India que pertenecen al mismo tronco ario y hablan um lenguaje que es fundamentalmente idéntico, diferen considerablemente en apariencia; mientras que los Europeos se diferencian*

---

<sup>7</sup>*En todas las familias del hombre observamos hechos parecidos, y los admirables trabajos de M. Galton nos han enseñado que el génio que implica una combinacion maravillosa y complexa de elevadas facultades propende á ser hereditário; por outra parte, sabido es que locura y el extravio de las facultades mentales se transmitem igualmente em ciertas familias.*

*muy poco de los júdios que forman parte del tronco semítico [...] (DARWIN, 1880, p. 208).*

Conforme exposto, Charles Darwin não permaneceu impenetrável às ideias do racismo científico e da eugenia, que passaram a circular nos debates acadêmicos, assim como não permaneceu alheio aos projetos dos europeus diante dos povos e territórios a serem conquistados. Por isso, é possível notar diferença entre o enfoque dado em *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, e sua obra posterior, de 1880, *A Descendência do Homem*, aqui analisada. No segundo livro, o autor já inclui a antropométrica, a dicotomia entre selvagens e civilizados e a hierarquia entre as raças.

Essas teorias não se mantiveram circunscritas apenas na Europa. O Brasil não só teve conhecimento, como também desenvolveu, a partir de 1860, a Antropologia Física, baseando-se na Sociedade de Antropologia de Paris. O Museu Nacional foi o espaço onde se aplicou a pesquisa acerca das raças e tipos brasileiros através do uso de instrumentos antropométricos. Nessa instituição, em fins do século XIX e início do XX, um importante intelectual do país foi João Baptista de Lacerda (1846-1915), que ocupou o cargo de Direção do Museu. Médico e antropólogo, foi um dos principais teóricos do branqueamento nacional e tinha como defesa principal que nossa mestiçagem foi positiva porque houve sobreposição dos traços da raça branca. Esse intelectual foi um dos representantes brasileiros no Primeiro Congresso Universal das Raças, que ocorreu em Londres em 1911 e contou com delegados de vários continentes (África, Ásia, América, Europa). O evento e a participação brasileira encontram-se registrados no documento elaborado pelo próprio João Baptista de Lacerda, em 1912. Nesse documento, transparece que o debate do racismo científico não era exclusivo do campo científico, mas, sim, que havia uma capilaridade e uma difusão dessas teorias.

As adesões correram em massa de todos os pontos do globo: trinta Presidentes de Parlamento, doze Governadores de colônias inglesas, quasi outro tanto de Primeiros Ministros do Império Britannia), cento e trinta Professores de Direito Internacional, mais de quarenta Bispos das possessões coloniaes, mais de cento e vinte membros do Tribunal Permanente d'Arbitragem e da Segunda Conferencia de Haya, acompanharam o movimento iniciado na Inglaterra com expressões do mais vivo sentimento de solidariedade humana e completa harmonia de intuitos philanthropicos. (LACERDA, 1912, p. 2).

O evento tinha como objetivo principal a conciliação das raças e aproximação do Oriente com o Ocidente. Entendia-se que, assim, seria possível caminhar rumo ao progresso e minimizar os conflitos que haviam ocorrido nos anos anteriores, fruto das tensões geradas pelo imperialismo nas grandes potências. Uma das teses principais do Congresso e que se alinhava a uma das teorias racistas daquele período é a de que não haveria raças superiores ou

inferiores, e, sim, raças adiantadas ou atrasadas. As diferenças seriam por influência do meio físico e social. A tarefa do Ocidente e do homem branco seria, portanto, a civilização do mundo.

Passou como opinião geral do Congresso que não ha raças superiores e inferiores, sim raças adiantadas e atrasadas. As diferenças entre as raças no ponto de vista physico, moral e intellectual pensa a maioria do Congresso que são devidas ás influencias do meio physico, ás condições sociaes sob as quaes têm vivido as raças atrasadas do outro continente. O contacto do Occidente tende a levantar-as a um nivel superior, a mostrarllies o caminho da civilização e o modo pelo qual ellas chegarão a realizar o ideal do progresso humano nas suas múltiplices e variadas manifestações. (LACERDA, 1912, p. 7).

No entanto, não era só no ambiente acadêmico que se debatia as características físicas como definidoras de superioridade física e moral. Enquanto os intelectuais construía as bases do pensamento e de sustentação dos projetos da classe dominante, cabia a outros grupos e aparelhos sociais a tarefa de gerar a capilaridade desse pensamento. A imprensa foi uma importante ferramenta, pois realizava a difusão de tais ideias, conforme se pode perceber pelo trecho do artigo do jornal *A Imprensa*, de 1861, exposto a seguir, onde se divulgam as conclusões da craniologia de Giuseppe Garibaldi (1807-1882), estudada por seu amigo em Caprera com seu consentimento. O jornal publicou uma carta em que foi detalhado um episódio em que estava com seu amigo e em que pôde aplicar a teoria da craniologia de Franz Joseph Gall (1758-1822)<sup>8</sup>e das vinte e sete faculdades mentais elencadas por ele. Destacamos um trecho da publicação em que é possível perceber as características morais e de comportamento que se acreditava ser possível estabelecer através da medição e transformação do corpo humano, aqui, mais especificamente, o crânio, em matemática.

Em summa, a craniologia da cabeça de Garibaldi, depois de examinada, apresenta uma phenomenalidade original das mais raras, e pôde dizer-se mesmo que sem precedências: a harmonia de todos os órgãos é perfeita, e o resultado matemático do seu todo apresenta o seguinte:

A negação em primeiro lugar por toda parte;  
Prudência e sangue frio;  
Austeridade natural de costume;  
Meditação quase perfeita;  
Eloquencia grave e exacta;  
Lealdade dominante; [...]

Em uma palavra, meu caro, sem vos afadigar com todas as comparações, todos os contrastes de causal, de habitabilidade, de construção, é uma cabeça maravilhosa, orgânica, que sciencia há de estudar e **tomar por modelo**.[...] (A IMPRENSA, 1861, grifo nosso).

---

<sup>8</sup> Defendia que as características dos crânios eram capazes de definir as características, habilidades e caráter de cada ser humano.

No periódico *Gazeta de Notícias*, datado de 30 e 31 de julho de 1882, está registrada a Exposição de Antropologia no Museu Nacional, que apresentava as raças em sua perspectiva evolucionista, conforme pensamento darwinista. Seres humanos de “raças inferiores” foram expostos, bem como crânios, esqueletos, objetos de cerâmica e outros materiais, dando a esses povos tidos como “selvagens” contornos de desumanização enquanto eram observados pelo público com curiosidade. A exposição foi considerada um marco para a comunidade científica brasileira e reuniu, em suas salas, coleções de importantes etnólogos, paleontólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores. Exposição altamente divulgada pela imprensa, principalmente devido à família de indígenas da etnia botocudos que foi exposta na exibição etnográfica<sup>9</sup>, o que, atualmente, seria chamado de zoológico humano<sup>10</sup>. A referida exibição etnográfica atraiu um grande público, majoritariamente membros da classe média e dominante, que pôde estar em contato com as novidades científicas do país, artefatos indígenas, crânios e seres humanos que, sob a alcunha de “selvagens”, eram visualizados em suas diferenças fenotípicas com relação ao homem branco, o tipo superior. O Brasil Imperial inseria-se internacionalmente na comunidade científica e buscava caminhar para sua modernização.

Eis o discurso pronunciado pelo Sr Dr. Ladisláu Netto: o\* Senhor. Este é o certamente mais nacional que as sciencias e as letras poderiam, congratuladas, imaginar o realisar no fito do sóerguero Império do Brazil ao nivel da intellectualidade universal, na máxima altura a que pode dellaatingir além do atlântico e nas extremas luminosas ao norte do continente americano coube ao Museu Nacional a immensa gloria de havel-oemprehendido e de effectual-o, como o esplendonto o pujante feito de sou ultimo decênio do ininterruptas-ainda que ás vezes amargurados laboros.!.-. " Ha dez annos, com effeito, que esta Instituição, a que nunca foram negadas, antes de mais em mais consagradas vao sendo as sympathias publicas, forcejava no seu movimento evolutivo, por dar ao mundo scientifico a mais bella o a mais eloqüentecópia-da sua inquebravel vitalidade. Os seus cursos instituidos, os seus laboratórios organisados, as sua acreditada revista tão de- pressa fundada, quão promptamente [ilegível], a« suas colleção fechadas nestas salas e- expostas á admiração do publico e ao [ilegível] nutritivo dos espiritos a quem allumia a sciencia e que tanto mais carecentes d'ellasso [ilegível] o a buscam pressurosos quanto mais dé frente o ao perto os aquece a " luz fulgente de seus raios; tudo isso ora «inda pouco, e n tudo que nos pare Ela nos faltava alguma cousa do melhor. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882).

Esse mesmo evento foi registrado em fotografias, artigos e ilustrações que circularam na imprensa naquele ano. Os periódicos traziam elementos do que se estava pensando dentro dos ambientes acadêmicos como forma de divulgação das novas ideias e para atingir corações e mentes das classes médias em disputa, como forma de disseminar um projeto de país

<sup>9</sup> Conceito do período e termo que será adotado por esta pesquisa.

<sup>10</sup> Revisão histórica iniciada em 2002 por intelectuais franceses renomeia os acontecimentos do século XIX para a visão contemporânea acerca do passado e da relação da Ciência e da elite com as raças.

baseado no racismo científico e na biologização da vida. Quanto mais esse pensamento estivesse presente na sociedade, mais seria possível, aos intelectuais da Antropologia Física, higienismo e, já no século XX, eugenia, gerar, na sociedade, o consenso acerca das políticas públicas de melhoramento do país através da regeneração da raça e do controle dos corpos “desviantes”, como os deficientes e as mulheres.

A imprensa cumpria, então, o seu papel de instrumento técnico de difusão da ideologia para permitir que a concepção de mundo pensada pelos intelectuais do racismo científico, do higienismo e da eugenia alcançasse as demais classes da sociedade brasileira, gerando, nelas, a aceitação das ideias da classe dirigente.

Assim, conforme ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, medir, através de instrumentos, corpos e crânios, estabelecendo e criando categorias que separavam os seres humanos em desejáveis ou indesejáveis à nação, passou a ser uma realidade em nosso país. Tal qual nas regiões supramencionadas, esse pensamento científico não estava isento de intencionalidades aqui no Brasil, por isso serviu aos interesses políticos, sociais e econômicos das classes dirigentes do Estado.

#### **1.4. O racismo no Brasil Imperial e no alvorecer do século XX**

No Brasil, vivia-se um processo diferente do europeu e do das outras potências imperialistas, e, portanto, o pano de fundo social e econômico que proporcionou o desenvolvimento das ideias racistas foi outro. O país lidava com a nova realidade após o fim do tráfico de africanos escravizados em 1850 e o medo de uma haitianização do país, ou seja, de uma revolução escravista. Os intelectuais debruçavam-se sobre as teorias vindas da Europa como forma de justificar ou reafirmar a superioridade dos senhores de terra e de escravizados, defender a estrutura econômica agrária e escravista frente ao capitalismo e industrialização que surgia e se expandia.

Em 1850, surge o cientificismo, as teorias biologizantes, a ideia de que a raça era determinada pela biologia e, conforme abordado anteriormente, antropometricamente definida. Concomitantemente, o sistema escravocrata do país passava por pressões externas e internas. Externamente, houve a proibição do tráfico que foi efetivada em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, após sanções da Inglaterra ocasionadas pelo desrespeito a sucessivos

acordos que previam o fim da importação de mão-de-obra escravizada; internamente, debatia-se a abolição da escravidão. A referida lei estabelecia:

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação heprohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porêm que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, serão igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos. [...]

Art. 6º Todos os escravos que forem apprehendidos serão reexportados por conta para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Imperio, que mais conveniente parecer ao Governo; **e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo**, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares (BRASIL,1850, grifo nosso).

A repressão ao tráfico não significou o fim da escravidão, e, como se pode perceber pelo grifo, a apreensão dos navios tampouco eram certeza de repatriação para homens e mulheres forçados ao desterro. A lei também não trouxe a liberdade para aqueles que já estavam no Brasil, mas, sim, um fortalecimento do comércio interprovincial. Essa realidade leva-nos à pressão interna que surgia principalmente a partir da década de 1870: o crescimento do movimento abolicionista. Naquele momento, o fim da escravidão era defendido também por brancos, e não mais apenas por homens e mulheres escravizados.

Sem se aprofundar, nesta pesquisa, nas lutas pelo abolicionismo, é importante salientar que, com esse movimento de massas pelo fim da escravidão e a completa abolição em 1888, surgiu a necessidade de o país lidar com a mudança para a mão-de-obra livre e assalariada; o Estado e a intelectualidade precisaram pensar um Brasil em transição para uma população negra totalmente livre.

Impunha-se ao Brasil agrário e à sua aristocracia o sentimento de incertezas acerca da manutenção da estrutura política e econômica de mais de 200 anos. Se não podem mais entrar negros escravizados, como fica a reposição da mão de obra? O pensamento intelectual e as disputas políticas, no parlamento, refletiam esse momento em que o país se confrontava entre o passado e o futuro. Com isso, entrava-se numa disputa de projetos. De um lado, a tradição agrária dos senhores de terra; do outro, o capitalismo industrial que despontava internacionalmente após a Revolução Industrial da Inglaterra.

No bojo dessas mudanças, inseria-se também a chamada Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que tinha como uma de suas funções permitir o projeto de

importação de colonos livres, especialmente europeus, para substituição de mão de obra escravizada.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, **autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira** na forma que se declara (BRASIL, 1850, grifo nosso).

Em sua dissertação de mestrado, Rafaelle Pessôa (2019) aborda a questão da terra no período imperial<sup>11</sup>. Ao iniciar o processo de transformação da mão de obra escravizada em livre, ficou garantida e expandida a propriedade privada da terra e o latifúndio. Além de estabelecer o latifúndio, o Brasil estruturara-se a partir da propriedade privada de seres humanos. Seres humanos animalizados, oriundos da “Maldição de Cam”<sup>12</sup>, trazidos do continente africano, estigmatizados e inferiorizados por sua cor. Por ter sido estruturante do país, a ideia do negro como inferior, cuja serventia seria gerar lucro e tempo ocioso para os brancos, era difundida na sociedade brasileira. Difusão bem-retratada pela obra literária lançada em 1881 por Aluísio Azevedo, *O Mulato*:

— Ora, deixe-se disso! retrucou Diogo, levantando-se com ímpeto. Nós já temos por aí muito padre de cor!  
 — Mas, compadre, venha cá não é isso...  
 — Ora o quê, homem de Deus! É só – ser padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isto tem jeito?... O governo — E o cônego inchava as palavras — o governo devia até tomar uma medida séria a este respeito! **Devia proibir aos cabras certos misteres!**  
 — Mas, compadre...  
 — **Que conheçam seu lugar!** E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação.  
 — E então, parece já de pirraça, bradou, é nascer um moleque nas condições deste... E mostrava a carta, esmurrando-a — pode contar-se logo com um homem inteligente! **Deviam ser burros! Burros! que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos!**  
 — Mas, compadre, você desta vez não tem razão...  
 — Ora o quê homem de Deus. Não diga asneiras! **Pois você queria ver sua filha confessada, casada. por um negro?** Você queria seu Manuel que a Dona Anica beijasse a mão de um filho da Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você às vezes até me parece tolo! (AZEVEDO, 2004, p. 31, grifos nossos).

Não se busca, com esse trecho, uma demonstração da verdade, posto que se trata de uma obra de ficção, porém é profícuo perceber o retrato da sociedade em que o autor vivia e

<sup>11</sup>Especificamente nas páginas 44, 45 e 46, a autora debate sobre a terra no período imperial e a vitória conservadora. Os apontamentos trazidos pela autora ajudam-nos a pensar sobre a necessidade de controle de uma mão de obra livre, porém sem terra, num país agrário, assim como o início de um projeto de branqueamento.

<sup>12</sup>Justificativa bíblica para a escravidão negra explicada no início deste capítulo.

que condiz com o período histórico de que trata esta pesquisa. O livro foi publicado em 1881, quando a transição para a mão de obra livre e assalariada já estava quase finalizada, e a disputa entre uma nação moderna industrializada ou dos senhores de escravos e de terras estava a todo vapor. Retrata também uma determinada religiosidade que não enxergava como problema seres humanos serem tratados com crueldade por causa de sua cor. Através de uma obra literária, o autor registra o pensamento corrente entre os brancos de seu tempo: um pensamento que coadunava com a ideologia hegemônica do século XIX no Brasil.

Depois de vários abortos, Domingas deu à luz um filho de José da Silva. Chamou-se o vigário da freguesia e, no ato do batismo da criança, esta, como a mãe, receberam solenemente a carta de alforria. Essa criança era Raimundo. Na capital, entretanto, acalmavam-se os ânimos. José prosperou rapidamente no Rosário; cercou a amante e o filho de cuidados; relacionou-se com a vizinhança, criou amizades, e, no fim de pouco tempo, recebia em casamento a Sra. D. Quitaria Inocência de Freitas Santiago, viúva, brasileira rica, **de muita religião e escrúpulos de sangue, e para quem um escravo não era um homem, e o fato de não ser branco, constituía só por si um crime.** Foi uma fera! a suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede, e ao ferro em brasa. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda, onde a escravatura, todas as noites com as mãos inchadas pelos bolos, ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava súplicas à Virgem Santíssima. mãe dos infelizes. Ao lado da capela o cemitério das suas vítimas (AZEVEDO, 2004, p. 38, grifo nosso).

O racismo e a escravidão não se constituíram apenas um problema de cor. A escravidão (indígena e africana) cumpriu um importante papel na acumulação capitalista na Europa, tendo sido o Brasil um importante expoente do escravismo colonial, correspondendo ao recebimento de cerca de 40% de africanos escravizados<sup>13</sup>. Para Federici (2017), isso significou uma divisão profunda dentro da classe trabalhadora através das hierarquizações de raça e de gênero – divisões estas que constituíram a dominação de classe, assim como a formação do proletariado moderno. A autora aponta a conexão entre a economia e a ideologia difundida para a dominação de populações na Europa e nas Américas.

No século XVIII, a influência de ouro, prata e outros recursos da América para a Europa deu lugar a uma nova divisão internacional do trabalho, que fragmentou o proletariado global por meio de segmentações classistas e de sistemas disciplinares que marcam o começo de trajetórias frequentemente conflitivas dentro da classe trabalhadora. As semelhanças no tratamento que receberam tanto as populações europeias como as da América são suficientes para demonstrar a existência de uma mesma lógica que rege o desenvolvimento do capitalismo [...] (FEDERICI, 2017, pp. 380-381).

É possível perceber, portanto, que as teorias racistas serviram também a questões econômicas. Foi através delas que os povos europeus puderam acumular riquezas e que as classes dominantes dos territórios ex-colônias puderam realizar a transição da mão de obra

---

13 Dado retirado do livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura (2020).

escravizada para a assalariada sem perder o poderio econômico através da exploração da classe trabalhadora. Nesse contexto, surgiram teorias e projetos sobre a formação do Estado e do povo brasileiro que sustentaram cientificamente a inferioridade dos negros e indígenas racialmente e/ou culturalmente.

Os intelectuais brasileiros higienistas e eugenistas estavam pensando e difundindo uma nova concepção de Brasil, ou seja, um país moderno, industrial e capitalista. Um país não somente livre da escravidão, mas também livre de sujeitos indesejados que não iriam contribuir para a formação de um povo forte, branco e produtivo para o capitalismo; um país que não fosse mais das aristocracias rurais, mas, sim, da burguesia capitalista que despontava.

Dessa burguesia, surgiam os intelectuais que não só pensavam um novo Brasil, como também agiam para difundir essa nova concepção de país que deveria adentrar de vez no capitalismo industrial, não somente construindo fábricas, mas, principalmente, forjando uma nova maneira de ser, novos comportamentos, novos desejos. Uma nova sociedade, onde a ideologia capitalista fosse hegemônica. De acordo com Gramsci (1982, p. 92), “Os intelectuais são os ‘comissionários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]”.

Partindo do racismo científico, desenvolveu-se a eugenia para impedir que se transmitisse aos descendentes, através da hereditariedade, genes indesejados e que degenerariam a raça humana. Por se acreditar que as características físicas, mentais e intelectuais são determinadas pela genética, entendia-se ser necessário evitar a transmissão e proliferação das deficiências. Assim, as primeiras décadas do século XX foram dedicadas ao melhoramento da raça brasileira, controlando, disciplinando e desenvolvendo teorias e métodos que reduzissem ou eliminassem os corpos débeis ou inadequados àquele projeto de nação. Os defensores da eugenia organizaram-se para difundir – ainda mais – suas ideias, inclusive as que eram entendidas como mais radicais, ou seja, as que defendiam a esterilização dos indesejáveis como solução para o melhoramento da raça.

Os intelectuais começaram a ocupar importantes cargos públicos, a realizar congressos e a publicar periódicos sobre os métodos eugenistas e sobre o futuro eugênico a ser alcançado. Com as teorias higienistas e eugênicas, ocorreu o que Michel Foucault (1988) chama de “biopoder”. O poder se ocupava da vida “mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo” (FOUCAULT, 1988, p. 133). Consideravam ser necessária a criação de uma sociedade normalizadora com mecanismos reguladores e corretivos. Classificados como inadequados, dentre os deficientes a serem regulados e normalizados tinha-se os corpos das pessoas surdas.

### 1.5. Uma raça surda?

Um dos traços físicos estudados e analisados por intelectuais que pensavam o higienismo da sociedade e pensavam a raça, foi a surdez. Ao teorizarem acerca da raça e estabelecerem hierarquias entre os seres humanos através das características físicas, as pessoas com deficiência também foram afetadas e classificadas como elementos que proporcionariam a degeneração da raça humana. Com isso, as pessoas com surdez também viraram objeto de estudo para que a proliferação da falta de audição fosse contida e aqueles que já fossem surdos recebessem tratamento que os elevasse ao maior grau de normalidade possível.

No bojo da elaboração e da difusão do pensamento higienista e eugênico, a possibilidade de um aumento de pessoas com surdez na sociedade até que um dia a capacidade de ouvir fosse minoritária começou a preocupar o poder médico, e aventou-se que havia o risco do surgimento de uma raça surda. Era preciso, então, evitar o casamento entre pessoas surdas e/ou com pessoas surdas para impedir um futuro no qual a humanidade não seria mais capaz de ouvir o mundo ao seu redor.

Essa questão foi discutida também em congressos internacionais que definiam a educação das pessoas surdas, na qual o poder médico se fazia muito presente e muito influente. As estratégias pedagógicas e de assistência aos surdos era pautada nos saberes da Medicina higiênica e debatidas em congressos. No Congresso Internacional de Educação de Surdos, ocorrido em Milão no ano de 1880, pode-se destacar o trabalho apresentado por David Buxton “Fala e Leitura Labial para surdos”, onde menciona estatísticas sobre o nascimento de crianças surdas, sobre surdez adquirida após enfermidade, e questiona:

Já dispomos de considerável conhecimento sobre as maiores causas da surdez, tanto congênita quanto pós-natal. Será que estamos conseguindo, com sucesso, ser ágeis em impedir a ação e o efeito dessas causas? No tocante a casamentos consanguíneos e casamentos entre surdos, sabem-se quais uniões devem ser evitadas? **Será prudente evitar a procriação ou não?** No que diz respeito às doenças que geram a surdez, será que estão se tornando mais sensíveis ao tratamento médico? Ou será que estão sendo mais bem controladas pelo alto conhecimento desenvolvido, mesmo sendo esse controle limitado e parcial? **Conseguimos deter as doenças antes que possam destruir a vida, deixando-as ainda mais violentas com a nocividade que destrói a audição? Em outras palavras: temos menos mortos, porém mais surdos?** Será isso inevitável? Será que conseguiremos deter o invasor ainda mais, podendo limitar onde acaba o seu poder sobre a vida ou a audição? Então, a ciência e o conhecimento terão conquistado uma sublime vitória para a humanidade.

Entretanto, **se o primeiro objetivo do aperfeiçoamento do tratamento médico, mesmo temporário, for salvar vidas, em detrimento da audição, decairá o índice de mortalidade geral, porém crescerá o número de surdos.** (BUXTON, 2011, pp. 149-150, grifos nossos).

Quando escreveu essas palavras, Buxton construía a sua defesa de tornar a oralização de surdos o caminho a ser seguido pela educação, uma vez que eles não se tornariam menos numerosos. Os números e a ciência de então demonstravam que o nascimento de bebês com surdez congênita e a opção da Medicina por salvar as vidas de enfermos que ficariam surdos como consequência da doença adquirida elevava numericamente esse grupo social. Logo, Buxton (2011) defendia que era mais aconselhável torná-los menos diferentes dos ouvintes.

Uma das razões para não serem educados numa língua que só os surdos utilizassem tem base numa das questões levantadas no artigo supramencionado: a procriação entre surdos. A partir de observações de comportamento, esses intelectuais especializados em pessoas surdas concluíram que as estratégias pedagógicas utilizadas até então aproximavam os surdos entre si e os afastavam dos ouvintes, ou seja, das pessoas “normais”. Na passagem “Como consequência dos hábitos existentes e da situação educacional, os surdos são impelidos a viverem em conjunto na vida posterior e a casarem entre si [...]” (BUXTON, 2011, p. 151) fica nítida a preocupação que pairava as mentes dos higienistas e eugenistas. Era preciso evitar que homens e mulheres com surdez se relacionassem entre si, evitando o internato desses meninos e meninas e fomentando o casamento de surdos com ouvintes ou até mesmo (em defesas mais radicais de alguns eugenistas) impedindo que pessoas surdas pudessem ter filhos.

Outra especialista em surdez presente no congresso de Milão ao defender o abandono da língua de sinais e a substituição pelo ensino restrito da língua oral, ou seja, fazer os surdos falarem mesmo que não fosse possível fazê-los ouvir, foi Susanna E. Hull. Seguindo o mesmo pensamento de seu colega de congresso, ela afirmava que não era adequado estimular o convívio intenso entre as pessoas surdas e o afastamento com relação aos ouvintes.

Ao observarmos a vida familiar, a vida social e, sobretudo, a vida religiosa dos surdos, notamos a grande vantagem que possuem aqueles que podem conversar livremente com os outros por meio da fala e da leitura labial, quando comparamos com os alunos que usam a linguagem de sinais, restringindo a sua comunicação a um pequeno círculo de pessoas que aprendem a conversar do mesmo modo (HULL, 2011, p. 83).

Um importante intelectual do século XIX e início do XX que pensou a surdez foi o britânico naturalizado estadunidense Alexander Graham Bell (1847-1922). Conhecido mundialmente até os dias atuais como o inventor do telefone, Graham Bell foi professor

universitário, lecionou em escolas especializadas em educação de surdos e foi presidente da Associação Americana para o Ensino da Linguagem para os Surdos-Mudos. Contudo, o cientista não só foi influenciado pelas ideias de Francis Galton – de que cientistas e população poderiam criar mecanismos mais céleres para favorecer o surgimento de seres humanos melhores a partir de ações que impedissem ou corrigissem anormalidades (SILVA; SOUZA, 2016, p. 18) –, como também foi, ele mesmo, um importante nome do movimento eugenista. Em sua obra de 1883, *Memoir upon the formation of deaf variety of the human race*, Bell postula que o aumento do número de surdos tinha relação com o casamento de pessoas surdas entre si, pois aumentava a probabilidade do nascimento de surdos e a expansão da língua de sinais. A consequência extrema desse comportamento das pessoas surdas seria a criação de uma raça humana defeituosa.

O autor teceu argumentos sobre a importância de não manter os surdos segregados e convivendo entre si em institutos especializados. Para ele, a segregação durante a educação favorecia o surgimento de uma variante surda da raça humana. Para sustentar sua argumentação, Graham Bell (1883) realizou um levantamento estatístico em instituições para surdos com o objetivo de analisar a hereditariedade da surdez. Partindo da observação da incidência de surdos com os mesmos sobrenomes matriculados nos institutos especializados, levantou a hipótese de que há um importante fator hereditário na surdez.

Para isso, Bell (1883) baseou-se no trabalho de 1870 de Benjamin Talbot sobre famílias de surdos e a hereditariedade da deficiência e verificou, em famílias com e sem parentes surdos, as incidências dessa deficiência desmembrando surdez congênita e adquirida para traçar uma tendência hereditária da surdez. Ele concluiu, ao levantar os dados sobre os casamentos das pessoas surdas, existir, nessa população, uma seleção sexual que as levava a optar pelo casamento intragrupo. De acordo com o cientista, mesmo aqueles que ouvem, caso tenham parentes surdos, deveriam evitar se casar com surdos, porque aumentaria a chance de uma criança com surdez congênita. Para o pensamento higiênico e eugenista, esse comportamento, somado às deficiências auditivas adquiridas de forma acidental, era nocivo, pois levaria a um aumento constante do nascimento de crianças surdas, e isso não só degeneraria a raça humana, mas também criaria uma variante surda.

Graham Bell demonstra, de maneira irônica, os elementos que estariam encaminhando a sociedade para a criação de uma raça surda.

Tiramos as crianças surdas de suas casas e as colocamos em instituições às centenas, mantendo-as lá desde a infância até o início da vida adulta. Também seria importante promover as relações sociais entre eles na vida adulta, **para que os meninos e as meninas dos anos anteriores se reencontrassem como homens e**

**mulheres.** Podemos, por exemplo, realizar reuniões periódicas de ex-alunos nas instituições. (BELL, 1883, p. 41, grifo nosso).

Assim, ele apontou como fomentadores de uma variante surda da raça: a sociedade, que não colocava obstáculos à associação de surdos, o que ocasionaria a relação quase exclusiva entre eles; a permissão da expansão da língua de sinais, possibilitando maior aproximação entre pessoas surdas; a sociedade não estar atenta à possibilidade de criação, pelos surdos, de uma língua escrita própria semelhante aos hieróglifos egípcios, o que segregaria os surdos da comunidade ouvinte; e a existência de preconceito dos ouvintes contra os surdos, levando à sua segregação e à criação de instituições para “surdos-mudos”, que estariam influenciando casamentos intragrupo, pois essas instituições costumavam ser internatos, onde os surdos ficavam isolados.

Assim, através do uso de métodos científicos, de análises estatísticas e da chancela da ciência, esses intelectuais inseriram-se no mesmo grupo daqueles que construíram o racismo científico e o higienismo. A serviço da construção de uma sociedade moderna, civilizada, disciplinada e voltada para o capitalismo industrial, os especialistas da surdez pensaram as formas de controle desses corpos desviantes. Definiram as estratégias para tornar menos “anormais” os surdos que já existiam e, o mais importante para os higienistas e eugenistas, as estratégias para evitar que houvesse mais pessoas surdas – pessoas estas que não estariam aptas à produção capitalista e que demandariam assistência do Estado e da sociedade.

No contexto intelectual do medo de uma raça surda, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos do Brasil encerrou a presença das meninas no instituto em 1874. O instituto brasileiro funcionava no regime de internato, e seu diretor, Tobias Leite (1827-1896), havia solicitado ao governo imperial a construção de um prédio somente para as meninas para que os sexos não dividissem o mesmo espaço. Para retirar os surdos do isolamento, ou seja, sem interação com ouvintes, defendeu-se a aquisição do português escrito e que aprendessem uma profissão. A saída das meninas ocorreu quatro anos após o trabalho de Talbot e seis anos antes do congresso de Milão, ou seja, no mesmo ambiente histórico e intelectual que defendia o impedimento do casamento entre essas pessoas.

A escolha pela não escolarização formal das meninas não é desconectada do lugar social ocupado pelas mulheres, naquele período, pois o pensamento higienista também se estruturava nas ideias sexistas de que os homens são superiores, de que determinados comportamentos são masculinos e outros femininos e de que existem espaços “de homem” e espaços “de mulher”. A escolarização feminina, portanto, não era vista da mesma forma que a masculina. Esperava-se que as mulheres se ocupassem das tarefas do lar ou de atividades

laborais de baixos salários em fábricas; não era desejável que elas fossem educadas para ocupar espaços públicos ou de poder. Com relação às meninas surdas, isso se aprofundava por conta de sua deficiência: o que era esperado é que elas fossem capazes de exercer as tarefas domésticas com maestria (costurar, limpar, etc.), algo que poderiam aprender no ambiente familiar.

O discurso científico do século XIX e início do XX afirmava que as tarefas de cuidados são biologicamente determinadas como sendo das mulheres. Diferentemente dos homens, as mulheres estariam destinadas a uma existência submetida à natureza, e não à cultura (LERNER, 2019). A partir das diferenças sexuais, o gênero foi construído socialmente pelo patriarcado para determinar o lugar de submissão feminina. E foi com base na construção de um gênero que não deveria ocupar os espaços públicos de poder que se considerou mais importante do que sua escolarização o ato de evitar que meninas e meninos surdos virassem homens e mulheres surdos convivendo entre si em demasia, gerando, como consequência, o casamento entre eles e o nascimento de mais crianças surdas.

Apesar de tudo isso, ainda se acreditava na educação como um caminho importante e não se defendia a intervenção na capacidade de procriação das pessoas surdas. Já pensadores como Renato Kehl(1889-1974) promoviam um pensamento mais radical: em 1929, ano de lançamento do *Boletim de Eugenia*, o intelectual defendeu a esterilização dos “anormais”, ou seja, daqueles que era considerados os “idiotas, epiléticos, loucos” e os surdos-mudos com o objetivo de evitar a degeneração da raça.

No entanto, havia um ponto de concordância: a valorização da língua falada em detrimento da comunicação gestual, que era tida como algo característico de seres humanos inferiores ou “idiotas”. O desenvolvimento da inteligência só seria possível através do uso das palavras e da oralidade. Essa defesa baseia-se em pensamentos acerca da linguagem humana como os de Rousseau, quando o filósofo afirmou sobre o desenvolvimento da comunicação entre os homens:

Assim, exprimiam os objetos visíveis e móveis por meio de gestos, e os que impressionavam o ouvido por meio de sons imitativos: mas, como o gesto só indica os objetos presentes ou fáceis de descrever e as ações visíveis, não sendo de uso universal, de vez que a obscuridade ou interposição de um corpo o torna inútil, e exigindo a atenção mais do que a excita, foi ele substituído pelas articulações da voz [...] Aliás, **as ideias gerais só podem introduzir-se na espécie com o auxílio das palavras**, e o entendimento não as apreende senão por meio das proposições. É uma das razões por que os animais não poderiam formar tais ideias [...] (ROUSSEAU, 1775, p. 22, grifo nosso).

Longe desses gestos mencionados pelo autor, a comunicação visual utilizada pelos surdos serviu de base para a compreensão de que o não uso da oralidade é não estar

desenvolvido, não estar civilizado e ser “idiota” por não conseguir desenvolver a inteligência ao não fazer uso da palavra falada.

Além de se tornar debate na Educação e na Medicina, a questão da valorização da fala como sinal de inteligência foi legislada no Brasil no século XX, com o Código Civil de 1916. Os surdos que não pudessem exprimir a sua vontade deveriam ser tutelados. À época, entendia-se que as pessoas surdas se expressavam através da fala ou da escrita, pois a língua de sinais não possuía validade legal. Afirmava a lei sobre as pessoas surdas:

Art. 5. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I. Os menores de dezesseis anos.

II. Os loucos de todo o gênero.

III. **Os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade.**

IV. Os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

[...]

Art. 446. Estão sujeitos à curatela:

I. Os loucos de todo o gênero (arts. 448, n. I, 450 e 457).

II. **Os surdos-mudos, sem educação que os habilite a enunciar precisamente a sua vontade** (arts. 451 e 456).

III. Os pródigos (arts. 459 e 461).

[...]

Art. 451. Pronunciada a interdição do surdo-mudo, o juiz assinará segundo o desenvolvimento mental do interdito, os limites da curatela.

[...]

Art. 456. Havendo meio de educar o surdo-mudo, o curador promover-lhe-á o ingresso em estabelecimento apropriado.

[...]

Art. 1.650. Não podem ser testemunhas em testamentos:

I. Os menores de dezesseis anos.

II. Os loucos de todo o gênero.

III. Os **surdos-mudos** e os cegos.

(BRASIL, 1916, grifos nossos).

Dessa forma, o Estado regulava os limites do poder que essas pessoas teriam sobre si mesmas pautando-se nas ideias desenvolvidas e difundidas pelos intelectuais do higienismo. Nos casos em que os surdos tivessem optado pelo uso da língua de sinais, ou seja, por um fechamento em seu próprio grupo, não seriam considerados completamente cidadãos. Com isso, as pessoas surdas eram levadas a se adequar às regras de sua normatização.

Na tese de doutoramento em Medicina *A Surdo Mudez no Brasil (Cadeira de Hygiene)*, de Arnaldo Oliveira Bacellar, datada de 1926, foi realizado um trabalho de análise da surdez no Brasil utilizando os censos de 1872, 1900 e 1920. O autor buscou, em sua pesquisa, descobrir de quais maneiras seria possível reduzir a incidência de pessoas surdas no país e quais as razões da surdez para desenvolver medidas médicas e sociais para combatê-las. Pautado na teoria higienista, considerava a surdez uma degeneração da raça e afirmava, em relação ao recenseamento de 1920:

Vemos por estes últimos números, que mais de 10% dos surdos mudos aqui existentes, são estrangeiros, “indesejáveis”, cuja entrada jamais deveria ser permitida no país. A razão de necessitarmos do braço estrangeiro para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso, não justifica a abertura das nossas portas a todos os elementos bons e maus, indistinctamente, **sob pena de vermos a nossa raça, de per si bastante fraca e ainda não definida, descambar para a completa degeneração.** (BACELLAR, 1926, p. 38, grifo nosso).

Ao analisar os levantamentos dos referidos censos acima, Bacellar (1926) buscou compreender as razões que geram surdez e as maiores ou menores concentrações de acordo com a região, sexo e/ou período. Para realizar sua análise, o autor tipifica “o verdadeiro surdo- mudo” para diferenciá-lo do “idiota” e do surdo “sem ser mudo”. O verdadeiro “surdo-mudo” seria aquele que nasceu completamente surdo ou com audição tão deficiente que não pudesse aprender a palavra. Sobre surdez adquirida, é tipificado como “surdo-mudo” aquele indivíduo que teria adquirido a surdez antes de aprender as palavras; caso contrário, seria apenas surdo, pois, uma vez aprendida a palavra, ela não seria esquecida, e, assim o indivíduo não seria mudo. Para diferenciar o “surdo-mudo” do “idiota”, o autor afirma que aquele é capaz de manifestar seu pensamento mesmo que por meio de mímica natural. Os surdos, então, seriam dotados de inteligência.

Apesar de dotados de inteligência, o autor traça medidas de profilaxia da surdez para a diminuição do número de “surdos-mudos”, pois, segundo o autor:

**[...]são esses infelizes máus elementos, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social.**

Economicamente, são sempre elementos onerosos à sociedade em que vivem, porquanto geralmente, consomem mais do que produzem, principalmente em um meio como o nosso, onde ainda não se cuidou seriamente da sua habilitação.

Socialmente, são também máus elementos, dada a **tendência natural que têm de se segregar da sociedade comum**, procurando exclusivamente o convívio dos seus companheiros de infortúnio, olhando sempre com desconfiança os seus semelhantes que ouvem. A este respeito, já houve até quem previsse a possibilidade perigosa de formação de uma sub-raça humana de surdos-mudos. Aham os que emittiram esta hypothese, que não se deveria cuidar de sua instrução e que se deveria dispersal-os o mais possível, para que, naturalmente, desaparecessem sem deixar vestígios de sua passagem.

Esse tratamento seria um retrocesso aos tempos bárbaros.

Ao nosso ver, não se deve abandonar a instrução e a educação dos surdos mudos, muito pelo contrario, intensificá-la cada vez mais, pois este será o único meio de tornal-os indivíduos aproveitáveis e uteis a sociedade, e de diminuir-lhes esse egoísmo pernicioso. (BACELLAR, 1926, pp. 73-74, grifos nossos),

Nesse trecho, é possível perceber os argumentos higienistas acerca da surdez em voga naquele período histórico, no qual intelectuais, pesquisadores e governos estavam em busca de medidas para o aprimoramento da raça humana – biologicamente e socialmente. Ele nos apresenta também a teoria eugênica, da qual ele veementemente discorda, de criação de uma sub-raça com a solução de separar os surdos de tal forma que viriam a desaparecer.

As teorias acerca da surdez, seja a defesa de que era possível uma raça surda ou a necessidade de buscar profilaxias para o surgimento de novos surdos para melhorar a raça, afetaram a maneira como o Estado e a sociedade lidaram com esse grupo social, demandando medidas e estratégias para a redução da incidência da surdez e de integração desse segmento da população ao mundo dos “normais”.

Assim, neste capítulo, foi realizada uma breve discussão a respeito da origem do conceito de “raça” para compreender os processos históricos que culminaram na biologização da vida. Buscou-se demonstrar que o pensamento intelectual não é neutro; pelo contrário, o corpo intelectual, numa sociedade, está a serviço de suas classes sociais originais ou daquelas que o aderem. Portanto, as teorias pavimentam e justificam projetos de poder econômicos e políticos.

Os pensadores do racismo, do higienismo e da eugenia, conforme aqui discutido, desenvolveram pesquisas e construíram discursos científicos que funcionaram como instrumentos políticos de dominação intra e extraterritoriais. Suas ideias foram difundidas na sociedade e, assim, eles foram capazes de construir sua hegemonia gerando o consenso de que era necessária a higienização e a disciplinarização social para se alcançar o progresso e um futuro moderno e civilizado. Para a construção desse novo mundo, os cientistas metrificaram os seres humanos, definindo quais características eram indesejáveis e quais definiam os “anormais”. A hereditariedade tornou-se, então, uma preocupação, pois caberia ao seu controle a garantia do melhoramento da raça.

Neste capítulo, também foi demonstrado que o Brasil não era uma ilha isolada, e sua classe dominante, assim como seus intelectuais, inseriu-se no contexto internacional do higienismo e do racismo científico para a construção de uma nação moderna, industrial e capitalista, não mais estruturada na escravidão. E para a construção desse novo Brasil, era preciso construir, também, um povo à altura, que fosse forte e produtivo. Com isso, buscou-se compreender de que forma eram entendidos os corpos daqueles classificados como “deficientes” e de que forma a deficiência, especialmente a surdez, representava uma dificuldade ao fim da degeneração. Para isso, verificou-se como a invenção da ideia de raça foi transportada para o mundo da surdez com a crença de que havia o risco da criação de uma variante surda da raça humana.

No entanto, essas ideias traziam, consigo, outras mais antigas. Aliadas à hegemonia do patriarcado, o higienismo e a eugenia afetaram as mulheres; no caso das mulheres surdas, colocaram, sobre seus úteros, o infortúnio da geração de mais “degenerados”. Deveriam, portanto, ser controladas e impedidas de casarem-se com outros surdos; com isso, foram

impossibilitadas de estudar formalmente no Instituto de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro (por muito tempo, a única instituição voltada para a educação de deficientes auditivos em todo território nacional) durante 50 anos.

Esse processo de controle dos corpos indesejáveis através do higienismo e da eugenia será abordado no próximo capítulo, na busca por compreender o processo histórico que proporcionou que as ideias dos intelectuais higienistas se tornassem política de Estado.

## 2. OS INDESEJÁVEIS: HIGIENISMO E EUGENIA COMO POLÍTICA DE ESTADO

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa?

*Machado de Assis*

O racismo científico do final do século XIX e início do XX gerou, por algumas décadas, debates intelectuais sobre a formação e o melhoramento do povo brasileiro. Enquanto alguns autores defendiam que a nossa característica mestiça nos degenerava, outros acreditavam ser possível embranquecer através da miscigenação; em paralelo, havia aqueles que abraçavam a ideia de ser o nosso povo quem ele é, ou seja, mestiço, o melhor do Brasil.

Apesar de divergirem, o que esses intelectuais ditos “orgânicos” tinham em comum era a função que exerciam no país: eram oriundos da classe média e burguesa e colocaram-se a serviço da construção e difusão da visão de mundo de sua classe para que o Brasil não fosse mais um país agrário, cuja direção estivesse nas mãos dos senhores de terra; esperavam, porém, que a sociedade brasileira fosse dirigida por aqueles que nos levariam ao progresso do capitalismo industrial. Eles foram os responsáveis por estabelecer os caminhos a serem percorridos para que nascesse uma nação moderna e industrializada.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Entretanto, não se tratou de um processo histórico sem disputa. O fim do século XIX, com sua base industrial ainda restrita, foi o momento em que se colocou, no cenário intelectual e social, o debate entre aqueles pensadores ligados aos proprietários de terra e senhores de escravos e aqueles ligados ao mundo industrial. No entanto, impôs-se a realidade histórica de entrada do Brasil num contexto econômico em que não cabia mais a escravidão e o domínio político do mundo agrário, uma vez que o pensamento intelectual e o desenvolvimento dos intelectuais têm conexão direta com o período histórico e as demandas de cada período. Chegou, então, o tempo dos intelectuais do capitalismo industrial.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, o país procurava definir o povo brasileiro e construir uma nação moderna e industrializada. Buscava-se constituir um novo modelo de família e de cidade: arejada, planejada e higiênica. Responsáveis pela arquitetura nacional, estavam os intelectuais dos saberes médicos auxiliados pelos pedagogos e engenheiros. Para a criação de um projeto hegemônico de um Brasil higiênico e eugênico, foi feito, da Medicina, um braço importante do poder, o qual – assim como em outros países do Ocidente – servia como disciplinador dos corpos e, através de seus boletins e propagandas, também funcionava como difusor da ideologia.

Desde meados do século XIX, a Medicina dedica-se a moralizar, normatizar e normalizar a sociedade na criação do homem moderno.

A medicina não deve mais ser apenas o “corpus” de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do “homem saudável”, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do “homem não doente” e uma definição do “homem modelo”. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. (FOUCAULT, 1977, p. 39).

Entretanto, alguns intelectuais defendiam ser o Brasil um lugar de gente degenerada e, por isso, urgia a melhoria de nossa raça; como prova de suas teorias, demonstravam casos clínicos de epilepsia, fadiga, histeria, alienação e criminalidade (SCHWARCZ, 2012). Por isso, antes de haver uma preocupação com a vida operária e com a disciplina nas fábricas, houve preocupação com a composição racial de nosso povo, em retirar o Brasil da “degeneração” em que se encontrava. Para isso, era necessário embranquecer – mas sem aceitar qualquer branco – e ser fisicamente e moralmente saudável.

Esses intelectuais brasileiros, como visto no capítulo 1, partiram de pensamentos e conceitos elaborados por pensadores europeus. No entanto, não ocorria uma mera transposição do pensamento estrangeiro às questões da sociedade brasileira: os pensadores brasileiros apropriavam-se das ideias vindas do Velho Mundo e dos Estados Unidos e reelaboravam-nas a partir das questões nacionais, específicas de um povo e um país com outra construção histórica. Com isso, o ato de pensar o mundo e relacionar-se com os debates internacionais também se dava a partir de sua realidade. Os intelectuais brasileiros não eram meros replicadores<sup>14</sup> de conceitos; eram eles mesmos elaboradores (e reelaboradores) das ideias que estavam colocadas no cenário internacional.

---

<sup>14</sup>As leituras dos textos dos autores João Feres Júnior, Marcelo Jasmin, Kari Palonen, J.G.A. Pocock, Reinhart Koselleck e Quentin Skinner foram o fio condutor para os debates acerca das trocas ideológicas entre os

Retomamos, aqui, o Primeiro Congresso das Raças, no qual foi debatido o conceito de raça entre intelectuais brasileiros e de diversos países e em que se registrou, em 1911, a civilização do mundo através do Ocidente e do homem branco. Buscava-se, com isso, a construção de uma narrativa que defendia que as práticas imperialistas não seriam uma conquista ou dominação, mas, sim, uma benevolência. Uma boa ação aos povos atrasados, os quais deveriam não apenas aceitá-las, mas também desejá-las.

O exemplo do Japão, transformado pelo contacto do Occidente em nação forte, capaz de vencer pelas armas uma das mais poderosas nações do Occidente, não foi esquecido para comprovar a these.

Concordes foram os membros do Congresso em que, embora privados da iniciativa, são os povos atrasados do Oriente dotados de um grande poder assimilador que os faz rapidamente incorporar à sua organização social os progressos nas indústrias, no commercio e nas letras, que têm realiado os povos do Occidente. (LACERDA, 1912, p. 7).

Sobre as estratégias para que esse processo civilizador obtivesse sucesso, João Baptista de Lacerda (1912, pp. 7-8) afirma:

Para que os resultados, desse movimento civilizador, dirigido do Occidente para o Oriente, sejam proficuos, reaes, permanentes, torna-se necessário que, as nações dominantes que querem impulsionar as suas colonias no Oriente e no Continente Negro, se esforcem por despertar as sympathias da raça sujeita para com a raça dominadora, respeitando esta os costumes daquela quando elles não forem contrários á Lei e ao bem geral, não embaraçando o exercício da sua religião, dando-lhe um conforto compatível com o seu estado social, ajudando as suas empresas, saneando as suas cidades e habitações, promovendo o intercâmbio dos seus mercados pela facilidade das communições territoriaes e fluviaes , protegendo-as, emfim contra as perseguições, as extorsões e as malversações dos aventureiros estrangeiros exploradores de industrias novas, cobiçosos de fortuna, que se querem locupletar com o producto do trabalho do indígena e reduzil-o á servidão.

E' força confessar que este programma colonizador não tem sido geralmente seguido, deixando assim levantarem-se contra o dominio da nação adiantada, as antipathias da raça atrasada, facto esse que ha impedido um maior desenvolvimento de muitas nações do Oriente.

Em summa, acabar ou pelo menos attenuar essas antipathias de raça, como condição essencial do progresso e da confraternisação dos povos, eis qual foi o ponto de mira dos esforços do actual Congresso.

A ideia de progresso também se fazia muito presente. Havia, naquele período, uma forte crença de que o mundo só podia caminhar para frente e de que era preciso ter a evolução como horizonte. Mas, conforme salientado anteriormente, o pano de fundo desse congresso foi o contexto histórico dos conflitos raciais que eclodiam como resultado do colonialismo na Ásia e na África e o receio de que o mundo poderia assistir a uma guerra de grandes

proporções. Havia, ainda, o temor de que houvesse sucesso em levantes dos povos conquistados contra seus colonizadores.

As disputas e rivalidades entre as nações europeias pelo domínio colonial também mobilizavam os participantes do congresso. Ainda estavam bastante vivas[,] na memória dos governos e administradores coloniais europeus[,] as consequências da Guerra dos Bôers, conflito ocorrido na África do Sul envolvendo colonizadores britânicos e colonos franceses e holandeses estabelecidos no continente desde o século XVIII. Além disso, a invasão da Líbia pela Itália e a crescente influência da Alemanha em regiões coloniais já ocupadas pela França davam sinais de que “a era dos impérios”, conforme escreveu o historiador Eric Hobsbawm (2003), poderia entrar em crise, aumentando ainda mais a possibilidade de eclosão de uma guerra de enormes proporções. (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 748).

A ciência do século XIX e do início do XX esteve bastante atrelada aos propósitos dos imperialistas e aos seus empreendimentos coloniais. A Antropologia Física foi fortemente financiada pelas nações colonizadoras para que pesquisasse e compreendesse os povos colonizados para facilitar a administração das colônias, facilitando a dominação em termos políticos e econômicos (SOUZA; SANTOS, 2012). No entanto, o Primeiro Congresso das Raças trazia, em contraponto à Antropologia e à sua medição da raça, a refutação ao determinismo biológico e postulava que havia sociedades atrasadas por questões ambientais e sociais. Dessa forma, buscava-se uma relação mais conciliatória, menos propensa a reações beligerantes entre as raças.

O Congresso também foi espaço de pensamentos que divergiam das teorias hegemônicas da eugenia e dos tipos físicos. Intelectuais como Franz Boas, W. E. B. Du Bois e Gustav Spiller<sup>15</sup> defendiam que não havia superioridade de raça e que as características físicas não determinavam as mentais (SOUZA; SANTOS, 2012). Em comum, esses pensadores argumentavam que o meio ambiente era mais determinante do que a raça – pensamento que se faria bastante presente em nosso país nas políticas adotadas por governos do século XX que buscaram higienizar o ambiente para melhorar a nação.

Um dos representantes da América do Sul no Congresso, o Brasil foi um importante expoente do racismo científico e considerado um grande laboratório racial de uma miscigenação extremada. O envio de Lacerda pelo governo brasileiro visava, principalmente, a dar conta de suas questões internas ainda não resolvidas após o fim da escravidão. Abordando o problema da miscigenação, o médico e cientista apresentou as características

---

<sup>15</sup> Esses três intelectuais estiveram inseridos no contexto histórico dos debates raciais ocorridos entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, tendo sido opositores ao pensamento hegemônico do racismo científico. Ressalta-se que Du Bois foi um importante ativista do movimento negro, tendo lutado por direitos para outros grupos como os trabalhadores, os judeus e as mulheres. Suas ideias foram utilizadas por intelectuais brasileiros que se contrapunham ao determinismo biológico.

brasileiras. Diferentemente de em outras colônias do continente americano, neste país, não houve qualquer proibição de miscigenação entre brancos, negros e indígenas, o que remete às origens coloniais do país e ao comportamento do português colonizador. No entanto, a despeito das teorias eugenistas hegemônicas, que afirmavam ser a miscigenação fonte da degeneração das raças, Lacerda assegurava que a mestiçagem brasileira era positiva e que nosso povo miscigenado era deveras inteligente<sup>16</sup>. Apontava, ainda, outro ponto positivo da prática da mestiçagem: o branqueamento. Acreditava que, antes de findar o século XX, seríamos uma nação de brancos. Como sustentação de sua hipótese, recorria ao pensamento darwinista da seleção sexual. Aqui, essa seleção seria a busca dos mulatos por pureza de raça ao se relacionarem com os brancos para que seus descendentes se tornassem brancos puros. Outra razão para o embranquecimento era a entrada dos imigrantes europeus, a qual era parte do caminho trilhado pelo Brasil em busca de sua modernização e progresso, sua civilização.

João Baptista de Lacerda, o então diretor do Museu Nacional, cumpria, naquele evento, o papel de fazer propaganda do Brasil para a Europa devido à necessidade da imigração de mão de obra europeia para cumprir o duplo papel esperado pelo Estado naquele período: substituir os negros na lavoura e embranquecer a nação. É com esse objetivo que o intelectual se coloca ao lado dos brancos europeus no Congresso, reverberando, em seu documento de 1912, as posições defendidas pelos delegados da Europa acerca das relações com as outras raças e o papel de cada uma na humanidade. Ao fim do documento em que resume o Congresso, ele realiza uma réplica às críticas ao seu trabalho apresentado no evento.

Nesse trabalho, Lacerda (1912) apresenta, como questão central, a miscigenação do povo brasileiro, com uma presença maior de mestiços oriundos das relações entre brancos e negros. O autor considera esse tipo de miscigenação de larga importância devido à “extensa representação na vida social e política” (LACERDA, 1912). Ele levanta, então, o debate científico acerca do monogenismo e poligenismo para identificar se brancos e negros teriam origens distintas, portanto se seriam diferentes espécies ou raças de uma única origem; conclui que são raças diferentes pela possibilidade de brancos e negros gerarem as próximas gerações, os mestiços, que são igualmente férteis. No entanto, os mestiços não configuram uma terceira raça, pois não seriam capazes de manter características e qualidades próprias, como ocorre com negros e brancos “puros”. Ao longo do documento, o intelectual explica o processo de colonização e miscigenação para, finalmente, alcançar a defesa de sua tese: a de que era preciso estimular o casamento de mestiços com brancos para que, a partir da terceira

---

<sup>16</sup>Ver SOUZA; SANTOS, 2012; LACERDA, 1911, p. 377-383.

geração, o Brasil começasse a ter uma população de características brancas. Essa teoria não só influenciou as políticas do Estado brasileiro como estava a serviço deste.

Na década de 1920, importantes intelectuais e profissionais pensaram a eugenia como solução para inserir o Brasil no caminho do progresso. Colocando a genética na frente das questões sociais, o melhoramento da raça era o horizonte a ser perseguido. Um importante expoente desse contexto é Renato Kehl, cuja teoria pode ser dividida em dois momentos: o primeiro até meados dos anos 20, quando estava preocupado com os problemas ligados à saúde pública, ao saneamento e à educação higiênica e sexual; e o segundo a partir do final da década, quando passou a defender medidas eugênicas extremadas, colocando como forma de evitar a degeneração da raça impedir que pessoas tidas como “anormais” ou indesejadas pudessem ter filhos ou que se casassem com pessoas brancas e “saudáveis” (SOUZA, 2006, p. 30). O autor tinha a aberta intenção de influenciar as políticas do Estado brasileiro e, para tal, fundou o *Boletim de Eugenia*, uma forma de divulgar as ideias eugênicas e de realizar propaganda acerca delas.

Já a década seguinte trouxe novos debates. Um dos autores expoentes desse período é Gilberto Freyre – que fora influenciado por Franz Boas. Ele escreve *Casa Grande e Senzala* e retoma a visão de João Baptista de Lacerda sobre os portugueses quando busca explicar nossa miscigenação através de uma origem colonial, de um comportamento dos colonizadores portugueses na relação com outros povos. Para o autor, o português é um povo historicamente miscigenado, um branco que não seria tão branco quanto outros povos da Europa. O que teria criado, no português, uma cultura de não buscar uma raça pura, mas, sim, uma predisposição a se misturar com indígenas e negros.

Para a formidável tarefa de colonizar uma extensão como o Brasil, teve Portugal de valer-se[,] no século XVI[,] do resto de homens que lhe deixara a aventura da Índia. E não seria com esse sobejo de gente, quase toda miúda em grande parte plebéia e, além do mais, moçárabe, isto é, com a consciência de raça ainda mais fraca que nos portugueses fidalgos ou nos do Norte, que se estabeleceria na América um domínio português exclusivamente branco ou rigorosamente europeu. A transigência com o elemento nativo se impunha à política colonial portuguesa: as circunstâncias facilitaram-na. A luxúria dos indivíduos, soltos sem família, no meio da indiana nua, vinha servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra. E o certo é que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, em um largo e profundo mestiçamento, que a interferência dos padres da Companhia salvou de resolver-se todo em libertinagem para em grande parte regularizar-se em casamento cristão. (FREYRE, 2003, p. 160).

Freyre (2003) ressalta a mistura cultural no Brasil nos tempos coloniais e como as relações entre os diferentes povos os afetavam mutuamente e foram criando um povo novo com uma cultura própria: um povo mestiço de cultura mestiça. Diferente de pensadores

anteriores, que viam a miscigenação de forma positiva, pois dela resultaria o branqueamento, aqui, o que se tem de positivo é, justamente, o resultado “brasileiro” da mestiçagem. Nem branco, nem negro, nem indígena, mas outro povo que forma a nossa nação. No período em que escreveu esse ensaio, o pensamento que estava em voga era o do melhoramento da raça, do branqueamento e do arianismo. Com sua obra, o autor disputa intelectualmente a arena dos projetos de nação para o Brasil e aponta pistas para compreendermos as estruturas sociais e políticas no país que permitiram terreno fértil para o racismo científico. Um Brasil que, segundo o autor, possuía uma estrutura oligárquica, aristocrática, patriarcal e escravocrata, fruto de sua colonização pautada pelo latifúndio que resultou na escravidão para trabalhar as monoculturas em grandes extensões de terra e no estabelecimento do sistema patriarcal da colonização portuguesa. Esse sistema era conceituado pela casa grande e pela senzala, aparentemente separadas, mas estruturalmente amalgamadas. Resultaram, dessa colonização, homens que eram senhores das terras, das mulheres e dos escravos e que, ao poder do *pater familias*, tudo submetiam. Resultou um Brasil fortemente agrário que reagiria a cada tentativa de modernização e da cidade submeter o campo.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária), de trabalho (a escravidão), de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater familias, culto dos mortos etc.), de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santacasa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. Desse patriarcalismo, absorvente dos tempos coloniais a casa grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. Expressão do patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortaleza que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI.[...] A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. "Feias e fortes". Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza. (FREYRE, 2003, pp. 36, 38).

A estrutura forjada em tempos coloniais foi tão sólida que perduraria por muitos séculos e chegaria, mesmo que um pouco modificada, à contemporaneidade e, junto às teorias do racismo científico, da eugenia e do higienismo, faria o Estado controlar os grupos sociais que outrora eram controlados pela casa grande. Os impactos desse processo histórico do higienismo e da eugenia serão analisados ao longo deste capítulo.

## 2.1. Higienismo

A segunda metade do século XIX é o período em que surge, no Ocidente, a teoria médica-higienista, que tinha por objetivo proporcionar o progresso e o processo civilizador através da eliminação de doenças físicas e morais. Essa teoria, que controlava, racionalizava e ordenava os corpos, buscava ordenar e racionalizar o espaço urbano. Ela refletia os ideais modernos de ciência, ordem e progresso ao mesmo tempo em que adequava a sociedade para o capitalismo industrial que se desenvolvia.

O capitalismo demandava, cada vez mais, uma racionalidade não só na produção e no processo de acumulação de capital, mas também na racionalização da sociedade e do operariado. Para isso, precisava desencantar o mundo<sup>17</sup> para se estabelecer, pois se tratava de um sistema que demandava a racionalização da vida social e do trabalho. Essa racionalização imprimiu sistemas de controle ao trabalho e caracterizou a sociedade moderna. Adotar essa concepção de mundo e torná-la hegemônica significava colocar a nação na modernidade. O movimento higienista no século XIX serviu a esse propósito.

No entanto, não era a primeira vez que o capitalismo utilizava mecanismos de controle e de difusão de uma nova concepção de mundo. A autora Silvia Federici (2017) identifica, no momento de acumulação primitiva do capital, o início desse processo de controle dos corpos dos trabalhadores através de uma aliança do capitalismo que surgia com a Igreja. Foi através da “caça às bruxas” que valores e tradições da classe trabalhadora foram sendo combatidos para a criação de uma nova hegemonia. Essa perseguição tornou perigosos e até demoníacos os conhecimentos populares de medicina, o pensamento mágico ligado às leis da natureza e a visão de um mundo encantado onde, até mesmo nas florestas, habitavam divindades. Porém, um mundo encantado dessa forma dificultaria a implementação de um sistema que monetizava seres humanos e a natureza, onde “tempo é dinheiro”. Ao desencantar o mundo, o Ocidente, então, estabeleceu um novo sistema econômico e social (FEDERICI, 2017). Dessa forma,

[...] junto com as “bruxas”[,] foram eliminadas crenças e uma série de práticas sociais/culturais típicas da Europa rural pré-capitalista que passaram a ser vistas como improdutivas e potencialmente perigosas para a nova ordem econômica. Era um universo que hoje chamamos de supersticioso, mas que[,] ao mesmo tempo, nos

---

<sup>17</sup> Expressão de Max Weber (2016) sobre o processo de racionalização da vida empreendida pelo capitalismo.

alerta para a existência de outras possibilidades de relação com o mundo (FEDERICI, 2019).

Assim, através da punição às mulheres e a um poder feminino ainda não controlado pelos homens, punia-se diversas outras formas de insubordinação social, sexualidades fora da norma e crenças mágicas que atrapalhavam o controle do Estado. Essas crenças atribuíam poder aos corpos, o que impediria que a classe trabalhadora fosse alçada à categoria de máquina. Esse processo histórico trouxe um impacto profundo às vidas das mulheres e da classe trabalhadora.

Por meio da caça às bruxas, portanto, um novo código social e ético foi imposto, e isso tornou qualquer fonte de poder independente do Estado e da Igreja suspeita de diabolismo e provocou o medo do inferno – o medo do mal absoluto sobre a terra. O fato de ter sido comumente assumido que a personificação do diabo era uma mulher teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista que a caça às bruxas ajudou a construir (FEDERICI, 2017).

Com a Revolução Industrial, surgiu a necessidade de um novo modelo de sociedade, de outra forma de controle. A classe trabalhadora precisaria aceitar a disciplina que impõe o trabalho numa fábrica, e, para que esse efeito disciplinador se fizesse exitoso, era necessária a disciplinarização da vida também fora das fábricas. “O corpo do trabalhador torna-se objeto de estudos e cuidados. Médicos e higienistas multiplicam as pesquisas sobre o movimento para uma melhor utilização da máquina humana” (PERROT, 2017, p. 77).

Para a categoria médica, o corpo era visto como algo a ser disciplinado e vigiado para que ficasse dentro dos padrões de higiene e normalidade estabelecidos. De acordo com Mayra Paranhos e Márcia Paranhos (2018, p. 3), “Uma das características dessas práticas higienistas era a educação dos corpos para que estes tornassem civilizados, controlando as suas vontades e instintos, buscando o corpo perfeito e saudável, livre de vontades e desejos que o fizesse fugir ‘das boas maneiras’”. Os médicos defendiam a circulação de ar como algo que evitava doenças e epidemias (PERROT, 2017). O ar viciado pela alta densidade populacional em locais como os cortiços deveria ser eliminado com as reformas urbanas. Dessa forma, as cidades estariam construindo o seu caminho para o progresso. Portanto, não somente os homens e mulheres deveriam ser disciplinados: para a categoria dos engenheiros, a adequação da arquitetura do espaço público e privado era necessária para proporcionar uma cidade que fosse livre de doenças físicas e mentais, assim como de maus costumes.

Nesse sentido, o progresso seria alcançado através de um processo disciplinar que, vestido com o manto da ciência, se colocava como incontestável. Com a classe trabalhadora enclausurada nas fábricas, aprofundou-se o processo de alienação dos trabalhadores que viam mais estreito o vínculo entre seu salário e a produção em máquinas, cuja propriedade era do

capitalista. A classe trabalhadora era, pois, destituída de seu saber, de suas qualificações para exercer um trabalho cronometrado, intensificado, padronizado e repetitivo.

A necessidade de controle da classe trabalhadora empreendida pelo higienismo advém do fato de que o trabalhador não está na fábrica por vontade própria. Ele não produz riqueza para o capitalista como expressão de sua vontade, mas para satisfazer suas necessidades mais básicas, ou seja, ter algum dinheiro (mesmo que um parco salário) para que possa comer, vestir-se e ter um teto.

O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo[,] mas[,] sim[,] a outra pessoa. (MARX, 1840, p. 4).

O trabalhador é, então, objetificado. No entanto, a classe trabalhadora reage e organiza-se nos movimentos operários para reivindicar menos horas de trabalho e o fim de sua exploração. Pode-se compreender como forma de luta do operariado a resistência em abraçar teorias e sistemas de valor desenvolvidos pela classe dominante. Na França, os operários não exigiam mais higiene e conforto nas fábricas e moradias, porque temiam uma maior racionalização do espaço e, conseqüentemente, um maior controle sobre o resto de liberdade operária (PERROT, 2017).

Na segunda metade do século XIX, os higienistas, então, defendiam a circulação do ar e a intervenção na densidade demográfica para se evitar doenças e epidemias. Surgiu a preocupação em separar os corpos. Os médicos atribuíram aos cortiços e à promiscuidade das multidões urbanas a razão da propagação de doenças contagiosas.

O que os intelectuais da higiene pensavam e os instrumentos técnicos difundiam tinha, no Estado, o seu braço regulatório, como nos mostra o Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850:

Art. 1º E Concedido ao Ministerio do Imperio hum Credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão a melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Imperio, como o dessecamento de lugares alagadiços, que se tenham reconhecido insalubres, o estabelecimento de vallas, e canos de despejo, e reparação e limpeza dos existentes, a multiplicação de depositos de agua para uso, e asseio das Povoações e outros trabalhos de semelhante natureza; entre os quaes preferirá o Governo os que julgar mais urgentes.

Percebeu-se então, por parte da classe dominante, a necessidade de sensibilizar e educar a sociedade acerca dos valores sociais estabelecidos pelo capitalismo e pela Medicina higiênica. Era preciso difundir essas ideias para criar um consenso e uma adesão das classes

populares ao projeto dominante de nação, e, assim, a Educação Escolar foi compreendida como a área em que se promoveria a civilização e a regeneração dos povos (PARANHOS; PARANHOS, 2018).

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-los [...]. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo [...] (GRAMSCI, 1982, p. 130).

Com a intervenção dos médicos-higienistas, a educação desloca-se do âmbito familiar e religioso para o controle dos médicos e do Estado, que passam a disciplinar e fiscalizar o comportamento dos alunos dentro e fora das escolas para adequá-los à nova ordem. As escolas funcionam como estrutura ideológica que incorpora em sua atividade geral. Antonio Gramsci (1982) chama isso de “fração cultural”, entendida como segundo conjunto cultural da sociedade civil<sup>18</sup> onde há gradação da ideologia e guardião de uma concepção de mundo.

Sob o discurso de cuidados com a infância, o higienismo buscou transformar os hábitos da família da classe trabalhadora e direcionou à criança seu olhar disciplinador para integrar e socializar esse futuro adulto na nova concepção de mundo. Portanto, no século XX, já era possível perceber a presença desses intelectuais da higiene em cargos de governo participando de importantes decisões do Estado, como, por exemplo, o currículo das escolas públicas:

[...] a exemplo temos os Pioneiros da Escola Nova. Estes tinham como anseio disciplinar a pobreza do corpo, na mente, nos gestos e nos sentimentos. Os escolanovistas eram sinônimo de progresso e modernidade e as escolas que não incutissem uma mentalidade higiênica estavam fora desse progresso. (PARANHOS; PARANHOS, 2018, p. 5).

Assim, o poder médico, como forma de exercer o seu controle social, toma como instrumento o controle dos corpos e da sexualidade para difundir o pensamento e os valores burgueses ao moralizar a classe trabalhadora. Para afirmar a sua diferença e hegemonia, a dominação burguesa buscou demonstrar superioridade através do corpo físico e de sua sexualidade (FOUCAULT, 1988). A burguesia notou o corpo do proletariado.

---

<sup>18</sup>Conjunto dos organismos que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce na sociedade.

Para que o proletariado fosse dotado de um corpo e de uma sexualidade, para que sua saúde e seu sexo e sua reprodução constituíssem problema, foram necessários conflitos (especialmente com respeito ao espaço urbano: coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera de 1832 ou, ainda, a prostituição e as doenças venéreas); foram necessárias urgências de natureza econômica (desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de uma mão-de-obra estável e competente, obrigação de controlar o fluxo de população e de obter regulações demográficas); foi necessária, enfim, a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles[...] (FOUCAULT,1988, pp. 120-121).

Os corpos da classe trabalhadora eram vistos como fétidos, transmissores de doenças e degenerados. Sua sexualidade era entendida como imoral, e era necessário redefinir o conceito de família. Segundo Margareth Rago, pensava-se que todo tipo de comportamento desviante, de relacionamento incontrolável, ameaçador e impuro deveriam ser curto-circuitados. Assim pretendia-se formar o novo proletariado.

No entanto, como dito anteriormente, a classe trabalhadora não acatou prontamente os valores dos higienistas, porque não havia neles uma identificação com sua classe. Ela resistiu e manteve suas tradições, valores e costumes. E, por isso, a classe dominante, com seus intelectuais, difundiu sua ideologia através da tentativa de um consenso, como, por exemplo, usando a imprensa, mas também através da coerção quando necessário para estabelecer sua hegemonia sobre a classe trabalhadora, sobre os negros, sobre os deficientes e sobre as mulheres.

Assim, o discurso e a prática da ordem dos higienistas – que têm sua origem nas elites intelectuais – propagaram-se pela sociedade como um todo, e os valores higiênicos foram introjetados pelas diversas classes sociais. Ao lado do pensamento higienista, surgiu a ciência da regeneração e aprimoramento da raça através dos genes: a eugenia.

## 2.2. Eugenia

A eugenia surgiu paralelamente ao movimento higienista nos finais do século XIX e início do XX, e apresentou-se como um braço do higienismo. Inaugurada pelo pensamento de Francis Galton, essa teoria dedicava-se a pensar formas de melhoria da raça através de evitar a hereditariedade de características entendidas como negativas e responsáveis pela degeneração. Galton postulou algo que, naquele momento, era uma descoberta original: genes hereditários

que determinavam qualidades, defeitos e potencialidades. A influência da educação e do meio são limitadas e incapazes de modificar totalmente o que os genes definiram.

É da maneira mais desqualificada que me oponho a pretensões de igualdade natural. As experiências da creche, da escola, a Universidade, e de carreiras profissionais, são uma cadeia de provas para o contrário. Eu reconheço livremente o grande poder da educação e da influência social no desenvolvimento dos poderes ativos da mente, assim como eu reconheço o efeito do desenvolvimento dos músculos do braço de um ferreiro. Deixe o ferreiro trabalhar como quiser, ele vai encontrar lá certos feitos além de seu poder que estão dentro da força de um homem de feição hercúlea, mesmo que este último possa ter levado uma vida sedentária (GALTON, 1869, p. 44).

Francis Galton foi quem cunhou o conceito “eugenia” em sua obra *Capacidade humana* (tradução nossa para *Human Faculty*), de 1883, conforme ele mesmo informa no texto *Probabilidade, a fundação da eugenia* (tradução nossa para *Probability, the foundation of eugenics*), de 1907. A novidade apresentada pelo autor à comunidade científica era o pensamento de que era possível a melhoria da raça intervindo na hereditariedade, ou seja, na procriação. Em suas palavras,

[...] como nação, estamos deixando de gerar inteligência, como fazíamos há cinquenta a cem anos atrás. O estoque mentalmente melhor na nação não está se reproduzindo no mesmo ritmo que fazia antigamente; os menos capazes e menos enérgicos são mais férteis do que os melhores. Nenhum esquema de educação mais ampla ou mais completa elevará, na escala da inteligência, a fraqueza hereditária ao nível da força hereditária. (GALTON, 1907, pp. 10-11).

Para o fundador da eugenia, a hereditariedade era implacável, e não havia alternativa a não ser, através de pesquisas científicas, definir os elementos degenerados e as características que pioram a raça e intervir no matrimônio para evitar que os “mais capazes” se relacionassem com o “menos capazes” e também que estes procriassem, fazendo com que a qualidade da nação decaísse. Para tanto, os eugenistas dividiam-se em duas vertentes: a positiva e a negativa. Na Eugenia Positiva, era estimulada a reprodução entre indivíduos considerados de raça superior para que se obtivesse como resultado a supremacia dessa raça; na Eugenia Negativa, era postulada a necessidade de eliminação do indivíduo inadequado. Essa diferença era devida a duas correntes teóricas que inspiravam esses intelectuais: o neolamarckismo e o mendelismo, tendo, ambas, representantes no movimento intelectual eugênico brasileiro.

No neolamarckismo, postulava-se que existiam outros processos evolutivos diferentes da seleção natural proposta por Darwin. À teoria de Lamarck de que a herança dos caracteres adquiridos por meio do uso e desuso de estruturas orgânicas foi incluído o viés adaptacionista (FARIA, 2017). Sendo assim, acreditavam ser possível a modificação de traços hereditários

através da intervenção ambiental (VERZOLLA; MOTTA, 2017), como a educação higiênica e a medicina sanitaria. Ao se modificar o ambiente, modificar-se-ia a necessidade dos organismos, levando-os a adaptações.

No mendelismo, baseavam-se na teoria de Gregor Mendel (1822-1844) e defendiam que as características eram transmitidas por hereditariedade aos descendentes sem possibilidade de alterações mediante intervenções no ambiente. Assim, uma das propostas dos intelectuais que se baseavam nessa teoria era a esterilização dos considerados inferiores para impedir o aumento da raça impura.

Houve também quem se inspirasse no darwinismo social, por meio do qual se revisitava a teoria da evolução das espécies de Darwin e se acreditava na criação de raças puras através da seleção natural.

De acordo com a teoria eugênica, a classificação dos grupos que degeneravam a raça não se dissociava das questões políticas e econômicas daquele período. A eugenia servia à definição de inferiores aqueles grupos sociais que se pretendia controlar para garantir o aumento de pessoas fisicamente e mentalmente sadias, assim como garantir o embranquecimento ao se reduzir ou eliminar as pessoas negras. Ao reduzir a quantidade de “fracos” e “degenerados”, seriam preservados os indivíduos que atendessem ao padrão branco e burguês, reafirmando a superioridade dessa classe dominante. À classe trabalhadora cabia alcançar esse mesmo padrão e, assim, ter-se-ia uma mão de obra sadia e produtiva, livre dos “vícios” e da “degeneração” que impedisse o uso de toda a potência da força de trabalho. Além disso, para os eugenistas, com a produção de uma população forte e sadia, os governos não precisariam empreender esforços e custos para tratamento e assistência a essas pessoas.

Para tornar possível os projetos eugenistas, era preciso que o Estado criasse políticas de seleção dos “melhores” e, assim, intervisse na sexualidade através do controle de natalidade e de padronização dos casamentos.

A proposta é padronizar os casamentos, criando regras rígidas de matrimônio, culminando no controle das relações sexuais e na contenção de procriação dos considerados degenerados. O monitoramento do casamento impediria a proliferação de criminosos e degenerados oportunizando a melhoria das pessoas na sociedade. A fiscalização da reprodução de indivíduos “fracos” a partir de programas sociais dirigidos pelo Estado devia estar consoante os preceitos eugênicos (GÓES, 2018, p. 44).

Pensada como um projeto internacional, a eugenia era considerada como uma forma de colocar em prática o processo civilizatório para os povos fora da Europa e considerados menos desenvolvidos e não civilizados, servindo, assim, aos projetos de superioridade europeia e de reafirmação dos países europeus como potências econômicas e políticas.

Nascida no bojo da industrialização na Europa, essa teoria é pensada num momento em que, em busca de empregos, a classe trabalhadora aglomerava-se nos centros urbanos em moradias insalubres. Entretanto, insalubres também eram as fábricas onde esses trabalhadores e trabalhadoras dedicavam exaustivas horas de trabalho. Com isso, as epidemias tornavam-se constantes, e as doenças oriundas de corpos debilitados pela fome e exaustão, uma realidade.

Esses corpos das pessoas pobres, entendidos como tendo aspecto de fraqueza e doenças, circulavam por toda parte. Para evitar que a razão do adoecimento da classe trabalhadora e da cidade fosse atribuída à industrialização, transferiu-se aos trabalhadores e ao seu modo de vida o motivo para a degeneração da população. Outro aspecto causado pelo sistema econômico e transferido à classe trabalhadora foi a pobreza. Para os intelectuais da eugenia, a pobreza também era hereditária e culpa dos próprios pobres, que não cessavam sua reprodução, transmitindo às novas gerações os genes “degenerados”. Dessa forma, a biologia explicava e justificava as mazelas sociais e reafirmava a superioridade de uma classe sobre a outra e, através do racismo, a superioridade de um povo sobre outro. Esse pensamento ganhou mais força no alvorecer do século XX, quando recebeu investimentos para ser colocado em prática, e governos passaram a utilizar medidas eugênicas.

Uma das características da sociedade industrial, portanto, é a convivência com indivíduos tipificados como “anormais”, e o comportamento destes não advinha das mazelas provocadas pela exploração do tempo de trabalho, da espoliação da burguesia ultraliberal, das contradições de classe, da divisão social do trabalho e apropriação privada da riqueza social, mas eram sim, segundo Galton e seus seguidores comportamentos herdados hereditariamente, isto é, a prostituição, delinquência e outros problemas comportamentais [...] (GÓES, 2018, p. 45).

Portanto, o pensamento eugenista oferece as respostas e os métodos para solucionar os problemas oriundos da sociedade industrial que se expandia. Para a eugenia, era urgente a eliminação dos “fracos” e “degenerados” através de métodos como a segregação, deportação, castração, controle dos matrimônios, esterilização compulsória e eutanásia. Assim, a teoria teve grande importância no esforço empreendido no projeto civilizador moderno que buscou a ordem e o progresso e “a formação de indivíduos saudáveis, homogêneos e padronizados – e, para isto, suscetíveis a toda forma de controle [...]” (VERZOLLA; MOTTA, 2017, p. 616). Tendo sido um empreendimento internacional, o Brasil também participou desse projeto higiênico e eugênico.

### **2.3. Higienismo e eugenia no Brasil: a construção de uma nação**

### 2.3.1. Higienismo no Brasil

A Revolução Industrial e a expansão da industrialização no mundo criaram a necessidade de controlar e disciplinar os corpos das classes populares, sobretudo aqueles considerados desviantes do padrão branco e masculino (deficientes, pacientes psiquiátricos, negros, mulheres). Essa sociedade capitalista incipiente e pós-abolição, em fins do XIX no Brasil, implicou a racionalização e o ordenamento do espaço urbano, da escola, do trabalho e de diversos aspectos da vida cotidiana.

O período do fim do século XIX e início do XX fez surgir a concepção de que o Estado era o ator social capaz de colocar em prática o ímpeto moderno de alcançar o progresso e a civilização que viabilizaria o funcionamento da sociedade capitalista que emergia no país. Para isso, era necessário normatizar a cidade, os hábitos e os costumes, fazendo uso do discurso da medicina social (MACHADO, 2011).

A pobreza precisava ser disciplinada e higienizada. Importantes focos dos higienistas foram as habitações da classe trabalhadora, chamadas, no Brasil, de “cortiços”. Nesses espaços, a burguesia industrial, o poder público e os intelectuais do higienismo vislumbravam a possibilidade de gerir a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras ao controlar as relações afetivas e cotidianas dos pobres. Através da medicalização da cidade, da tentativa de transplantar a família nuclear, moderna e burguesa à classe trabalhadora, colocava-se em prática o projeto de desodorizar a cidade.

A preocupação inicial com as condições de habilitação do trabalhador urbano parte dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos. Ocupam-se com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças. E alarmam-se com os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos; e com a exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciosa da população pobre em cubículos estreitos (RAGO, 2014, p. 214).

A relação da grande e da pequena burguesia com as moradias populares e com a classe trabalhadora foi retratada na obra de ficção de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*. O desenrolar dessa obra literária ocorre no cotidiano de um cortiço surgido da necessidade de a classe trabalhadora buscar habitação próxima ao trabalho e da convivência dessa moradia operária com a casa de uma família mais abastada e branca. O pano de fundo da história é, assim como em *O Mulato*, mencionado no capítulo 1, a sociedade brasileira do século XIX e o racismo e higienismo presente nas classes dominantes. Enquanto na obra *O Mulato* há o retrato de um Brasil ainda imerso na escravidão, em *O Cortiço*, tem-se o vislumbre de uma nação

apontando para o progresso, mas lidando com a abolição e com o início do capitalismo industrial.

E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. E ao lado o Miranda assustava-se, inquieto com aquela exuberância brutal de vida, aterrado defronte daquela floresta implacável que lhe crescia junto da casa, por debaixo das janelas, e cujas raízes, piores e mais grossas do que serpentes, minavam por toda a parte, ameaçando rebentar o chão em torno dela, rachando o solo e abalando tudo. Posto que lá na Rua do Hospício os seus negócios não corresse mal, custava-lhe a sofrer a escandalosa fortuna do vendeiro “aquele tipo! um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra!” À noite e aos domingos ainda mais recrudescia o seu azedume, quando ele, recolhendo-se fatigado do serviço, deixava-se ficar estendido numa preguiçosa, junto à mesa da sala de jantar, e ouvia, a contragosto, o grosseiro rumor que vinha da estalagem numa exalação forte de animais cansados. Não podia chegar à janela sem receber no rosto aquele bafo, quente e sensual, que o embebedava com o seu fartum de bestas no coito (AZEVEDO, 1997, p. 8).

Nesse momento, a figura do médico, no país, aumentava sua importância, pois este se tornou o sujeito que evitaria que os indivíduos tomassem atitudes que afetariam seu bem-estar físico e moral. Eram os médicos os responsáveis por possibilitar uma sociedade de ordem e de progresso.

Além de detectar a doença no “corpo social da cidade”[,], o movimento higienista organizou-se como poder político por acreditar que somente a partir dessa esfera de atuação e conhecimento poderia impor as medidas sociais que julgavam serem necessárias. O *status* político dado aos higienistas se organizava através da polícia médica, o que nos deixa claro a ação racionalizadora sobre a população. O médico não era apenas alguém que detinha conhecimentos, mas também quem intervinha no espaço, por meio das políticas territoriais restritivas que ajudou a formular. (MACHADO, 2011, p. 5).

É esse poder médico que desenha a remodelação da cidade e, identificando os ambientes populares como criadouros de doenças e epidemias, intervém nessas localidades em prol da separação dos corpos amontoados e da circulação de ar. Os cortiços não deveriam mais existir, e as favelas deveriam estar o mais distante possível das classes mais abastadas. Ambos os espaços tornaram-se uma preocupação dos higienistas ao detectarem que, a partir de 1888, houve um vertiginoso aumento dessas moradias (RAGO, 2014). Não por coincidência, é o mesmo ano da conclusão da abolição da escravidão.

Ao longo do processo abolicionista, iniciado em 1871 com a Lei do Ventre Livre<sup>19</sup>, as pessoas escravizadas que eram libertas não recebiam auxílio do Estado para se inserir na sociedade com equidade. Dessa forma, as favelas e os cortiços eram as opções de moradia possíveis nas cidades. Juntavam-se aos negros livres os trabalhadores pobres brancos: juntos,

---

<sup>19</sup>Assinada em 1871, decretava que todos os filhos de pessoas escravizadas nascidos a partir da promulgação da lei seriam considerados livres. Foi a primeira lei de um processo de abolição gradual que culminou na Lei Áurea em 1888.

esses corpos eram identificados pela classe dominante como adoecidos, e suas habitações eram vistas como focos de infecção e de doenças contagiosas. “No horizonte dos médicos sanitaristas, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica” (RAGO, 2014, p. 223).

Foi nesse contexto do higienismo que a cidade do Rio de Janeiro empreendeu as reformas urbanas do início do século XX que têm como um de seus principais eventos a derrubada do Morro do Castelo<sup>20</sup>, que eliminou as habitações populares que lá existiam ao mesmo tempo que permitiu a tão defendida circulação do ar pela cidade. Economicamente, promoveu a criação de terrenos a serem vendidos (especulação imobiliária), transformando um antigo território popular no Centro da cidade em uma localidade para os ricos. Essas reformas removeram outras habitações populares para inserir o Brasil no processo civilizatório da ordem e do progresso.

Como solução aos cortiços e favelas, surgiram as vilas operárias criadas pelo Estado e por capitalistas nos bairros de periferia. Através delas, era possível implementar habitações higiênicas ao mesmo tempo que se permitia uma maior disciplinarização da classe trabalhadora à visão de mundo da burguesia industrial. Com os pobres longe dos centros e vivendo num espaço controlado, era possível vigiar e fiscalizar melhor seus comportamentos, mantendo-os ao redor do espaço de trabalho no momento de início da industrialização e de constituição do trabalho livre. As vilas possuíam, em seu interior, equipamentos coletivos e comerciais visando a atender às necessidades dos moradores: creche, teatro, armazém, restaurante, farmácia e muitos outros serviços. Assim, a vida da classe trabalhadora, incluindo seu tempo livre, permanecia dentro da esfera de controle dos capitalistas. No Rio de Janeiro, a construção dessas vilas ficou a cargo da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, demonstrando que o pensamento higienista norteava essas reformas.

Em 1889, é constituída a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, sob a direção do engenheiro civil Arthur Sauer, destinada a construir “habitações para operários e classes pobres” e à qual o governo concede facilidades e isenções de impostos. [...] A companhia destruíra antigos cortiços e estalagens insalubres e transformara-os em vilas para operários. A Vila Operária Ruy Barbosa foi instalada na rua dos Inválidos; a Arthur Sauer, perto da Fábrica de Tecidos Carioca; a Senador Soares, no Andaraí Grande, próxima à Fábrica de Tecidos Confiança Industrial; a Vila Operária Maxwell, na rua de mesmo nome; e a Vila Sampaio no Engenho Novo, servindo à Estrada de Ferro Central do Brasil, como tantas outras (RAGO, 2014, pp. 232-233).

---

<sup>20</sup>A derrubada do Morro do Castelo foi um empreendimento cujo planejamento foi de longa duração. Em documento manuscrito de 1839 do autor Clemente José de Mendonça, é possível ter acesso ao plano do período imperial sobre a retirada do Morro do Castelo, demonstrando que o projeto era antigo, mas que, para sua realização, foi necessário o contexto político e econômico *a posteriori*.

No entanto, o pensamento higienista em nosso país, ainda majoritariamente agrário, não se ocupava, num primeiro momento, unicamente de disciplinar os trabalhadores para as incipientes fábricas que surgiam; era também necessário dar conta dos negros agora libertos e de uma nação de mestiços, entendida como degenerada, oriunda do processo de colonização português. Essa miscigenação subordinava-se a mecanismos de dominação para criar dificuldades de ascensão social, gerando um quase imobilismo na estrutura social brasileira (MOURA, 2020). No topo da hierarquia, mantinha-se a população branca, perpetuando a exclusão e dominação daqueles que constituíam a maioria numérica, os negros, indígenas e mestiços. Estes eram estigmatizados de tal forma por um Brasil que se construiu através do escravismo que as classificações e hierarquizações definiam as condições de vida e a marginalização dos negros após abolição, servindo também para baixar os salários do conjunto de trabalhadores livres assalariados.

Assim, no Brasil[,] o imenso grau de matizes cromáticos formados criou, em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do ideal tipo étnico imposto pelo colonizador inicialmente e pelas elites de poder em seguida: o branco. (MOURA, 2020, p. 202).

Juntamente com a teoria do embranquecimento, corria a narrativa que postulava que as raças viviam em harmonia e que a escravidão fora branda. Somado a isso, havia o pensamento científico de que a natureza se encaminhava para a busca do melhoramento da raça, logo o embranquecimento do Brasil dar-se-ia de forma natural e sem conflitos. O estímulo do governo imperial à imigração de brancos europeus não era apenas para que eles se reproduzissem entre si, mas também para que houvesse a reprodução entre os brasileiros miscigenados e esses brancos. Essa política, iniciada em 1850, prosseguiria nos ventos da Primeira República.

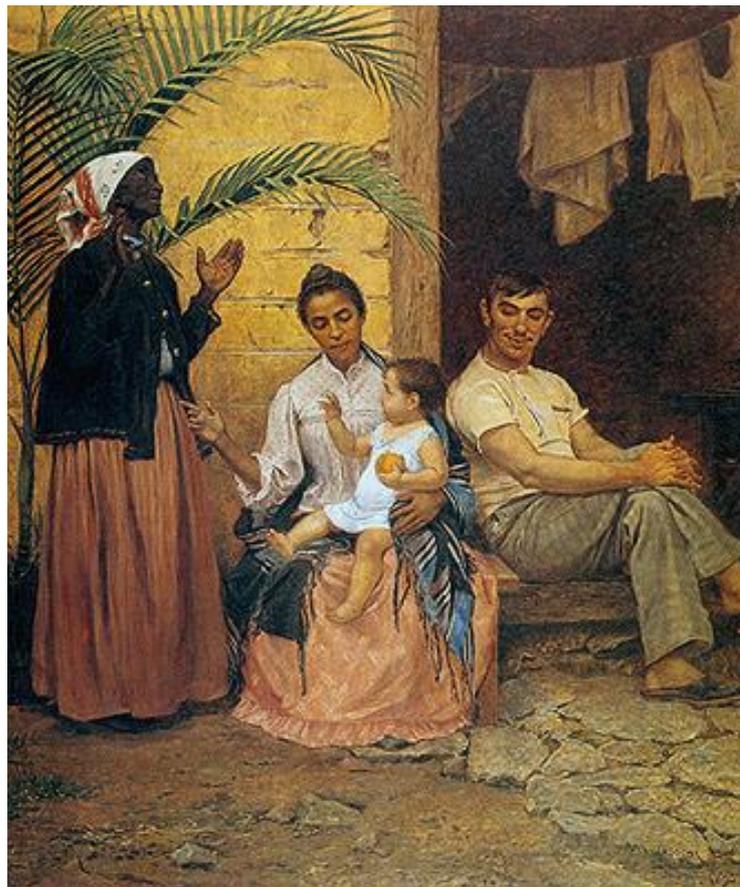
Para além do embranquecimento científico já mencionado, havia também o processo de embranquecer através de uma posição social tida como branca a partir de uma negociação implícita (SCHWARCZ, 2012). Um negro de pele mais clara com alguma posse ou um negro oficial de exército poderia ser encarado como não negro ao ter desvendado sua posição social, ou seja, a situação econômica influenciava a percepção de cor, mantendo-se a ideia de que o branco é o topo da hierarquia, assim como o modelo a ser alcançado.

Em um país onde o modelo branco escapava ao perfil anglo-saxônico, uma vez que já era em si miscigenado – afinal, os portugueses eram famosamente uma nação dada a contatos populacionais, que iam da Índia até o Brasil, passando pela África – as cores tenderam a variar de forma comparativa. Quanto mais branco melhor, quanto mais claro, mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco

não só uma cor mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada (SCHWARCZ, 2012, p. 44).

Expressão dessa teoria e dessa política de tornar o Brasil branco pode ser vista também nas artes. A representação artística mais conhecida sobre essa questão é a pintura de 1895 de Modesto Brocos<sup>21</sup>, *A Redenção de Cam*:

Figura 1 – *A redenção de Cam*(1895)



Fonte: foto de César Barreto disponível em:<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Na imagem, está representado o embranquecimento da nação. O homem branco pobre casa-se com a mulher mestiça, filha da idosa negra retinta, que agradece aos céus por esse casamento, e o resultado desse relacionamento é a criança branca. A mulher negra pisa totalmente o chão de terra; o homem branco, o chão de pedra; a mulher mestiça está no meio, representando a transição, o caminho do progresso, do melhoramento através do

<sup>21</sup> Artista espanhol que, a partir de 1870, realizou passagens pela América Latina, incluindo o Brasil. Frequentou a Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro e, em 1891, assumiu a cadeira de professor de desenho figurado da Escola Nacional de Belas Artes, onde permaneceu até o fim da vida.

embranquecimento. A criança nascida branca é “a redenção de Cam”<sup>22</sup> que dá nome à obra. É o futuro de um Brasil livre do passado de escravidão e livre dos negros.

Mas não só do embranquecimento trataram os higienistas. Modernizar o Brasil também incluía lidar com os outros grupos desviantes, perigosos ou inferiores, como, por exemplo, as mulheres, os órfãos e os deficientes. Sendo assim, a normatização da infância foi um assunto de muito interesse desses intelectuais, tendo sido a educação uma importante ferramenta de implementação e difusão do pensamento hegemônico.

### 2.3.2. Educação de surdos no Brasil do higienismo

No século XIX, a Medicina passa a se interessar pela infância, e, por meio do interesse pelo universo das crianças, os higienistas iniciam a intervenção médica nas famílias e na sexualidade feminina. O higienismo ocupa-se, então, das doenças infantis, dos órfãos, da mortalidade de crianças, dos menores em situação de rua, das crianças pobres e das deficientes. De acordo com Margareth Rago (2014, p. 157), “a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de se afirmar como necessidade econômica e produtiva da nação”.

Dessa forma, o poder médico apropria-se do lugar antes ocupado pelas mulheres com seus saberes tradicionais aprendidos oralmente através de gerações de saberes femininos, os quais foram considerados como irracionais e nocivos. Era preciso combater o uso de ervas medicinais para tratamentos de doenças, a contracepção através de conhecimentos ancestrais e a alimentação destinada aos recém-nascidos que as mulheres aprendiam com suas mães e avós. Os corpos femininos eram, então, cada vez mais controlados pelos higienistas, e, para exercer esse monitoramento, foi utilizada a culpabilização das mães pela mortalidade infantil e pela deformidade física. Em consequência, também as crianças foram alvo do poder disciplinador que, aos poucos, se legitimava como interventor nas famílias.

Era preciso reforçar os valores da burguesia industrial nas famílias abastadas e introduzi-los nas famílias operárias, sendo, nestas, introduzidos também os valores necessários ao bom funcionamento do trabalho industrial, ou seja, que a vida da classe trabalhadora fosse moldada para a obtenção dos lucros dos capitalistas sem que houvesse contestações.

---

<sup>22</sup> Ver capítulo 1.

Matéria facilmente moldável, o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter da criança inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie; enfim, os princípios da moral burguesa. (RAGO, 2014, p. 161).

Assim, surgem, ainda no período imperial, instituições para crianças pobres, abandonadas e deficientes, como o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos. O poder médico alia-se à Pedagogia para disciplinar os corpos infantis que desviassem do modelo higiênico, e a Medicina começa a fazer parte da política e influenciar as ações do Estado. Para alcançar êxito, esse poder médico – que não estava desconectado de interesses das classes dominantes – precisou utilizar tecnologias para exercer o seu controle e utilizar instrumentos para difundir as suas ideias, e foi necessário lidar com a resistência empreendida por aqueles que se pretendia normatizar.

Portanto, conforme visto anteriormente, os intelectuais higienistas exerceram o papel de intelectuais orgânicos de uma classe que pretendia remodelar a nação, modernizá-la, inseri-la no capitalismo industrial e no caminho do progresso. Para construir hegemonia, a imprensa, a escola e as políticas governamentais foram amplamente utilizadas para que houvesse sucesso no controle social da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros e dos deficientes.

A educação exerceu importante papel nesse projeto de um Brasil higienizado. Com a necessidade de se higienizar os espaços urbanos, surgiu a Pedagogia da Higiene, que defendia que a educação é instrumento de grandeza e felicidade dos homens e que ela seria responsável por eliminar os males das nações. Era preciso retirar as crianças das ruas, pois o espaço público era moralmente contaminado, e a essa contaminação moral os meninos estavam mais suscetíveis, porque habitavam esse lugar. Já as meninas, ociosas em seus lares, estariam distantes do local de corrupção.

Com relação às crianças abastadas, o poder médico recomendava o preenchimento das horas vagas com leituras selecionadas e ginástica, medida preventiva contra os voos da imaginação e a prática onanista, característica dos jovens indolentes e fracos. A moralização do corpo pela educação física e a higienização da alma por atividades cientificamente orientadas e selecionadas afastariam, sobretudo nos adolescentes, o perigo das deformações físicas e da corrupção moral. Esse controle, no entanto, deveria ser exercido de forma sutil. (RAGO, 2014, p. 164).

Porém, num primeiro momento, a educação escolar no Brasil não atingia todas as crianças. De acordo com a Lei Couto Ferraz, de 1854, havia a necessidade de educar todas as classes sociais, exceto: menores de cinco anos; maiores de 15 anos; meninos com doenças contagiosas; não vacinados; e escravos. Para esses corpos excluídos, criou-se a instituição asilar para adequar os desviantes e civilizar o Império. Foi uma estratégia de controle e disciplina sutil. Nessas instituições, buscava-se ensinar para o trabalho, pois, assim, as

crianças eram mantidas ocupadas e fora dos espaços públicos para evitar que se tornassem futuros criminosos (RAGO, 2014).

No período em que esse movimento tomava corpo, foi fundado o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (1856), à época uma escola de ensino misto. Acreditava-se que educar as pessoas surdas era importante para promover a “regeneração intelectual e moral” através do ensino de disciplinas teóricas e profissionalizantes. No início, o curso completo tinha duração de seis anos e previa disciplinas do ensino primário comum a ambos os sexos, lições voltadas para a aquisição de linguagem oral, para os surdos em que se percebesse aptidão, e lições de profissionalização. Apesar de admitir ambos os sexos, as práticas discricionárias de gênero estavam presentes ao admitir meninas, mas as deixaram a cargo de mulheres: Mme. Vassimon e suas filhas. Outra prática registrada é a diferenciação do que se ensinava aos meninos como qualificação e o que se ensinava às meninas. A profissionalização dos alunos acompanhava o pensamento social do período e era dividida por sexos. Aos meninos da cidade, as profissões de carpinteiro, marceneiro, escultor, sapateiro, alfaiate, luveiro, padeiro, horticultor, jardineiro, seleiro, ourives, etc. Às meninas, uma oferta de profissões menos variada: costureira, modista, furadeira, bordadeira, além de conhecimentos úteis no ambiente doméstico.

O sistema misto no Instituto perdurou até o ano de 1874, quando, na gestão do diretor Tobias Leite (entre 1868 e 1896), a educação das meninas foi suspensa, conforme mencionado no capítulo 1 e cujas possíveis razões serão analisadas no próximo capítulo.

A educação de surdos surgiu como forma de adequar os sujeitos que ocupavam um “meio lugar”. Para Fernanda Pinto (2006), os surdos não se adequavam ao mundo da ordem nem ao mundo da desordem, como eram os mendigos e vagabundos; nem “vagabundos”, nem “idiotas”, mas ainda “anormais”. Portanto, era necessário regenerar moral e intelectualmente esses indivíduos tornando-os úteis à sociedade brasileira.

O movimento higienista empreendeu esforços e estudou a surdez a fim de entender por que ela acontecia e qual a forma de evitá-la ou “consertá-la”. Buscava-se, com isso, o aprimoramento da raça humana biologicamente e socialmente. Os homens são sujeitos de seu tempo (BLOCH, 2001); a educação de surdos é construída por esses homens e, portanto, ela reproduzia e produzia teorias e práticas educacionais influenciadas pelo higienismo.

A educação de surdos, no Brasil e em outros países, foi bastante marcada pela teoria médica higienista, pois esta não estava desconectada das ideias modernas que apostavam na ciência como caminho civilizador. Esse mesmo pensamento que produziu a Pedagogia da Higiene produziu teorias e práticas para educar, adequar e “civilizar” as pessoas surdas do

país, e, portanto, ao se partir da educação de surdos, é possível compreender o pensamento hegemônico da classe dominante que impactava nas medidas do Estado para diversos aspectos da sociedade.

Os caminhos da Educação de Surdos foram bastante discutidos em Congressos Internacionais, onde intelectuais de diversos países realizavam intercâmbios de ideias partindo das realidades específicas de seus países. Apesar de buscarem uma diretriz unificada ao ensino dos surdos, os países não transplantavam as decisões pedagógicas simplesmente, uma vez que cada região se constituía de cultura e questões sociais e políticas específicas. Assim, as decisões dos congressos serviam como norteadoras para o empreendimento de regeneração das pessoas surdas e para reduzir o impacto desse grupo social considerado “degenerado” e “anormal” na sociedade. Importantes exemplares desses congressos internacionais foram o Congresso de Milão, em 1880, e o Congresso de Paris, em 1900. Nacionalmente, pode-se destacar o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1883.

O Congresso de Milão foi um divisor de águas para a educação de surdos, pois, a partir dele, ocorreu o fortalecimento da adoção da linguagem oral como metodologia de ensino, em detrimento do ensino pelos sinais. Participaram desse congresso intelectuais de institutos para surdos de diversos países – Itália, França, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, dentre outros –, e suas decisões foram difundidas em diversas partes do mundo Ocidental. Os congressistas debateram acerca do método de ensino mais vantajoso para os surdos: foram três dias de debates entre os defensores do oralismo e os defensores da língua de sinais. É importante destacar, porém, que havia a presença somente de ouvintes, cuja maioria era defensora do oralismo como forma de integração das pessoas surdas à sociedade. As atas e trabalhos apresentados nesse congresso são profícuas para compreendermos a presença do pensamento higienista na educação de surdos.

Suzana Hull, ao apresentar seu estudo no congresso de Milão, além de defender a oralização como método de ensino, afirmou que sua escola também fornecia aulas frequentes de ginástica para desenvolver a estrutura física da criança “evitando a tendência a infecções pulmonares, deformidade dos ombros ou comportamentos desajeitados, ocorrências notadas em surdos-mudos” (HULL, 2011, p. 81). O desenvolvimento da saúde através dos exercícios físicos foi uma ideia difundida pelos higienistas e que influenciou a Pedagogia por algumas décadas. Outro argumento higienista que se pode perceber é o de que a pessoa surda poderia ser identificada através de outras deficiências e doenças.

Uma importante recomendação do Congresso foi a de que os países deveriam tomar as medidas necessárias para a educação de todos os deficientes auditivos. Para tanto, a maioria

dos presentes defendia o ensino da língua falada no intuito de tornar as pessoas surdas mais “normais” e até torná-las humanas, conforme posicionamento do presidente do Congresso, Sr. Sacristão Giulio Tarra(1832-1889):

É na sala de aula que começa a “redenção” do surdo-mudo, que espera que seu professor o torne um ser humano, permitindo que o aluno aprenda a mover, durante a fala, seus lábios e não suas mãos, por meio de sinais. O método Oral Puro é possível, o Sistema Misto é impossível e ilógico. Para transformar um bebê surdo em um ser humano falante, dê a ele o que as nossas mães nos deram: a linguagem. (TARRA, 1880, p. 24).

A pessoa surda, vista como “anormal” por sua impossibilidade de ouvir, foi também entendida por alguns intelectuais higienistas como subcategorias de seres humanos, como inúteis ou até como não humanos. Os surdos, assim como pessoas com outras deficiências, não serviam à lógica da produção do capitalismo industrial e, por isso, tornavam-se um problema que precisava não só ser resolvido, mas também evitado, conforme visto anteriormente. A educação dessas pessoas serviria, portanto, à sua integralização na sociedade e ao seu processo de humanização. A escola deveria moldá-las minimamente, segundo a ordem estabelecida.

Apenas três anos após o Congresso de Milão, foi organizado o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1883. No entanto, por falta de investimento, ele não ocorreu, mas os pareceres foram publicados. O referido congresso foi um esforço do governo imperial em discutir a educação nacionalmente e definir medidas gerais para o ensino público. Como preparação para o evento, foi realizada a Exposição Pedagógica, com a participação de diversos países e personagens importantes que pensavam a educação.

A comissão diretora do Congresso solicitou do Governo Imperial a devida autorização para realizar, simultaneamente, uma Exposição Pedagógica, para a qual fossem convidados os principais países da América e da Europa. Concedeu-se autorização e foram mandadas as necessárias comunicações por intermédio das legações do Brasil na Europa e América. Estavam as coisas neste pé, quando, por haver o Senado negado aprovação ao pedido das despesas necessárias, teve o Governo de adiar a reunião. A Exposição Pedagógica ficava também adiada. Mas os membros da comissão preparatória, tendo em vista o desagradável reflexo do domínio das relações internacionais, pois vários países já haviam mandado ao Brasil as suas respectivas contribuições, entre as quais a Bélgica, solicitou do Governo licença para realizá-la, "como simples cidadãos, por meio de donativos particulares que tratariam de conseguir". Assim se fez, realmente. D. Pedro II ofereceu "para os serviços da Exposição o Paço da cidade e os empregados da sua casa", além de dois contos em dinheiro. Contribuíram também, o Conde e a Condessa d'Eu, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel e o Dr. Amaro Cavalcanti, com um conto de réis cada um. Logo após, faziam donativos de igual importância o Dr. Ildefonso Simões Lopes, o Barão de Mesquita, o Dr. Francisco Querino da Rocha Werneck e o Conde de Villeneuve; e com quantias menores, o Barão de Tremembé, o Dr. Sousa Queirós, o Barão de São Carlos, os Conselheiros Afonso Celso e Henrique

d'Ávila, e outros. A 2 de dezembro de 1883, data do aniversário do Imperador, e com a sua presença, foi inaugurada a Exposição, logo convertida em Museu Escolar Nacional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946).

Alguns pontos abordados pelo Congresso de Instrução foram:

- a) Estudo do ensino primário - vícios e lacunas de sua organização, além de providências e reformas necessárias;
- b) Ensino primário obrigatório - meios de torná-lo efetivo;
- c) A educação física nas escolas primárias;
- d) Medidas concernentes a tornar efetiva a inspeção do ensino primário;
- e) Organização de bibliotecas, museus escolares e caixas escolares;
- f) Criação de um fundo escolar na Corte e nas províncias para as despesas da instrução primária;
- g) Escolas normais, sua organização, plano de estudo e programa de ensino;
- h) Escolas profissionais e de aprendizado, sua organização e material técnico;
- i) Meios de desenvolver a instrução primária nas zonas rurais;
- j) Competência dos poderes gerais para criar estabelecimentos de ensino primário nas províncias.

Nesse mesmo congresso, foram debatidos os rumos da educação de surdos no país e o destino das meninas com deficiência auditiva. Influenciado pelos debates em Milão, o instituto do Brasil discutiria qual o melhor método a ser empregado, e a função da educação oferecida pela instituição coadunar-se-ia com a de países como a Alemanha, ao entender que era preciso formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres, e os Estados Unidos, ao vislumbrar, na educação das pessoas surdas, um meio de formar trabalhadores (ROCHA, 2008).

Com relação às meninas, a decisão pela saída delas do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos está justificada pelos pareceres do Dr. Tobias Leite e do Dr. Menezes Vieira no livro das Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, publicado no ano de 1884. Dentre as inúmeras questões relativas ao ensino no Brasil – algumas das quais citadas anteriormente –, a 26ª Questão trata da educação de meninas e meninas surdas. Os dois pareceres abordam a situação da educação das surdas naquele período: o diretor da instituição não nega a necessidade de educar as meninas, mas defende a retirada destas do Instituto por não haver um internato apenas para elas. Com isso, afirma que a educação das surdas deve ser realizada preferencialmente em casa ou nas escolas de meninas, e não mais em conjunto com os “surdos-mudos”, pois a educação no mesmo espaço era compreendida como uma forma

promíscua de educar. O então diretor reconhecia o direito das surdas ao estudo, mas fora do Instituto. Para ele, a saída das meninas não causaria impacto social, pois:

A surda-muda não educada não causa á família e á sociedade os males que causam os surdos-mudos. A razão é óbvia: creada no conchego da família, da qual nunca se afasta, habituada desde tenra idade aos misteres e trabalhos domésticos, contida até certo ponto pelos exemplos das pessoas do mesmo sexo, da mesma idade, não a afronta a moral, não ataca a propriedade, nem se entrega aos vícios (LEITE, 1884, p. 5).

Tobias Leite alega que, na falta de possibilidade de se fundar um internato para a educação feminina, a solução era a inclusão, nos programas das escolas normais para professoras, do ensino dos métodos para educar meninas surdas e a difusão em larga escala de livros elementares que habilitassem as mães ou qualquer pessoa a iniciar a instrução delas. As meninas que já estavam no Instituto no ano da decisão de retirá-las foram autorizadas a ficar até a primeira menstruação, quando foram enviadas para casa ou para um abrigo (ROCHA, 2008).

O parecer do Dr. Menezes Vieira, apesar de não registrar explicitamente sobre a saída das meninas do Instituto, reforça a ideia de uma educação feminina voltada para o espaço social do lar, e a escola seria um espaço onde as moças aprenderiam a educar filhos e filhas com surdez: “Que nessas escolas, especialmente nas do sexo feminino, em um dos livros de leitura expressiva trate-se da primeira educação que o surdo-mudo deve receber no seio da família” (VIEIRA, 1884, p. 6).

Essa abordagem sobre a educação feminina insere-se no modelo de mulher desenhado pela intelectualidade burguesa do século XIX. Quando há a decisão por não se permitir mais a permanência das meninas junto com os meninos no mesmo espaço escolar, é importante reparar na menção à primeira menstruação como prazo final às meninas que lá já estavam. A menarca é considerada, socialmente, como um rito de passagem feminina, uma vez que, a partir desse momento, o útero da mulher irá se preparar todos os meses para a gravidez. Então, a primeira menstruação dessas meninas aponta para um perigo que higienistas e intelectuais da eugenia vislumbravam, pois, ao se relacionarem com rapazes surdos, poderiam gerar filhos, ou seja, poderiam macular moralmente a instituição acerca dos preceitos de sexualidade do período (família nuclear, castidade feminina e filhos dentro do casamento), além de arriscar o nascimento de mais crianças surdas – risco este cogitado pelo pensamento intelectual daquele período e que possivelmente influenciou a decisão do Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

Em 1900, no Congresso realizado em Paris, intelectuais de diversos institutos de surdos em vários países reuniram-se para planejar os rumos da educação de surdos, reafirmando o oralismo como principal e superior metodologia de ensino. A questão principal desse congresso, além da escolarização, foi o debate entre prática científica e prática de caridade. Admitia-se que a fala era um signo de inteligência, reforçando a decisão tomada em 1880: “Nós queremos que nossos irmãos surdos-mudos sejam iguais a nós em inteligência, em saber, e na expressão de suas ideias. A fala somente pode suprimir todas as barreiras e dar acesso a carreiras onde a perda de audição não é um obstáculo absoluto [...]”. (RELATÓRIO, 1900, p. 10).

Acreditava-se que a grande diferença entre o “idiota” e o deficiente auditivo era que, no primeiro, a inteligência estaria extinta, e no segundo, adormecida, aguardando a oferta de educação para o sujeito. Defendia-se, inclusive, que os surdos mais inteligentes educados pela fala poderiam seguir carreira de ensino superior sem ser em classes especiais. Enquanto aos outros surdos, considerados menos inteligentes, defendia-se permitir através do bom ensino profissional a autossuficiência.

Ao final do Congresso, o oralismo é reforçado. No entanto, independentemente do método de ensino defendido por cada intelectual, a educação de surdos através da parceria da Medicina com a Pedagogia, mediante o tripé higienista (educação física, intelectual e profissional), foi reafirmada enquanto melhor caminho a ser tomado para solucionar os problemas sociais e morais que eram creditados à surdez:

4º O Congresso,

Emite o voto:

Que os poderes públicos de diferentes países tomem as medidas necessárias e forneçam os recursos suficientes para assegurar, a partir da idade escolar, a instrução primária e profissional a todos os surdos-mudos[...]

8º O Congresso

Emite o voto:

Que a ciência médica e pedagógica, os médicos e professores, prestem-se apoio mútuo para dar continuidade aos estudos de aperfeiçoamento dos quais pode ser suscetível a educação física, intelectual e profissional dos surdos-mudos.” (RELATÓRIO, 1900).

Os três congressos demonstram que a educação de surdos contava com diversos intelectuais de vários países, o que permitiu a circulação do pensamento higienista – com as tentativas de “normalizar” e controlar os corpos – acerca do tema. O controle expressou-se ao se colocar o oralismo como meta e a educação como moralizante e ao se impedir que surdas e surdos habitassem o mesmo espaço.

No entanto, vinte anos depois do Congresso de Milão, surgiram algumas vozes críticas à opção de fazer os surdos falarem, as quais alegavam que nem todos os “surdos-mudos” conseguiam falar e que a insistência nesse método gerou falhas na educação dessas pessoas e, conseqüentemente, na sua integração ao mundo dos “normais”. “O método falado[,] em geral[,] não pôde fazer crer, apagar a distância que existe entre os surdos-mudos e os que estão em seu entorno, dotados de sentidos normais; ele capacitou uma grande parte de seus alunos maduros não para a vida prática, mas para os asilos” (HEIDSIECK, 1900, p. 92). Para esses críticos, tentar utilizar o oralismo para educar as pessoas totalmente surdas seria impedir que saíssem da condição de “anormais”, uma vez que os impediria de alcançar o desenvolvimento da inteligência através da instrução adequada e da comunicação com outros surdos e com ouvintes.

A causa que venho pleitear diante de vós é aquela dos surdos-mudos, e eles são numerosos, que são sacrificados pela aplicação rigorosa do método oralista puro. Como se a deficiência que os atinge não fosse o suficiente, os delegamos às fileiras dos anormais, qualificativo impróprio, já que não são nem débeis e nem doentes. Peço que para isto, a quem não pôde adquirir uma oralização[...] que o método misto seja posto em prática (MEISSONIER, 1900, p. 286).

Com a chegada da década de 1920, a educação passou por importantes transformações a fim de inserir a sociedade brasileira no momento de expansão do Estado como promotor da educação do povo. O Brasil de então vivia uma crise oligárquica, fazendo com que os ideais da construção de um país moderno se fortalecessem; o país mergulhava cada vez mais na sociedade industrial, gerando novas demandas educacionais.

Em 1927, assumia o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro o intelectual Fernando de Azevedo, um dos expoentes do movimento da Escola Nova. Ele se preocupou em criar um sistema educacional que ampliasse a capacidade do Estado de implantar as políticas modernas de educação dirigindo o processo de modernização do país (ACCACIO, 2005).

Assim, para participar da moderna ordem mundial é preciso afastar o passado que teima em permanecer. Entretanto, a transformação da educação preconizada por Azevedo, no sentido da modernização, deve conviver, na prática social, com nuances, emaranhados de ideias e de propósitos da realidade da organização social. A autoridade do Estado busca legitimar-se como princípio tutelar da sociedade, através de um sistema ideológico, que se forma pela transformação do pensamento político. Percebe-se, nas ideias que se difundem nesse momento no Brasil, uma acentuação do elemento positivista e dos aspectos conservadores da linguagem organicista. Procura-se dar forma, organização, ao que não a possui, produzir

estrutura e diferenciação funcional numa sociedade considerada amorfa, para o que é necessário um cérebro ou centro coordenador. (ACCACIO, 2005, p. 113).

Nesse contexto educacional, a educação de surdos recebeu, oficialmente, uma perspectiva profissionalizante, conforme explícito em dois artigos do Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925. No artigo 16, está registrado que o conselho de ensino primário e profissionalizante era composto, dentre outros, pelo diretor do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos. Ainda nesse decreto, dispunha-se que:

Art. 28. O ensino profissional, a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, será ministrado:

I. No Instituto Benjamim Constant, para cegos;

**II. No Instituto dos Surdos-Mudos;**

III. Na Escola 15 de Novembro, para menores abandonados do sexo masculino;

IV. Nos estabelecimentos que, para o mesmo fim, fossem creados, ou mandados subordinar ao Departamento Nacional do Ensino. (BRASIL, 1925).

No entanto, a defesa da educação como formadora da moral e de indivíduos surdos úteis, pensada inicialmente no século XIX, permaneceu, como se pode notar em Arnaldo Oliveira Bacellar (1926, p. 125):

A educação e a instrução nos surdos mudos não é improficua, e somente aquelles delas completamente privados, é que se poderá atribuir irresponsabilidade completa. O surdo mudo que não recebeu os beneficios da instrução é um individuo no qual as paixões acendem-se com facilidade e violência; é de natureza inconstante, é imprevidente e preguiçoso, susceptível de embriaguez e devassião, acata com facilidade maus conselhos, tomando com facilidade os maus caminhos [...].

Nesse trabalho, o autor identifica a existência de quatro instituições para surdos no país, sendo todas na região sudeste: o Instituto Central do Povo (particular), o Asilo para Moças Surdas, o Instituto Rodrigues Alves (particular) e o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (instituição oficial do país).

Sobre o Instituto Central do Povo, situado no Rio de Janeiro, Bacellar (1926) tece elogios e registra que os surdos que lá frequentavam eram alocados em estabelecimentos comerciais ou industriais, reforçando o ideal de profissionalização desse grupo social. Já o Asilo para Moças Surdas ficava localizado em Itajubá (MG) e funcionava anexo a um convento; não era um local de instrução das meninas, mas, sim, de educação para os afazeres do lar. O Instituto Rodrigues Alves ficava localizado na cidade de São Paulo; foi fundado na primeira década do século XX e era constituído de quatro classes, sendo uma delas feminina. Por não termos tido acesso ao programa de ensino do referido instituto, não será possível analisar a educação feminina do local, no entanto se sabe que permanecia predominante, no Brasil, a educação da mulher para o lar.

O Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, localizava-se no Rio de Janeiro; era procurado, principalmente, por crianças pobres, admitindo um número maior de alunos do que a lotação permitia. Ao visitar o instituto em 1926, Bacellar teceu duras críticas a seu funcionamento, alegando que se tratava de um “instituto de fachada” e que havia se tornado um asilo decadente ao invés de educar e instruir. Registra em sua tese as condições estruturais do local e a frustração de quem pretendia encontrar uma escola que seguisse os preceitos higiênicos.

Falta ordem, falta asseio, falta disciplina, falta tudo...

Alumnos maltrapilhos e descalços, recebendo instrução péssima, não por falta de professores ou incompetência deles, muito pelo contrário, mas por falta absoluta de material escolar [...]

Não há seleção de alunos – encontramos lá, desde o surdo mudo verdadeiro, até o perfeito idiota. (BACELLAR, 1926, p. 102).

Essa situação retratada por Bacellar (1926) também foi de interesse da imprensa naquele período, demonstrando a importância de se educar as pessoas surdas, pois não se podia mais mantê-las sendo “onerosas”, economicamente e socialmente. Era preciso evitar a “tendência natural” dos surdos de se isolar das pessoas que ouvem; assim, a educação que os instruisse e os ensinasse a se comunicar com os ouvintes, tornando-os aptos a uma vida de trabalho, era vista como o caminho ideal.

Com a chegada da década de 1930, veio também um momento de muitas mudanças políticas e sociais no país. Era o fim da Primeira República, após a disputa interna das oligarquias e classes médias, e o início da chamada Era Vargas. Nesse caldeirão de mudanças, a nova classe dirigente percebia a necessidade de criar uma identidade nacional que refletisse o seu projeto de Brasil, que pretendia prosseguir na modernização e no desenvolvimento do país, mas buscava a construção de uma outra brasilidade: mais integracionista. Buscou-se, portanto, a construção de um povo tipicamente brasileiro, e, com isso, a miscigenação passou a ser vista com positiva, não porque nos embranqueceria, mas porque seríamos únicos em nossa brasilidade, únicos em uma raça que só o Brasil tem e que Gilberto Freyre aponta em *Casa Grande e Senzala*.

O Brasil é a junção do indígena, do africano e do português. Foi essa mistura que teve como resultado a nossa brasilidade, ou seja, uma raça mestiça. Assim, foi possível erigir características que nos diferiam dos outros povos; conseqüentemente, o racismo científico para nos embranquecer perdia força. Nesse contexto, a educação foi uma ferramenta de difusão e construção dessa identidade brasileira, e a educação de surdos visava a integrar esses sujeitos à essa brasilidade. Consoante Pedro Henrique Witches (2014, p. 57), “Seria

preciso trabalhar sobre esses sujeitos para constituir neles a noção de pertença ao país, de modo que pudessem ser governados a partir de suas subjetividades”.

O primeiro desafio para a construção de uma brasilidade surda foi a necessidade de reorganizar o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, que dividia espaço com diversas repartições públicas, assim como tornar realidade a sessão feminina de educação. Com relação à instrução das pessoas surdas, entendia-se, ainda, a necessidade de normalizá-las através da educação e do ensino da fala ou da escrita. Assim, em 1934, foi publicada a *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo*, assinada pelo então diretor do Instituto, Dr. Armando Lacerda, que traçou as diretrizes da educação de surdos naquele período. A finalidade era suprir falhas decorrentes da surdez buscando adaptar o educando ao nível dos ouvintes: “No que concerne ao surdo-mudo[,] esse *desideratum* é alcançado por intermédio do ensino de linguagem e do correspondente desenvolvimento intelectual” (LACERDA, 1934, p. 6).

O Instituto, naquele período, ofertava um ensino que compreendia uma parte didática especial, emendativa, conjugada ao ensino primário, e outra de caráter profissionalizante, que fornecia, aos alunos, conhecimentos de uso na vida prática. A educação de surdos apresentava dois objetivos: conhecimento da linguagem, por intermédio do qual somente lhes era possível estabelecer uma comunicação regular com o meio, adaptando-se às suas condições; e habilitação profissional, a fim de que pudessem viver do seu trabalho, deixando de representar valores negativos no seio da sociedade.

No entanto, apesar de a educação ter sido a linha teórica predominante para solucionar a questão do impacto social da surdez, havia intelectuais com teorias mais radicais como as de Renato Kehl, que defendiam a esterilização dos “anormais”. Eram os defensores da eugenia.

### 2.3.3. Eugenia no Brasil

No início do século XX, havia, no país, muitos negros recém-libertos com o fim do sistema escravista, além de “mestiços”, indígenas e imigrantes. Sendo um país com uma crescente pobreza, o Brasil era visto como um território de incapazes e degenerados, uma nação de inferioridade racial, política e economicamente atrasado (SOUZA, 2012). Após a Primeira Guerra Mundial, as ideias eugênicas passaram a ser mais difundidas no Brasil. Nesse contexto, o país viveu um período de intensas mudanças econômicas, políticas e sociais: via-se fortalecer sua industrialização e urbanização.

De acordo com Gisele Machado (2011, p. 2), “A modernidade foi um período de grandes transformações na vida e no pensamento das pessoas. Ela se desenvolve junto com a

emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante e está relacionada ao desenvolvimento da razão, da ordem e da ciência”. Na cidade do Rio de Janeiro – então capital da República –, as transformações urbanas visavam a coadunar o espaço da cidade com os interesses da elite brasileira que se alinhava com os ideais de modernidade e de necessidade de acumulação do capital.

Como resultado do desenvolvimento da razão, da ordem e da ciência, surgiu o pensamento científico cunhado por Francis Galton: a eugenia, já mencionada neste trabalho. Esse movimento científico foi recebido, no Brasil, como uma possibilidade de retirar o país da inferioridade através da higiene e da medicina moderna. O eugenista brasileiro de maior projeção naquele período foi Renato Kehl (diretor da Indústria Química e Farmacêutica Bayer do Brasil). Ele realizou, a partir de 1917, uma campanha de divulgação da eugenia no cenário intelectual do país, a qual teve impacto entre grupos de médicos, higienistas e educadores (SOUZA, 2012).

A partir dos anos 1920, o pensamento eugênico transbordou no meio intelectual e atingiu segmentos da elite brasileira que se preocupavam com a regeneração da nação. Nessa década, surgia, no setor dominante da sociedade, o pensamento nacionalista, pois, com o fim da Primeira Guerra, passou-se a buscar compreender a realidade do país olhando para dentro. Com a crença no poder da ciência para o progresso e processo civilizador da sociedade, entendia-se que “a eugenia poderia desempenhar um importante papel na formação da nacionalidade brasileira” (SOUZA, 2012).

As ideias eugênicas elaboradas no Brasil permaneciam em constante intercâmbio com as que eram desenvolvidas no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Esse intercâmbio ocorria através de trocas entre os intelectuais, tendo sido as obras de Renato Kehl bem-aceitas e admiradas também em diversos países da Europa e da América Latina. Assim, ele era reconhecido como um importante difusor da eugenia não só no Brasil, mas também no exterior, levando adiante a internacionalização da melhoria da raça.

O movimento intelectual eugênico, no país, era organizado e bem-articulado com as classes dominantes, com a imprensa e com importantes instituições, como, por exemplo, escolas e estabelecimentos do Exército e da Marinha (GÓES, 2018). Através da fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, com a articulação entre médicos, intelectuais, educadores, políticos e membros de outros segmentos importantes, a eugenia foi capaz de influenciar as práticas realizadas em instituições asilares, psiquiátricas e educacionais.

Partindo da eugenia como forma de prevenção, intelectuais como Renato Kehl visavam a combater “venenos sociais”, ou seja, o que degeneraria a espécie humana, como o

abuso de álcool e drogas, o suicídio e a proliferação dos “anormais”. Esse pensamento tomou corpo a ponto de se fazer presente na Constituição Federal de 1934:

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
  - b) **estimular a educação eugênica;**
  - c) amparar a maternidade e a infância;
  - d) socorrer as famílias de prole numerosa;
  - e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
  - f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
  - g) cuidar da higiene mental e **incentivar a luta contra os venenos sociais.**
- (BRASIL, 1934, grifos nossos).

Assim, o Estado brasileiro implementava oficialmente a eugenia e o higienismo no país, demonstrando que os intelectuais desses pensamentos foram capazes de influenciar as políticas públicas no Brasil. No Estado Novo, essa política permaneceu, e, na Constituição de 1937, os preceitos da educação eugênica fizeram-se presentes, como se pode perceber pelo artigo 131: “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937).

O papel da Medicina foi de suma importância para a difusão dos ideais de aprimoramento da espécie. Os médicos adeptos dos ideais eugênicos mobilizaram-se para garantir que existissem legislações que defendessem e propagassem a regeneração da espécie. Conquistaram, assim, espaço na política institucional, e o Deputado Oscar Penna Fontenelle enviou dois projetos: um que tipificava o delito de contágio e outro que estabelecia o ensino da higiene individual e da higiene sexual nos colégios secundários. O objetivo de tais leis era eliminar as doenças venéreas na população para evitar a degeneração da espécie.

Com essa finalidade, intelectuais como Renato Kehl defendiam também a necessidade de enfrentar a caridade para reduzir a quantidade de “indesejáveis”. Essa visão da caridade como algo negativo foi baseada nas ideias de Margareth Sanger, importante intelectual eugenista dos EUA, que defendia o encarceramento dos “incapazes” e a esterilização das pessoas com deficiência. Sobre a questão da deficiência, entre os eugenistas brasileiros, Abel de Oliveira menciona, em seu discurso no evento de posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina:

Attendo-se a esses capítulos de eugenia e de eugenismo, ter-se-há eliminado ou restringido essa coorte dolorosa de sub-homens, constituída de anões e macrocephalos[...], degenerados, enfim, de vários typos, que poderiam compór uma galeria de monstros semelhante a dos bobos de Velasquez, no dizer de certo ilustre litterato. (OLIVEIRA, 1933, p. 6).

Tal visão sobre a deficiência incluía as pessoas surdas, cuja incidência, para esses intelectuais, deveria diminuir. Para os eugenistas, a educação não era capaz de resolver todos os problemas, pois só era possível educar o que a genética permitisse; a educação tornava visíveis qualidades que os seres humanos já possuíam hereditariamente, não sendo possível “consertar as falhas”. Portanto, seria inviável “consertar” a surdez. Era preciso evitar as doenças que causavam surdez não congênita e o nascimento de novos surdos.

Para eugenistas como Renato Kehl, permitir a degeneração da espécie era também impedir a felicidade dos homens.

A nosso ver[,] a infelicidade, como resultado do predomínio do mal sôbre o bem, advém da preponderância da doença sôbre a saúde, da degeneração sôbre a normalidade [...] A infelicidade, em última análise, resulta da desordem orgânica, psíquica e mental e dos homens; é o reflexo da superioridade dos maus sôbre os bons. (KEHL, 1936, p. 21).

Assim, para permitir a felicidade da humanidade, era fundamental a intervenção da ciência para que não houvesse mais elementos “degenerados”. Segundo Kehl (1936), a educação eugênica seria uma estratégia de conscientização, e, caso essa educação não fosse capaz de impedir os casamentos considerados inapropriados para a melhoria da raça, o intelectual propunha sua proibição e a esterilização compulsória das pessoas “degeneradas” (com alguma anormalidade física, psíquica e/ou moral). O controle dos casamentos deveria ser feito através de exames pré-nupciais de sanidade para comprovar a normalidade dos cônjuges (SILVA; SOUZA, 2016, p. 31).

Em suma, o movimento eugênico acreditava ser possível alcançar a saúde integral e a purificação da raça a partir da hereditariedade. Para que essas ideias fossem aceitas e praticadas também na sociedade, era preciso difundir essa visão de mundo, tarefa que foi realizada por periódicos como o *Boletim de Eugenia* e por instrumentos como a educação.

#### 2.3.4. *Boletim de Eugenia* e educação eugênica: divulgação científica, propaganda e construção da hegemonia

Entre 1929 e 1932, foi publicado o *Boletim de Eugenia*, que pretendia divulgar as ideias eugênicas pensadas por Galton para a elite intelectual do país e para os que, mesmo não

fazendo parte dessa elite, se interessavam por esses preceitos. Sobre os seus propósitos, constava no primeiro exemplar do periódico:

A julgar pelo interesse crescente evidenciado entre os elementos cultos de nosso paiz, desde a cruzada da propaganda em prol da bela doutrina do aperfeiçoamento physio-physico da espécie humana é de admitir-se que se tornem cada vez mais numerosos os proslytos do galtonismo no Brasil. [...] É necessário, entretanto, que a Eugenia, a exemplo do que se faz em outros paizes, desperte ainda maior interesse, mais sérias preocupações, seja mais cultivada e aplicada, porque, indubitavelmente, é a chave magna da regeneração humana [...]. (KEHL, 1929).

No referido exemplar, encontram-se, explicados, os ideais eugênicos e sua importância. Naquele período, compreendida como uma ciência, a eugenia estudava as questões relativas à hereditariedade, à descendência, à evolução e às influências do meio, econômicas e sociais para alcançar a regeneração contínua da espécie humana. Segundo Kehl (1929), a busca pelo fim das imperfeições fazia parte do desejo humano e podia ser encontrada desde a Antiguidade em pensadores como Platão. Esse periódico não buscava apenas informar sobre a eugenia, mas também criar aceitação e desejo por essas ideias. Servia, pois, à difusão dessa ideologia.

Uma das ideias propagadas pelos eugenistas brasileiros no *Boletim de Eugenia* era a possibilidade de melhoramento da raça através da reprodução dentre aqueles que possuíam as melhores características físicas herdadas de seus familiares, ou seja, estava-se defendendo a eugenia positiva.

III – Que responsabilidade para cada um de nós! Felizes os que tiverem recebidos de seus antepassados e de seus paes uma saude perfeita, e os que tiverem podido, graças a elles, viver e crescer em um meio são.  
Vosso dever, portanto, está traçado: o que tiverdes recebido deveis transmittil-o, puro, livre de qualquer mancha. Assim coperareis para a continuação de uma boa raça e prestareis relevantes serviços á sociedade. (GOVAERTS, 1929).

Havia a preocupação com a civilização impedir, dentre os homens, a seleção natural. Tal pensamento baseava-se nas ideias do darwinismo social ao entender que seria positivo que os humanos de características tidas como inferiores não fossem auxiliados a vencer a seleção natural que permite que os seres inferiores e débeis sejam eliminados (C.C., 1929). Portanto, como meio de se evitar o nascimento de indivíduos com características indesejadas, a propaganda e o movimento eugênico defendiam o exame pré-nupcial obrigatório para evitar que indivíduos portadores de doenças hereditárias casassem e tivessem filhos.

Entretanto, o pensamento eugênico ia além das questões físicas, uma vez que se importava também com os comportamentos que possibilitariam a degeneração moral da sociedade. Nesse sentido, o Carnaval, por exemplo, era algo a ser combatido.

Não são poucos os brasileiros que se envergonham com as cenas deprimentes que assistem nas ruas do Rio de Janeiro nos dias de Carnaval. A fealdade física e a degradação moral aproveitam a oportunidade para se exibirem com todo o seu repugnante e verdadeiro aspecto. Os indivíduos não põem máscara- tiram-na. Todo o resíduo informe da plebe, por influenciada diabólica dos maus instintos, do álcool e do vício, sobrenada, vem à tona, para misturar-se com a parte melhor do povo e contamina-la pelo delírio das baixas paixões. A nossa plebe é feia, desengonçada e doente [...]. (BOLETIM DE EUGENIA, 1929).

Conforme abordado anteriormente, no Brasil, existiam duas correntes na eugenia. Os eugenistas de inspiração neolamarckista<sup>23</sup> defendiam que as doenças venéreas, o alcoolismo, o uso de outras drogas e as infecções poderiam degenerar os descendentes dos sujeitos portadores dessas condições e que a educação eugênica e os “bons casamentos” proporcionariam a melhora na raça brasileira. Entretanto, os que se alinhavam ao mendelismo (como Renato Kehl) defendiam a necessidade de uma política biológica para a construção de uma raça brasileira forte, ou seja, sustentavam a ideia da eliminação dos que consideravam “degenerados”.

Como forma de terem seus ideais incorporados pelo Estado, os intelectuais eugenistas aproximaram-se de líderes sanitaristas para que suas teorias fossem consideradas parte do movimento higienista. Um dos braços desse movimento era a educação eugênica, que era compreendida como uma importante ferramenta para a realização do projeto de um Brasil estruturado na eugenia, pois, através dela, seria possível aperfeiçoar os homens que hereditariamente já eram promissores. Essa perspectiva educacional amplificou-se no Governo Vargas, conforme destacado nos trechos apresentados das constituições federais de 1934 e 1937. Foi também com Getúlio Vargas que se consolidou, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde através de intelectuais como Gustavo Capanema, que estabelecia relações intelectuais com pensadores defensores da eugenia (GÓES, 2018).

Nessa perspectiva educacional, as escolas seriam responsáveis por ensinar aos jovens educação moral, educação sexual – para que os “menos aptos” aprendessem que, caso insistissem em se casar, não deveriam ter filhos e que os “mais aptos” aprendessem que deveriam casar entre si e ter filhos – e educação para o trabalho, que visava à mente sã e ao corpo são e que educasse meninos e meninas para exercerem os papéis sociais que a eugenia e o higienismo definiram. Em resumo, uma educação moralmente burguesa e que atendesse às expectativas do capitalismo industrial.

---

<sup>23</sup> Adaptação da teoria da evolução proposta no século XIX pelo biólogo francês Jean-Baptiste Lamarck. Acreditava que mudanças no ambiente causavam mudanças nas necessidades dos organismos, causando mudanças no comportamento. No século XX, essa teoria foi utilizada para a análise e compreensão da sociedade.

O pensamento eugênico construiu um modelo de mulher a ser alcançado, assim como buscou definir os espaços que deveriam ser ocupados por elas. As mulheres deveriam ser joviais e ter características físicas típicas da mulher branca. Para Renato Kehl(1929), elas deveriam almejar direitos que as consolidassem como “boas mães”, “boas esposas”, trabalhando fora do lar, se necessário, mas continuando “companheiras do homem”. Para ele, o sexo feminino seria sempre inferior ao masculino, pois fora algo definido pela biologia e hereditariedade. Assim, ao se educar as meninas através dos preceitos eugênicos, estas deveriam ser ensinadas a realizar adequadamente as obrigações do lar e da maternidade, assim como ter uma sexualidade submissa à dos homens. Para a eugenia, as mulheres deveriam ser fortes, belas e perfeitas para poderem gerar, de seus próprios úteros, filhos nos padrões desejáveis. No entanto, para as mulheres que não alcançassem a perfeição, como as pobres e deficientes, era defendida a esterilização “pelo bem da raça”.

Portanto, através do pensamento intelectual higienista e eugenista e de suas trocas com intelectuais de diversos países, elaborando e reelaborando suas ideias, serviram aos ideais de uma nova classe dominante que surgia no país aquela ligada ao capitalismo industrial, cuja ideologia necessitava de ser construída e difundida. Dessa forma, os negros, os mestiços, os trabalhadores, os doentes, os deficientes e as mulheres tornaram-se alvo do poder médico, que construiu e difundiu os modelos sociais às quais esses grupos deveriam ser normatizados – ou até mesmo, se necessário, eliminados.

Neste capítulo, foi analisado o processo de construção do controle dos corpos tidos como indesejáveis pela classe dominante e os meios pelos quais se criou uma hegemonia para que se obtivesse um Brasil higiênico e eugênico. Foi analisada também a influência desses intelectuais para que suas ideias se transformassem em políticas de Estado. Buscou-se, assim, analisar os impactos desses pensamentos intelectuais nos grupos sociais supracitados. No entanto, a análise do processo histórico do impacto do pensamento hegemônico da eugenia e do higienismo na vida das mulheres, principalmente na educação feminina voltada para as meninas surdas, assim como sua luta, será aprofundada no próximo capítulo.

### 3. SER SURDA E SER MULHER

As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens.

*Gerda Lerner*

Neste capítulo, buscar-se-á analisar o processo de controle dos corpos femininos empreendido pelo projeto do higienismo e da eugenia. A partir da compreensão de que as mulheres já sofriam os impactos do patriarcado, será analisada a relação do pensamento hegemônico patriarcal com a construção da hegemonia para erigir uma sociedade higienizada com enfoque no impacto desses pensamentos na educação feminina e, mais especificamente, na educação das meninas surdas.

Para isso, será abordado brevemente o processo de construção da superioridade masculina, que é ideológica e histórica. Engels, em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, trouxe uma grande contribuição à história das mulheres, pois desnaturalizou a superioridade masculina ao demonstrar que não há um determinismo biológico sobre as mulheres como inferiores, mas, sim, uma construção social. Dessa forma, o autor remete, ainda, a um passado da humanidade em que teria existido como regra o direito materno, tendo sido o patriarcado uma invenção posterior da sociedade, a partir da criação da propriedade privada e da monogamia.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher, e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história.

[...]o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1984, pp. 70-71).

Contudo, a autora Gerda Lerner (2019) traz uma perspectiva um pouco distinta, baseada em estudos mais recentes, sem deixar de reconhecer a importância da obra de Engels, que desnaturalizou a opressão das mulheres ainda no século XIX. A historiadora apresenta um argumento compreensivo com os sujeitos do passado, homens e mulheres do início da

agricultura, para explicar o surgimento do patriarcado. Diferenças biológicas, como o fato de grávidas e lactantes não terem a possibilidade de trabalhar no arado de forma predominante, fizeram com que os homens assumissem essa função, e a isso se somaram outras razões biológicas e culturais para erigir a divisão sexual do trabalho naquelas sociedades, as quais foram aceitas por aquelas mulheres. No entanto, ressalta-se que esses sujeitos históricos não tinham consciência de que, a partir daquele processo, surgiria um sistema de subordinação das mulheres aos homens e uma consequente opressão do sexo feminino.

A história da civilização é a história de homens e mulheres que lutam motivados por necessidade, dependência vulnerável da natureza, até a liberdade parcial desta. Nessa luta, mulheres foram limitadas por mais tempo a atividades básicas da espécie em comparação com os homens, portanto, eram mais vulneráveis a desvantagens. [...] as mulheres acabaram concordando com uma divisão sexual do trabalho, que em algum momento as colocaria em desvantagem, sem poder prever as consequências posteriores (LERNER, 2019, p. 80).

Esse processo histórico de criação do patriarcado levou 2.500 anos para ser concluído e se tornou uma estrutura cuja duração já tem quase 4.000 anos. Através desse sistema de dominação masculina, foram definidos os papéis e comportamentos considerados adequados para cada sexo.

O que possibilitou a dominação dos homens sobre as mulheres foi o controle, no período do desenvolvimento da agricultura no neolítico, da sexualidade feminina, ou seja, de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais que passaram a ser reificados, comercializados e explorados.

As mulheres nunca se tornaram “coisas”, nem eram assim percebidas. As mulheres, não importando quanto tinham sido exploradas e sofrido abusos, conservaram seu poder de ação e escolha na mesma proporção – com frequência limitada – que os homens de seu grupo. Mas as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo era controlado [...] (LERNER, 2019, p. 355).

Contudo, para que o sistema patriarcal pudesse funcionar e permanecer por tanto tempo, foi necessário que as mulheres cooperassem. Gerda Lerner (2019, p. 358) enumera alguns meios para que a cooperação fosse estabelecida: doutrinação de gênero, divisão interna das classes das mulheres, restrições e coerção, discriminação no acesso de recursos econômicos e políticos, carência educacional e negação às mulheres do conhecimento da sua história. Dessa forma, as mulheres internalizaram a ideia de inferioridade aos homens e passaram a demonstrar desconhecimento sobre suas histórias de luta, conquistas e participação na humanidade enquanto sujeitas.

Nunca houvera nenhuma mulher ou grupo de mulheres vivendo sem proteção masculina, pelo que a maioria das mulheres sabiam. Nunca houvera nenhum grupo de pessoas como elas que tivessem feito qualquer coisa significativa sozinho. As mulheres não tinham história – assim disseram a elas, e assim acreditaram. Desse modo, foi a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos que, de forma mais decisiva, prejudicou as mulheres. (LERNER, 2019, p. 362).

Assim, as mulheres foram tolhidas de imaginar alternativas fora da dominação masculina, pois, na história que os homens contaram, não houvera, no passado, mulheres que não estivessem sob os domínios dos homens; não houvera mulheres autônomas e independentes. Com isso, estabeleceu-se uma aceitação ao patriarcado como se não houvesse existido outro tipo de relação entre sexos e como se não fosse possível aboli-lo. No entanto, o sistema patriarcal é histórico e, como tal, teve um início e não está livre de ter um fim.

A consolidação e manutenção do patriarcado enquanto hegemonia fez uso de estratégias para a criação do consenso acerca da inferioridade feminina, conforme mencionado anteriormente. Intelectuais homens definiram os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres (doutrinação de gênero) e utilizaram ferramentas de difusão e coerção para que as mulheres também aceitassem a submissão aos homens. Uma importante ferramenta de difusão da superioridade masculina foi a Educação – no caso, a falta dela –, que estabelecia escolarização diferenciada entre meninas e meninos, formando as crianças e os jovens para cumprirem os papéis estabelecidos “para homens” e “para mulheres”, a fim de que aceitassem essa ideologia.

Aos que não participavam do consenso, restava o uso da coerção. Um exemplo de coerção que encontramos na história foi o período da Inquisição, ou seja, da “caça às bruxas” na modernidade. Esse processo histórico de perseguição às mulheres foi, muitas vezes, retratado pela historiografia como uma questão apenas religiosa ou sanitária, como se as mulheres condenadas por bruxaria fossem “loucas” ou supersticiosas.

[...] Desta maneira, sua perseguição poderia ser explicada como um processo de “terapia social” que serviu para reforçar a coesão amistosa (Mildefort, 1972, p. 3), ou, poderia ser descrita em termos médicos como um “pânico”, uma “loucura”, uma “epidemia”, todas as caracterizações que tiram a culpa dos caçadores de bruxas e despolitizam seus crimes (FEDERICI, 2017, p. 290).

No entanto, a caça às bruxas foi uma expressão da misoginia e do patriarcado como forma de contenção das mulheres não aderentes à expectativa do sistema de superioridade masculina ou que se insurgiam contra as consequências econômicas e sociais do surgimento do capitalismo. De acordo com Federici (2017), centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas, e esse processo, que durou cerca de dois séculos, foi contemporâneo à “colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos

cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos, e ter chegado ao seu ponto culminante entre o fim do feudalismo e a ‘guinada’ capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 293).

Esse processo coercitivo contra as mulheres serviu ao aprofundamento da divisão sexual: criou, nos homens, o medo do poder das mulheres; desfez práticas e crenças que se pautavam no encantamento do mundo e dificultavam a disciplina necessária ao trabalho capitalista; e gerou, nas mulheres, a divisão interna entre aquelas que se insurgiam e aquelas que cooperavam. Assim, construiu-se um sistema patriarcal onde os corpos das mulheres, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva passaram a ser controlados pelo Estado.

Portanto, é importante ressaltar que a vida das mulheres é diretamente impactada pelas mudanças econômicas. Com o fim da economia de subsistência, findou também a unidade entre produção e reprodução, de modo que apenas a produção para o mercado tinha valor, enquanto o trabalho reprodutivo começou a ser desvalorizado. Esse trabalho reprodutivo não pago cumpria importante função na acumulação do capital e passou a ser difundido como vocação natural das mulheres, isto é, “trabalho de mulher”. Foi nesse contexto que as mulheres foram excluídas de trabalhos assalariados ou passaram a receber salários muito inferiores aos dos homens.

Outra estratégia utilizada pelo patriarcado, conforme mencionado anteriormente, foi o apagamento da história das mulheres como forma de se criar narrativas onde elas teriam sido desde sempre submissas e inferiores aos homens. Construiu-se então, uma memória marcada pela falta. Nessa construção, não há presença feminina nos fatos históricos entendidos como importantes; não há mulheres como heroínas, mas apenas mulheres que teriam aceitado o lugar de inferioridade e de não agência. Contudo, não foi possível que os homens apagassem completamente as mulheres como sujeitos históricos, tampouco as impedissem completamente de seu pensar e agir no mundo. As mulheres, então, tiveram participação ativa nos processos históricos. A escrita desse fazer histórico feminino tem sido realizado pelo desenvolvimento da História das Mulheres e pela ampliação das leituras e obras de pensadoras: “As mulheres estão exigindo como fizeram os homens no Renascimento, o direito de explicar, o direito de definir. As mulheres, pensando elas mesmas além do patriarcado, somam insights transformadores ao processo de redefinição.” (LERNER, 2019, p. 376).

Dentre as intelectuais que pensaram a situação da mulher, tem-se Mary Wollstonecraft com sua importante obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, em que traça debates com os filósofos homens do iluminismo que, ao defenderem a liberdade e a igualdade, não estenderam esses direitos às mulheres. Defensora de uma educação para a razão feminina,

escreveu, no século XVIII, contra a submissão das mulheres aos homens e contra uma educação feminina que visava a manter as meninas e as mulheres em seus lugares sociais de inferioridade.

Amo homem como meu companheiro, porém seu cetro, real ou usurpado, não se estende até a mim, a menos que a razão do indivíduo reclame minha homenagem – mesmo assim, a submissão é à razão, e não ao homem. De fato, a conduta de um ser responsável deve ser regulada pelas operações de sua própria razão; ou sobre que fundamento repousa o trono de Deus? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 49).

Ao se fomentar a história das mulheres, suas obras e suas ações, é realizado um esforço de romper com o silenciamento e apagamento construído pelo sistema simbólico de dominação dos homens que leva a crer que a opressão e a submissão foi totalmente aceita e que, enquanto a história acontecia, nela, não existiam as mulheres. Foi construído, portanto, um esquecimento das mulheres como agentes de sua própria história e das histórias dos povos ao redor do mundo.

Contudo, tem-se ampliado a escrita da história e da memória acerca das mulheres do passado, suas agências no mundo, suas lutas e conquistas, assim como se tem ampliado pesquisas que buscam explicar os processos históricos da opressão e controle das mulheres pelos homens para desnaturalizar a inferioridade feminina. A memória construída pelo patriarcado entra em disputa com a memória subterrânea e coletiva das mulheres. O silêncio sobre o passado histórico das mulheres não resultou no seu esquecimento.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente impõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLACK, 1989, p. 5).

As memórias sobre as mulheres do passado e sobre suas lutas, resistências e agências no mundo foram transmitidas entre elas através da oralidade, da valorização de autoras e do próprio campo da historiografia dedicado à sua história. A construção e reconstrução dessa memória subterrânea serve à constituição da identidade das mulheres enquanto um grupo social, possibilitando sua organização para reverter a posição de dominado. Buscando contribuir com a retirada das mulheres do apagamento imposto, este capítulo irá analisar a ausência das meninas surdas no Instituto Nacional de Surdos Mudos à luz do olhar do Estado brasileiro com relação às mulheres no período do higienismo e da eugenia.

O século XIX foi o auge de mudanças econômicas e sociais que afetaram profundamente a vida das mulheres. Foi criado o ideal burguês de família, com a imagem da mulher dona de casa integralmente, fazendo com que a divisão sexual do trabalho colocasse

as mulheres num lugar de dependência: “[...] na ‘transição do feudalismo para o capitalismo’, as mulheres sofreram o processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então” (FEDERICI, 2017, p. 146).

Foi nesse período que se somou ao pensamento hegemônico do patriarcado a hegemonia do pensamento higienista e eugenista que partia da já existente ideia de desigualdade entre homens e mulheres. O reforço da imagem das mulheres como mães e “rainhas do lar” era importante ser difundido em toda a sociedade, inclusive na classe operária, para que se disciplinasse a população para o capitalismo industrial e para colocar o Brasil no caminho do progresso e da melhoria da raça. A família era um espaço dessa disciplinarização, pois espaço prioritário das mulheres era o privado. Cabia às mães a instrução das crianças para o caminho estabelecido pelos intelectuais do higienismo e pelo Estado.

Portanto, foi não só reforçada como também alçada ao *status* de “ciência”, a ideia de que o espaço público (geralmente o espaço do poder) era o dos homens e de que o privado era o das mulheres. A elas caberia gerir o ambiente doméstico, o que não necessariamente lhes garantia um espaço de poder. As mulheres da classe trabalhadora, cujo espaço também era o público, não deveriam acessar os espaços consolidados como masculinos. Perrot (2017, p. 179) afirma sobre essa questão no século XIX:

[...]relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público, constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. Mas com algumas ressalvas preliminares. Primeiramente, nem todo o público é “político”, nem todo o público é masculino. A presença das mulheres, tão forte nas ruas do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm as circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família, o poder principal continuava a ser o do pai, de direito e de fato.

Assim, utilizando uma lupa histórica, a pesquisa irá se debruçar sobre o significado político e social de se ter um corpo duplamente disciplinado pelo Estado e, dessa forma, reconstruir o lugar que se esperava que mulheres com deficiência ocupassem e de que forma as mulheres agiram e reagiram diante desse controle estatal de uma sociedade patriarcal. Neste capítulo, o cerne da análise é o singular, e seu foco será a observação da educação feminina como instrumento de difusão do higienismo e da eugenia e de controle das meninas e mulheres.

### 3.1. O controle dos corpos femininos pelo higienismo e eugenia

As cidades do século XIX assistiram ao surgimento da separação sexual dos espaços e à redução dos espaços mistos com a figura feminina ocupando o ambiente do lar ou do trabalho feminino assalariado, no qual as mulheres recebiam baixos salários por tarefas que dispensavam qualificação profissional. Como forma de controlar os corpos femininos que circulavam no espaço público (majoritariamente composto por mulheres das classes trabalhadoras), lança-se, sobre as mulheres, o discurso moralista do pecado e o sentimento de culpa por abandonar o lar. A mulher seria, então, mais propensa às paixões, correndo o risco, inclusive, de seguir o caminho da prostituição (RAGO, 2014), e, por isso, deveria se ater ao ambiente doméstico.

A distinção entre espaço público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época exclui operários e mulheres. E os operários[,] quando reivindicam o acesso à esfera política, reproduzem o modelo burguês, excluindo as mulheres[...]. (PERROT, 2017, p. 218).

A educação feminina, por não se importar em preparar as mulheres para o mercado de trabalho e, sim, para as tarefas domésticas, não proporcionava que elas ocupassem postos de trabalho que lhes garantisse melhores salários. A base científica que sustentava essa realidade era o discurso médico-sanitarista, ou seja, o pensamento higienista. Esse discurso postulava que a mulher tinha inclinação natural ao espaço doméstico devido a um sentimento de sua responsabilidade e ao seu instinto natural. Buscava-se construir e difundir um novo modelo de feminilidade que seria o centro de um modelo imaginário de família, a qual cultivaria os valores da burguesia capitalista<sup>24</sup>.

É principalmente recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária que o poder médico formulará todo um discurso, a partir de meados do século XIX, de valorização do papel da mulher, representada pela figura da “guardiã do lar”. (RAGO, 2014, p. 103).

As teses sobre o aleitamento materno atingiam as mulheres das diversas classes sociais. As mais abastadas eram rotuladas por terem o desejo egoísta de manter a beleza do corpo, por isso, no período da escravidão, eram proprietárias de mulheres negras que amamentavam seus filhos; posteriormente, suas empregadas livres seriam as “amas de leite”.

---

<sup>24</sup>Aqui, foi utilizada a compreensão de Weber de que, de forma racional, se afirmam determinados valores negando outros. Esses valores são a imaginação de uma validade que se tornará uma ação.

Paralelamente, as mulheres das classes trabalhadoras, por necessitarem estar no mercado de trabalho nos espaços públicos contratavam uma nutriz para amamentar seus filhos.

A existência dessas mulheres que amamentavam os filhos de outras impedia que a mãe exercesse completamente o papel social que lhe fora reservado. Os sanitaristas, portanto, procuravam convencer as mulheres de sua “vocação natural” para a maternidade e para o lar e alertavam que as crianas que não fossem alimentadas pelo leite materno teriam sua saúde e desenvolvimento prejudicados e que a ausência da amamentao através da forma natural era responsável por mortalidade infantil. No entanto, eles se convenceram de que seus discursos contra a prática do aleitamento mercenário não tiveram êxito e optaram por regulá-la e regulamentá-la. É o corpo feminino mais uma vez disciplinado.

Concluí-se que a amamentao mercen ria deveria ser fiscalizada rigorosamente pelos especialistas competentes: os médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores. Assim, as práticas sociais condenáveis deveriam ser enquadradas e vigiadas atentamente na impossibilidade de eliminá-las. (RAGO, 2014, p. 106).

Apesar da defesa da regulamentao, os médicos sanitaristas viam nessa sociabilidade feminina uma ameaa de degenerao da família. Um elemento de hábitos duvidosos e portador de vícios que destruía a intimidade da família. Por isso, a prática de dar o filho para outra mulher amamentar foi transformada em anormalidade diante do padrão feminino de guardiã do lar. Essa interveno médica de tentar impedir ou regulamentar o aleitamento via ama de leite demonstra o alcance dos higienistas. Eles também buscavam intervir nas vidas privadas para alcanar o objetivo de uma sociedade higienizada. A mulher que não estivesse dentro dos padrões estabelecidos pelos médicos teria sua existência considerada como desviante, “inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime” (RAGO, 2014, p. 109).

A Medicina sanitarista, no Ocidente, baseou-se no pensamento de Rousseau sobre a natureza feminina para definir homem e mulher, pelo qual ser mulher   não estar presente nos espaos públicos, saber realizar as tarefas domésticas, ter instinto materno, ser passiva e ser submissa, complementando o homem, que foi definido como tendo vocao para o poder, desejo de liberdade, capacidade de decidir e racionalidade. Essas diferenas estabelecidas representavam a ideia burguesa dos sexos que influenciavam a Pedagogia ao estabelecer qual era o tipo de educao adequada para cada sexo, de acordo com suas características “inatas”.

Esses médicos acompanhariam as famílias no lar e auxiliariam as mães na educao de seus filhos para prevenir doenas e evitar a degenerao moral. Foi também essa teoria médica sanitarista que dessexualizou o corpo feminino em oposio ao corpo masculino

sexualizado, ou seja, as mulheres passaram a ser representadas como donas de casa ordeiras, castas e higienizadas cuja atividade sexual consistia unicamente em procriar, e não em ter prazer. Aos homens, cabia a representação do prazer sexual. Essas diferenças eram sustentadas pela Biologia através das ciências médicas que afirmavam que os homens tinham um desejo sexual mais forte e que, por isso, era justificável (e até aconselhável) que eles buscassem as prostitutas.

Assim, a sexualidade feminina era vigiada e controlada pelo poder médico, sendo o prazer no ato sexual interdito e a masturbação colocada como um vício a ser combatido, diagnosticado e curado, pois as consequências seriam negativas tanto fisicamente quanto moralmente. A sexualidade da família burguesa tornava a sexualidade feminina medicalizada, patologizada e com necessidade de uma correção racional (FOUCAULT, 1988).

Dessa forma, outro vício estabelecido pelos higienistas foi a prostituição. Ela foi investigada e classificada pelos médicos higienistas, estabelecendo uma definição dessa mulher pública como fora do padrão de sexualidade considerado normal. Essa investigação procurou assentar as causas da prostituição, cujo resultado foi mais uma tentativa de culpabilizar e estigmatizar o corpo feminino. A imagem da “puta” foi construída em oposição à da mulher honesta e boa mãe. Aquela simbolizava a negação dos valores de uma sociedade saudável moralmente e que caminhava para o progresso, poisas prostitutas colocavam em perigo a ordem do mundo dos homens e o poder masculino.

[...]causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se: a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. (RAGO, 2014, p. 117).

Os bordéis, então, funcionavam como espaços controlados e higienizados das relações entre prostitutas e homens casados que precisavam exercer a sua “inerente” virilidade. Esses espaços eram regulamentados, controlados e vigiados pela polícia e autoridades da Medicina sanitária. Com o desenvolver do higienismo e da eugenia, surge a teoria de que a prostituição é uma característica inata e hereditária de mulheres que possuem cérebro diferente das pessoas normais.

Portanto, através do controle da sexualidade, era realizado o controle social. A regulação das relações sexuais era importante para evitar a proliferação de doenças e de descendentes degenerados que impossibilitariam a raça brasileira de se fortalecer e alcançar os padrões do mundo civilizado. E se, ao nascer mulher, já se tem imposto tamanho controle sustentado por uma teoria desenvolvida pelos homens, nascer mulher surda tornava esse

controle ainda maior, pois, além de precisar se adequar ao que se espera do sexo feminino, carregava o estigma da deficiência e, portanto, da anormalidade e degeneração. Os eugenistas definiram com muito rigor o que consideravam normalidade e qual era o nível de normalidade a ser alcançado através de uma tabela desenvolvida por Francis Galton.

[...]1.º) — cujos órgãos se apresentem tão bem construídos que nossos conhecimentos e experiências nada revelem de irregular; 2o) — cujos órgãosfuncionem com, tal harmonia que nada, aparentem de estranho no seu trabalho; 3o) — cuja vida psychica e mental esteja em permanente estado de equilíbrio, sem quaesquer elevações ou descidas nas suas manifestações. Não é, pois, fácil estabelecer, com rigor absoluto, os limites desta normalidade ideal, taes as gradações existentes, na realidade, entre os caracteres apresentados pela maioria dos nossos semelhantes. Aceitemos, por isso, um typo médio nas condições acima, isto é, com, todas as propriedades e funções normaes para servir de partida de uma linha M, colocando, par ali elamente, tantas linhas acima e outras abaixo, conforme as variações favoraveis ou desfavoraveis que apresentem. [...]Todo indivíduo, pois, que se afastar do typo médio, para baixo da linha M (depreciação) pôde-se considerar como degenerado; e todo aquelle que se afastar do typo médio para cima, (valorização) pôde-se considerar normal superior. Não é vantagem, pois, segundo a tabella de normalidade de Galton, ser um indivíduo .normal, collocado na linha M (média). Convem ser normal superior, variante superior do typo médio. (KEHL, 1931, p. 1).

O corpo de uma mulher surda estaria abaixo da linha “M” e seria, portanto, considerado desviante, gerando uma dupla necessidade de controle, uma vez que, além de deficiente, é do sexo feminino, compreendido como inferior aos homens. As teorias disciplinadoras do higienismo e da eugenia tiveram como resultado a difusão – e até mesmo a imposição – do modelo de família burguesa. Era preciso higienizar os papéis sociais, e, para isso, promoveu-se um novo modelo de feminilidade a ser seguido: o de esposa, mãe, dona de casa. Cabia às mulheres cuidar da vida cotidiana de sua família (RAGO, 2014).

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado em meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas de laboriosidade, de castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos[,] se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa,afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorreram nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas [...]. (RAGO, 2014, p. 88).

No entanto, conforme abordado nos capítulos anteriores, quando se tratava da mulher surda, o controle da capacidade reprodutiva era a fim de se evitar ou minimizar a possibilidade do nascimento de um ser humano degenerado oriundo de uma mãe deficiente. Mantê-las no espaço do lar junto à família e junto a outras mulheres era uma forma de garantir que a degeneração não passaria para as outras gerações.

O controle da natalidade e dos casamentos – necessário para garantir que o povo brasileiro melhoraria geneticamente – era amplamente defendido pelo pensamento hegemônico da época e afetava fortemente as mulheres com deficiência. Com isso, a capacidade reprodutiva da mulher se transforma no meio pelo qual a raça humana alcançaria a perfeição. Às mulheres era estipulado como dever e responsabilidade a regeneração da nação, o que, no caso das mulheres surdas, principalmente as surdas congênicas, significava o dever de abdicar da maternidade.

Dessa forma, fosse por meio da educação, fosse por meio da obrigatoriedade dos exames pré-nupciais por que os intelectuais da eugenia tanto lutaram, os casamentos deveriam ser regulados pelo Estado através dos preceitos eugênicos. Através da Educação, os jovens seriam ensinados a escolher seus parceiros através dos preceitos eugênicos. No entanto, em caso de falha no ensinamento de um modelo de casamento previsto pelos eugenistas, a obrigatoriedade dos exames evitaria a “degeneração” oriunda de um casamento “inadequado”. A preocupação dos eugenistas foi capaz de alcançar diversos setores da sociedade, como pode ser percebido na carta de um pai (assinada somente como “um pae”) publicada pelo boletim de eugenia.

Encarando o assumpto á luz do direito o joven e talentoso deputado Marcondes Filho defendeu, brilhantemente, o substitutivo que apresentou, Infelizmente tornando facultativo o exame, a lei que visa estabelecê-lo torna-se innocua, principalmente para aquelles a quem ella é mais necessaria, aquelles que se esquecem dos prejuizos que sua cegueira pode causar á sua prole, a seu lar. Porque não se ha de gar os rapazes e as moças que desejam se unir e constituir um lar, a ouvir os conselhos dos seus médicos e a seguir esses conselhos, afim de prepararem o seu physicoá constituição de um lar sadio? Não se trata propriamente de verificar, como suggere o substitutivo do deputado Marcondes Filho, a existencia de “Defeito physico irremediável e incompatível com o casamento”, mas sim a existencia de moléstia transmissível pelo contacto commum ou pelo contacto mais intimo das relações conjugaes. Entre os defeitos physicosirremediaveise incompatíveis com o casamento,póde se entender a união de duas creaturas que se amam. Não haveria, pois, inconveniente que em auxilio aos paes, muitas vezes coagidos deante do irremediável, viesse o medico em nome da sciencia e da sociedade reclamar dos jovtns uma preparação physicaante-nupcial. Não seria um tão grande attentadoá liberdade individual, princioalmente em se tratando de creaturas sob o dominio de uma paixão. E, depois, a liberdade individual não deve e não tem sido - sempre sacrificada mais ou menos para assegurar o bem collectivo? Não vemos todos os dias essa liberdade cerceada em assumptos de menor monta? Esse escrupulo não tem, pois, justificativa, e o Estado deve fazer uma tentativa nesse sentido. Nos paizes em que o contrato de casamento obedece a um calculo mais frio, quasicommercial, uma lei nesse sentido é dispensável; mas no nosso, onde só o amor e o amor elevado, é que decide e preside ás uniões dos jovens, também só o Estado tem autoridade para impedir as loucuras dos apaixonados. (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, p. 3).

Essas “loucuras dos apaixonados” deveriam ser impedidas para que o povo brasileiro pudesse alcançar uma população intelectualmente e fisicamente superior, ou seja, era preciso

alcançar um Brasil branco e “sem moléstias” transmissíveis ou congênicas. E a surdez era algo a ser evitado através do controle dos casamentos. Em outras palavras, a capacidade reprodutiva das mulheres surdas deveria ser controlada pelo Estado.

É evidente que podem vir de raças puras elementos melhores, e cabe uma selecção que redima paulatinamente a humanidade de taras hereditárias. Apresenta-se neste ponto a questão da consangüinidade. Vi tressurdo-mudos, filhos de primos irmãos, nos quaes a herança acumulou as taras ancestraes. Não obstante, é preferível o matrimonio entre indivíduos de famílias aparentadas, sãs, á união com indivíduos desconhecidos. Ha de se chegar ao casamento eugenico. O casamento se faz por interessé ou por amor, sem se pensar nos filhos que virão. (RECASENS, 1929, p. 2).

O problema da degeneração através de uma procriação indevida era algo constante nos escritos dos intelectuais da eugenia. Estavam deveras preocupados com os rumos do país ao observarem que o povo brasileiro se encontrava distante do modelo projetado por eles, paraquem a procriação deveria ficar restrita àqueles que faziam parte das classes mais abastadas, que fossem brancos e mentalmente e fisicamente saudáveis. Afirmavam que uma questão importante era que a natalidade era maior entre aqueles que consideravam inferiores e que isso precisava ser revertido.

A limitação da natalidade amplia-se cada vez mais nas classes media e superior da collectividade, enquanto permanece desconhecida e impraticada entre os indivíduos da baixa esphera social. Ha, pois, verdadeira crise da natalidade de um lado, e uma desolador a super-natalidade de outra. Sociólogos e eugenistas estudam o grave problema e apresentam suggestões para amparar a parte aproveitável e productiva da humanidade contra o perigo asphyxiante e compressor da massa inculta e amorpha, que constitue formidável peso morto. Tem-se, geralmente, certo recato em fallar das massas. Emerson divide a hūmanidade em duas classes: de bemfeitores e malfeitores, e incita-nos a deixar o palavroriohypocrita sobre as multidões, que elle considera de influencia nociva, verdadeira calamidade, — pelo muito que toma, em contraste com o pouco ou nada que produz em beneficio da communitade. [...]No Brasil é difficil calcular a percentagem correspondente a um e a outro lado, podendo-se, entretanto, admittir que cada brasileiro util carrega com o peso morto de vinte ou mais parasitas, tendo em conta a nossa producção economica, comparada com a de Cuba, por exemplo, que com pouco mais de 3 milhões de habitantes exporta algumas vezes mais do que o Brasil, que conta cerca de 40 milhões de indivíduos! E esses parasitas continuam a procriar desabai adamente, em contraste com a diminuta progressão natal das classes verdadeiramente productoras e úteis do paiz. [...] Tendo em vista a differença de densidade das tres camadas sociaes, — uma levíssima, de brancos, outra, leve, de typos médios, e uma terceira macissa, de inferiorizados, não poderei deixar de opinar, favoravelmente, pela propaganda da limitação da natalidade no nosso paiz, sobretudo entre os indivíduos componentes da ultima camada. Virei, pois, com toda sinceridade, que ê indispensável e urgente divulgar entre as pessoas pobres e incultas, a necessidade de restringir a natalidade, ao mesmo tempo que se lhes ensina os meios mais práticos de alcançar esse desideratum. (KEHL, 1929, p. 1).

Essa preocupação com a natalidade, conforme mencionado anteriormente, atingiu o casamento entre pessoas surdas, pois, para os eugenistas, essa era uma questão muito importante para garantir uma sociedade eugênica. Com isso, estipularam as situações em que

os casamentos entre pessoas surdas poderiam ser permitidos e em quais situações deveriam ser interditados, partindo de algumas pesquisas de intelectuais eugenistas, como Graham Bell, que publicou, em 1917, mais um trabalho no qual desaconselhava o casamento entre surdos.

I – O casamento pôde ser autorizado, mesmo quando os dois candidatos apresentam surdês, se ficar provado que nenhum dos dois tem antecedentes hereditarios ou colateraes de surdês, e que a otapatia é, indubitavelmente, adquirida. Esta regra de conduta serve tanto para os surdo-mudos, como para os surdos.

[...] II – O casamente deve ser desaconselhado nos casos seguintes: 1º – Quando um dos cônjuges se acha afetado de otospongiose familiar ou não. A otospongiose é a fôrma mais freqüente de surdes familiar e um fator suficiente para se desaconselhar o casamento de pessoas que a possuem. Além do mais a maternidade concorre para acelerar a marcha progressiva da afecção, mesmo nas mulheres que não apresentam nenhum antecedente familiar de surdes; deve-se, pois, desaconselhar o casamento de mulheres nestas condições, mesmo na ausência de qualquer elemento hereditário. No futuro esta interdição será levantada, graças ao tratamento cirúrgico atualmente empregado por Sourdille (de Nantes), cujos resultados são os mais satisfatorios. Se o valor pratico dêste tratamento fôr confirmado, torna-se necessária uma vigilancia regular das funções auditivas dos filhos de otospongiosos, aplicando-se-lhes, desde cêdo, rigorosas medidas profilaticas. 2º – Quando os dois candidatos possuem surdes congênita, ou um dos dois tem antecedentes familiares de surdes. No primeiro caso a proporção dos casamentos tendo engendrado filhos surdos é de 4 por 100; no segundo caso é de 17 por 100. III – O casamento deve ser formalmente interdito: 1º Aos candidatos apresentando surdes congenita, principalmente se um ou outro, ou ambos apresentam antecedentes hereditários dêste mal. Neste caso a proporção de casamento tendo engendrado filhos surdos é de 3,5 por 100. 2º\* Aos candidatos apresentando surdes familiai e um ou outro, ou ambos possuindo antecedentes de sifilishereditaria, alcoolismo ou nevropatia. 3º Aos candidatos apresentando surdês familiar, mesmo ligeiia, mas unidos por laços de sangue (primos irmãos ou descendentes de primos irmãos). Segundo as estatísticas os casamentos desta categoria tendo engendrado filhos surdos é de 45 por 100. De todos os casamentos de surdos é o mais perigoso para a descendência. (TRAD. E.R., 1931, p. 3, 1931).

Por medo de uma raça surda elas foram excluídas do acesso à educação e sua história foi marcada pela falta, pelo silêncio ainda mais profundo do que aquele já existente na história feminina. Através da análise da educação feminina e das lutas pelo direito à educação das surdas no Brasil, no início do século XX, tentar-se-á dirimir o apagamento dessas meninas e mulheres.

### 3.2. Educação feminina no Brasil

A educação feminina foi uma importante demanda das mulheres por igualdade de direitos, tendo movimentado intelectuais femininas a escreverem a favor de sua classe e a se organizarem para conquistar o avanço na escolarização de meninas e mulheres. Por haver o entendimento de que seriam inferiores em inteligência e de que, para elas, bastava os

ensinamentos dos afazeres domésticos e da preocupação com a beleza, o acesso aos espaços formais de educação era escasso ou ausente, principalmente para aquelas da classe trabalhadora ou com deficiência. Entretanto, as mulheres ricas ou de classe média conseguiam acessar algum ambiente de educação formal, tendo as primeiras acessado, inclusive, os debates filosóficos e políticos, o que as possibilitou criar teorias que se contrapunham ao pensamento patriarcal hegemônico.

Pensadoras como Mary Wollstonecraft criticavam os pressupostos pedagógicos voltados às meninas e mulheres construídos por intelectuais homens que reforçavam que elas não deveriam se ocupar em desenvolver suas capacidades intelectuais, uma vez que não seria de sua natureza a inteligência. Para a intelectual, as mulheres tinham as mesmas capacidades cognitivas dos homens e, portanto, eram capazes de aprender e desenvolver a razão, sendo a negação à escolarização uma forma de manutenção do poder masculino sobre as mulheres; como ilusão (ou compensação), dava-se a elas algum poder no lar e no romance.

Fortaleça a mente feminina, expandindo-a, e haverá um fim à obediência cega, os tiranos e os homens sensuais estão certos quando se esforçam por conservar a mulher no escuro, pois os primeiros querem somente escravas, e os últimos, um brinquedo. O homem sensual, de fato, é o mais perigoso dos tiranos, e as mulheres têm sido enganadas por seus amantes, tal como os príncipes por seus ministros, enquanto sonham que reinam sobre eles (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 45).

Assim, educar as meninas e mulheres de maneira não sexista era visto como uma forma de libertá-las do poder masculino para que pudessem adquirir autonomia de pensamento e sobre si mesmas. Acessar o espaço formal de educação foi uma importante conquista, mas não significava que seriam educadas através do mesmo currículo que os meninos, pois a educação estava inserida no pensamento dominante na sociedade e, portanto, partia do pressuposto de que crianças de sexos opostos não possuíam as mesmas capacidades físicas e cognitivas, o que foi rebatido por Wollstonecraft já no século XVIII e pelas feministas dos séculos seguintes.

Estou plenamente persuadida de que não daríamos importância a essas afetações infantis se fosse permitido às meninas fazer exercício suficiente, se elas não fossem confinadas em salas fechadas até seus músculos relaxarem e seus poderes de assimilação serem destruídos. Indo adiante com esse argumento, se o temor das meninas, em vez de acalentado e, talvez, criado, fosse tratado da mesma maneira que a covardia nos meninos, logo veríamos as mulheres sob aspectos mais dignos [...] “Eduquem as mulheres como os homens”, disse Rousseau, “e quanto mais se parecerem com o nosso sexo menos poder terão sobre nós”. Isso é exatamente o que pretendo. Não desejo que tenham poder sobre os homens, mas poder sobre si mesmas. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 89).

No Brasil, a ampliação do acesso feminino aos espaços formais de educação iniciou em 1827 com a lei que criou as escolas de primeiras letras e determinou que houvesse escolas de meninas onde as professoras ensinariam a ler, escrever, realizar as quatro operações de aritmética e executar as prendas que servem à economia doméstica. Aos meninos, incluíam-se mais operações matemáticas e não era ofertado o ensino de matérias destinadas às tarefas do lar; apenas a eles era permitido o acesso ao ensino secundário, demonstrando que a escola preparava os sexos para exercer os papéis esperados para homens e mulheres. Como não se esperava que as mulheres fossem para o mercado de trabalho ou, caso fossem, não ocupassem os postos mais qualificados, não se considerava necessário que elas prosseguissem o processo de escolarização (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). Essa educação com características discricionárias de gênero foi uma regra no período imperial.

Foi nesse mesmo período histórico que foi criado, em 1857, o Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, destinado ao ensino de meninos e meninas com surdez. No entanto, ainda no Brasil Império, em 1874, na gestão do médico Tobias Leite, conforme abordado no capítulo anterior, as meninas surdas foram retiradas do instituto por se entender que manter meninos e meninas juntos era uma forma inadequada e promíscua de educação e pelo receio dos relacionamentos dentro do instituto resultarem em casamentos e/ou filhos. Recomendava-se que as meninas surdas fossem educadas em casa pela família e que aprendessem as atividades do lar reforçando o espaço feminino como o espaço doméstico.

Desde 1874[,] cessou[,] no instituto[,] o ensino do sexo feminino, por faltarem no prédio em que ele funcionava acomodações para empregados e alunos de ambos os sexos, com a separação que exige o systemamixto.  
 Afim de que as surdas-mudas não continuem excluídas dos benefícios da cultura moral, intelectual e profissional, é necessário que o Governo seja habilitado a apropriar o serviço do Instituto á educação mixta ou crear estabelecimento especial (LEITE, 1884).

Assim, enquanto as meninas sem deficiência prosseguiram acessando os espaços convencionais de educação, baseando-se nos estereótipos estabelecidos pela Medicina, as surdas foram impedidas de receber uma educação formal até o ano de 1934. Mas, durante esse período de exclusão, houve demandas sociais pelo retorno das meninas ao Instituto de Surdos-Mudos, que, nos anos que seguiram à sua fundação, era uma escola mista. Essa luta por direitos será abordada a seguir.

### 3.2.1. A luta das mulheres por direito à educação de qualidade

A ampliação do acesso das mulheres aos espaços formais de educação esteve inserida no projeto do Estado brasileiro de fornecer à população uma educação para o progresso e para a melhoria do povo brasileiro, mas também foi uma resposta à demanda social das mulheres que buscavam segurança econômica e igualdade com relação aos homens. Assim, devido ao pensamento higienista e à luta feminina por educação de qualidade, houve uma importante ampliação do número de mulheres escolarizadas, reduzindo o analfabetismo desse grupo social. Outras mudanças para as mulheres foram a expansão de instituições de coeducação (meninos e meninas na mesma escola tendo acesso ao mesmo percurso pedagógico), o acesso irrestrito ao ensino secundário, a formação profissional em nível técnico e a entrada no ensino superior na carreira de magistério. As mulheres da classe trabalhadora foram incluídas no projeto de escolarização através das escolas de formação profissional para a formação de operárias, comerciantes e artesãs.

No entanto, apesar desses avanços, a escola ainda mantinha como educação feminina a preparação para a maternidade e para as tarefas domésticas, reforçando os papéis de gênero construídos pelo patriarcado e reelaborados pelos higienistas e eugenistas.

[...] a mulher deveria receber na escola um treinamento que as preparasse para conduzir a educação das crianças segundo os paradigmas científicos da higiene e da psicologia.

Tais mudanças institucionais e ideológicas se expressavam em indicadores que mostravam que na capital federal, entre 1890 e 1920, o percentual de mulheres alfabetizadas elevou-se consideravelmente em relação ao total da população feminina[...] em 1920 aumentou para 55,8% (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 237).

Enquanto as mulheres avançavam na escolarização e na preparação – ainda que mais restrita – para o mercado de trabalho, as mulheres surdas permaneciam excluídas desse processo. O olhar do estigma sobre elas era reforçado pelo eugenismo, que, nas primeiras décadas do século XX, estava ainda mais fortalecido. Porém, não significa que essa exclusão era totalmente aceita; pelo contrário, segmentos da sociedade demandavam que as meninas surdas tivessem novamente o direito a receber educação formal, especializada e de qualidade, tal qual os meninos surdos, principalmente após o Decreto nº 9.198, de 12 de dezembro de 1911, que estabelecia que o Instituto Nacional de Surdos-Mudos voltaria a ser de ambos os sexos. Nesse mesmo decreto, ficam estipuladas as condições para que os alunos e alunas pobres pudessem ser admitidos no Instituto baseando-se nos preceitos higienistas ao exigir condições sanitárias como a necessidade de vacinação e de se evitar doenças contagiosas ou crônicas que impedissem a capacidade de estudar e trabalhar e ao admitir apenas estudantes compreendidos como saudáveis intelectualmente.

Art. 1º O Instituto Nacional de Surdos-Mudos tem por fim instruir e educar as crianças de ambos os sexos privadas da audição e da palavra articulada, dando-lhes instrução literária e ensino profissional.

Art. 2º O instituto será dividido em duas secções, masculina e feminina, tendo ambas o mesmo regime economico e administrativo e os mesmos professores, mas funcionarão em edificios differentes. [...]

Art. 61. Os alumnos mantidos pelos Estados serão considerados contribuintes e serão recebidos á vista de requisição dos respectivos governos.

Art. 62. A admissão ao Instituto dependerá de autorizar do Ministro, mediante informação do director.

Art. 63. O pretendente deverá juntar ao requerimento:

1º, certidão ou justificação de idade superior a nove e inferior a 14 annos;

2º, attestado medico, do qual conste que a surdo-mudez não destruiu as faculdades mentaes;

3º, attestado de vaccinação ou revaccinação;

4º, attestado medico pelo qual prove não soffrer de molestia contagioso ou molestia chronica e incuravel que o impossibilite para os trabalhos escolares.

Em caso de duvida, o director poderá ouvir o parecer do medico do Instituto acerca do estado de saude do pretendente á admissão.

Paraphouico. Os candidatos á admissão gratuita deverão provar, além dos resquitos do art. 63, o estado de pobreza de seus paes, por meio de attestado passado autoridade do logar onde tiverem domicilio.

Art. 64. O surdo-mudo procedente dos Estados será reenviado á custa de quem o tiver remettido para o Instituto, si se verificar que soffremolestia contagiosa e incuravel, ou que a surdo-mudez destruiu as faculdades mentaes [...] (BRASIL, 1911).

No entanto, a seção feminina prevista pelo decreto não foi implementada, e a luta pelo direito de as meninas surdas estudarem prosseguiu. Em 1913, foi fundada a Associação Brasileira de Surdos-Mudos, ligada ao Instituto Central do Povo<sup>25</sup>, para assistir os surdos adultos egressos do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos. Essa associação criou uma revista onde é possível perceber que a educação das meninas era um tema sensível da comunidade surda. Assim, ao ler um dos exemplares da *Revista Ephphatha* do ano de 1915, encontramos o registro de que havia demanda pelo retorno delas ao Instituto:

Pelas surdas-mudas:

Na ultima reunião da Junta Administrativa dos Patrimonios dos Institutos Publicos, o dr. Custodio Martins annunciou que no próximo mez de Junho inaugurará provisoriamente a secção feminina do Instituto.

Felicitemo-lo calorosamente por esse acto que começa a realizar afinal uma aspiração de todas as pessoas que se interessam pelas nossas surdas-mudas. (EPHPHATHA, maio/1915, p. 32).

Não se tem informação que confirme a implementação da seção feminina no Instituto naquele ano, mas esse trecho demonstra o interesse de parte da sociedade com relação à educação das surdas em um espaço especializado e referência em educação de surdos. Interesse este que havia também internamente no Instituto, como, por exemplo, por parte do

<sup>25</sup>Fundado em 1906 pelo reverendo Tucker, pastor da Igreja Metodista do Catete, é uma instituição social e educacional.

professor Saul Borges, que permitia que alunas frequentassem ilegalmente suas aulas na própria instituição ou no Colégio Orsina da Fonseca, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. “Em função dessa ilegalidade, o Diretor Custódio Martins enviou ao Ministro, em 17 de abril de 1915, um pedido de desculpas por permitir que as meninas frequentassem as aulas do professor Saul, relevando, no entanto, que o faziam sem custo para o Governo” (ROCHA, 2018, p. 75).

Essa preocupação com a questão da educação das meninas aparece em outros exemplares da *Revista Ephphatha*. Na edição de abril de 1915, há uma seção dedicada a elas sob o título “A Educação das Surdas - Mudas”.

Começarei notando que o número das mesmas é mais considerável do que talvez nos levam a supor as incompletas estatísticas oficiais. Só nesta cidade em curto lapso de tempo, já teve o autor dessas linhas a ocasião de conhecer cerca de quarenta surdas-mudas [...]

Essas criaturas, entretanto, não são recolhidas ao Museu Nacional, em cuja secção de anthropologia poderiam prestar magníficos serviços à sciencia. Vivem por ahi ignoradas e ignorantes [...] (EPHPHATHA, abril/1915, p. 18).

Nesse trecho, pode-se perceber que o pensamento higienista se capilarizou e se fez presente também na comunidade surda. Ao mencionar que as meninas surdas seriam úteis à ciência, a Associação Brasileira dos Surdos-Mudos está reproduzindo a visão de que as pessoas surdas precisavam ter seus corpos estudados para que se reduzisse a surdez no país e para que se descobrissem as melhores formas de normalizá-las para incluí-las na sociedade, fazendo com que fossem úteis. No entanto, ao realizar a defesa da educação dessas meninas, se afastam dos eugenistas, cujo objetivo era a eliminação da deficiência do povo brasileiro.

Em outro trecho em que se traçava um comparativo entre as surdas da África e as surdas de nosso país, faz-se a seguinte afirmação:

Aquelle digno povo da Africa também não educa as suas surdas-mudas; em compensação, não lhes traçando normas ao viver, concede-lhes plena liberdade de aproveitar, segundo os impulsos do seu organismo, a rara acuidade de seus olhos e a destreza providencial de suas mãos.

No Brasil, a surda-muda não tem igualmente quem lhe assegure educação alguma; mas deve obedecer ás leis de uma sociedade que veste á franceza, conhece o decálogo e é defendida por um código penal. (EPHPHATHA, abril/1915, p. 18).

Aqui, é feita uma crítica a um Estado que almejava um padrão social europeu, cristão, e que previa punições a delitos, mas que, segundo a Associação Brasileira dos Surdos-Mudos, negava às surdas a educação. Também é possível identificar o debate acerca da língua que deveria ser usada pelas pessoas surdas. Enquanto na África não havia impedimento ao uso da língua de sinais, no Brasil – apesar de não ser proibido o uso –, a pessoa surda que soubesse

apenas sinalizar não era totalmente contemplada pela legislação, conforme reforçado no Código Civil de 1916, o que abordamos no capítulo anterior.

Portanto, a importância de uma mulher surda estudar ultrapassava a questão da mera instrução e significava ter ou não personalidade jurídica<sup>26</sup>, pois, para isso, era necessário o conhecimento da leitura e da escrita. Pelo Código Civil vigente a partir de 1916, os surdos que não pudessem exprimir a sua vontade deveriam ser tutelados. À época, entendia-se que as pessoas surdas se expressavam através da fala ou da escrita, pois a língua de sinais não possuía validade legal. Assim, uma pessoa surda não oralizada ou não alfabetizada não poderia ser considerada um sujeito de direitos.

Essa preocupação se fazia presente nas famílias dessas meninas. Assim, além da Associação Brasileira dos Surdos-Mudos, outro segmento social que pressionava o Estado para que as surdas, principalmente as de classe social menos abastadas, acessassem a educação formal, eram os pais dessas meninas. Abaixo, a transcrição de uma das diversas cartas recebidas pelo Instituto Nacional dos Surdos-Mudos na década de 1930 e presentes no acervo do próprio instituto:

Maceió, 8 de abril de 1931.

Exmo. Snr. Director do Instituto de Surdos Mudos

Rio de Janeiro

Amigo e Senhor:

Dirigindo a V. Excia., o pedido de informações que esta carta encerra, devo dizer que o faço amparado nos sentimentos fraternos e Humanitarios de quem dirige e esse benemérito Instituto.

**Tenho uma filha surda muda de 16 annos de idade e de grande lucides de espirito, folgaza, prestimoso e hábil em costuras bordados, pintura, tendo quadros não só de reprodução como do natural.**

**Infelizmente falta-lhe o principal para ter personalidade jurídica: a leitura e a escripta** de que tem apenas conhecimento rudimentares e empyricos.

Venho por isso rogar a V. Excia., a bondade de orientar-me a respeito, indicando-me o methodo de ensino e os livros respectivos.

Ella conhece os alfabetos, escreve (copiando) com facilidade e bôa letra, tem noções de adição e subtração, de geografia e de cosmografia etc. compreende pelos movimentos labicos muita coisa que se fala, e pronuncia muitas palavras com relativa clareza.

Ficarei muito grato a V.Excia, pelo auxilio que se dignar prestar-me.

Com os meus respeitosos cumprimentos, subscreve-me,

De V. Excia.

Concidadão e Menor Creado (NOME NÃO LEGÍVEL, 1931, grifos nossos)

A carta é datada de 1931, um período em que as meninas ainda se encontravam sem acesso ao Instituto. O autor da carta é um pai de uma adolescente de 16 anos moradora de Maceió e, portanto, distante da então capital da República – Rio de Janeiro –, onde se

---

<sup>26</sup> Conceito do Direito Civil que consiste em: aptidão genérica para titularizar direitos e contrair obrigações. Atributo necessário para ser sujeito de direitos.

localizava a instituição, à época, a única escola do Estado brasileiro destinada ao ensino dos surdos. Ao utilizarmos essa carta como fonte histórica, assim como as revistas produzidas pela comunidade surda, torna-se possível apreender as demandas, discursos e narrativas não oficiais sobre a educação das meninas com deficiência auditiva e, conseqüentemente, trazer à luz as suas histórias.

Assim, é possível também apreender as angústias e lutas desse grupo social. O pai que escreveu a carta aqui exposta inicia seu pedido com deferência e admitindo a importância do Instituto para a educação das crianças surdas, mas se preocupa com o futuro de sua filha que, por ter nascido menina, não tem garantido o acesso aos estudos escolares, ainda que possua as capacidades intelectuais para tal, segundo a carta informa. Como forma de convencimento da capacidade de sua filha, elenca qualidades e habilidades esperadas das mulheres, mas também enumera conhecimentos que são ofertados aos meninos no ambiente escolar, reforçando que, apesar de surda, ela é dotada de inteligência e conhecimento, faltando-lhe apenas a habilidade de ler e escrever. Contudo, por não haver aceitação das meninas no instituto, esse pai solicita não a matrícula de sua filha, mas orientação para que ela seja educada pela família – a educação possível para elas naquele período – com os métodos adequados a fim de que pudesse ter garantido seus direitos civis e sua autonomia.

Pode-se perceber que havia, nos pais das surdas, uma demanda para que tivessem acesso a um aprendizado para além das habilidades domésticas e para que pudessem ser consideradas aptas a viver sem seres tuteladas, proporcionando-lhes independência. Com isso, reforçava-se uma demanda social presente desde a inauguração do Instituto: a educação das meninas surdas.

Essa demanda de décadas por instrução cria corpo e ganha espaço com o governo de Getúlio Vargas, no bojo do fortalecimento da luta pela ampliação da educação feminina e por mudanças no conteúdo dos currículos destinados às mulheres para inseri-las no projeto nacional de reorganização do trabalho, da família, da saúde e da educação. No governo Vargas, havia o projeto da construção de uma brasilidade, ou seja, de uma identidade nacional, e a Educação foi compreendida como o instrumento de formação de uma nacionalidade que regulasse a diversidade brasileira fazendo com que a heterogeneidade interna de um país com proporções continentais, cuja formação populacional contou com diversos povos, culturas e línguas, se tornasse mais homogênea e menos fragmentada. Dentro dessa concepção de projeto nacional, considerava-se importante a inclusão das pessoas surdas no processo de construção da brasilidade e reforçando, nesse segmento social, a importância

da língua do país, ou seja, o português, evitando o uso da língua de sinais, que era considerada uma espécie de língua estrangeira.

As mulheres, então, passaram a ser preparadas para estar presentes nos centros urbanos, mas exercendo profissões e recebendo qualificações que não atingissem o cerne do papel de gênero definido para elas; as meninas surdas, por sua vez, não ficaram de fora desse projeto de governo.

Uma educação perfeita deve abranger as três faces: physica, moral e intelectual, preparando, tanto o homem como a mulher para vencer galhardamente na grande luta da vida moderna. E agora que mais se impõe a necessidade da colaboração feminina tanto em família como individualmente, no grande problema da subsistência própria, é oportuno insistir no valor da educação. Nem todas as mulheres receberam a educação desejada, mas todas podem, em maior ou menor amplitude, aperfeiçoar a que receberam [...]  
As mulheres formadas em direito – mais que qualquer outra classe – têm o imperioso dever e a grande responsabilidade de empregar todos os meios na defesa da causa feminina (GUEDES, 1932, p. 1).

Nesse trecho, tem-se a força do higienismo enquanto pensamento hegemônico nas características defendidas para a educação e uma marca da década de 1930 ao mencionar as mulheres como trabalhadoras para contribuir com a subsistência delas e da família. Ao mencionarem que a educação deve ser igual para homens e mulheres, a autora da referida revista insere-se no movimento de mulheres daquele período, cuja causa mais importante era a busca pelo direito de acesso a uma educação de igual qualidade à dos homens. A busca pela igualdade entre os sexos passava pelo direito à educação.

Essa educação que o movimento de mulheres defendia deveria desenvolver intelectualmente as meninas, permitindo que obtivessem as ferramentas disponíveis aos meninos para alcançar o pensamento racional e autônomo, assim como as qualificar para trabalhos que lhes ofertasse melhores salários. Defendia-se, também, uma educação que desenvolvesse as capacidades físicas das mulheres, uma vez que não seriam naturalmente mais fracas que os homens, somente não tinham o corpo fortalecido por exercícios porque o sistema de supremacia masculina construiu que deveriam ser frágeis e cultivar a beleza e as habilidades domésticas. A defesa de que as mulheres deveriam ter o direito de se desenvolver de forma plena, assim como os homens, já se fazia presente nas obras de pensadoras que vieram antes das feministas do século XX, como demonstra o trecho a seguir, escrito nos setecentos.

Os homens têm uma força física superior, mas não fossem as noções equivocadas de beleza, as mulheres adquiririam suficiência para ganhar seu próprio sustento, que é a verdadeira definição de independência [...]

Deixem-nos, então, atingir a perfeição física, permitindo que façamos os mesmos exercícios que os meninos não apenas durante a infância, mas também na juventude; assim, poderemos saber até onde vai a natural superioridade do homem (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 115).

Para o movimento de mulheres, era importante defender uma educação que fortalecesse o corpo da mulher não apenas pela influência higienista, mas, principalmente, para se contrapor à educação sexista de então, que preparava as mulheres prioritariamente para exercer o modelo burguês como donadecasa e mãe –algo que permaneceu apesar da ampliação da presença feminina nos centros urbanos. Quanto mais elas se faziam presentes nos espaços públicos, mais a sociedade pautada nos valores burgueses buscava exercer o controle sobre as mulheres. Uma forma de controle era a desvalorização do trabalho feminino e de suas capacidades intelectuais e políticas. Assim, a educação ofertada às meninas servia como formação da mulher criada pelo higienismo e pelo capitalismo industrial. Essa mulher deveria se realizar através dos filhos e do marido, e não através delas mesmas, por isso as carreiras disponíveis em maior escala às mulheres eram as dedicadas ao cuidado ou de menor prestígio social.

[...] até muito recentemente[,] os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinha instrução; e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas (RAGO, 2014p. 91).

A preocupação com a educação feminina e, por consequência, das meninas surdas foi também uma demanda do movimento feminista Aliança Nacional das Mulheres, surgido em 1931 após cisão na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (formado em 1922). Esse movimento era composto por um grupo heterogêneo de mulheres, abrangendo representantes desde as classes sociais mais abastadas até a classe trabalhadora. Impulsionado por um aumento da diversidade de funções exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho e pela expansão da demanda pelo acesso feminino a níveis mais altos e especializados de educação, uma das principais bandeiras desse movimento era a conquista da independência econômica, conforme consta no programa publicado no *Correio da Manhã* em novembro de 1931.

Programma da Alliança Nacional de Mulheres

O programma da “Alliança Nacional de Mulheres” está synthetizado da seguinte fôrma: - I) trabalhar pela elevação intelectual, independência econômica e segurança moral da mulher; II) zelar-lhe os interesses collectivos: a) amparando-a no trabalho, em todos os ramos de atividade; b) pleiteando seus direitos e aspirações legítimas; c)prestando-lhe assistência moral e judiciaria; d)manifestando e defendendo, oportunamente, idéas e medidas, referentes a cada ramo de trabalho e que visem dar á mulher, maior segurança econômica e independência moral; e) encaminhando para o trabalho as mulheres que dele careçam; III) pleitear medidas tendentes a beneficiar

as mães e a infância; IV) assegurar á mulher o uso e o gozo dos direitos civis e políticos, que lhe são inherentes; V) trabalhar pela estabilidade da família [...]. Conta já a “Alliança Nacional de Mulheres” com o número de 160 associadas [...]. Entre ellas encontram-se médicas, advogadas, engenheiras, professoras, funcionarias públicas, empregadas do comércio, dactylographas, telefonistas, modistas, enfermeiras operárias, domesticas, enfim representantes de todos os ramos de trabalho [...] (CORREIO DA MANHÃ, 1931b, p. 1).

No bojo desse processo histórico, as mulheres tomavam consciência de si enquanto grupo afetado por uma exclusão erigida pelo poder masculino. Através de suas lutas, antagonizavam o grupo dos homens, compreendiam o lugar social em que eram colocadas, fortaleciam-se e organizavam-se por direitos e por igualdade.

[...] as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada de certas formas (crucialmente, mas não exclusivamente, nas relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, eles começam a lutar por essas questões e, no processo de luta, eles se descobrem como uma classe e passam a conhecer essa descoberta como consciência de classe [...] (THOMPSON, 1978, p. 149)

Portanto, ao compreenderem como importante o mundo do trabalho e tomarem consciência desse sistema patriarcal, também viam importância em preparar as mulheres para exercerem as carreiras profissionais e serem autônomas e independentes, assim como em desenvolvê-las intelectualmente. Por isso, uma das principais lutas desse movimento era o direito da mulher à instrução. Portanto, esse movimento exercia pressão para que as meninas retornassem a ser educadas no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, uma vez que permaneciam à margem dos avanços referentes à escolarização feminina. A luta pelo direito das meninas com surdez está registrada em alguns trechos de periódicos da época, conforme trecho a seguir.

Alliança Nacional de Mulheres  
A ultima reunião mensal dessa associação em 1931 [...]  
Em seguida leu a presidente a resposta da secretaria do Catete ao apelo dirigido ao chefe de governo, sobre a criação de uma secção feminina no Instituto para Surdos-Mudos e que encontrou a melhor acolhida, de parte do sr. Getulio Vargas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931, p. 2).

Tendo em vista que a demanda pelo retorno dessas meninas ao Instituto já durava algumas décadas, é interessante perceber a abertura política oferecida pelo presidente Getúlio Vargas ao movimento feminista para que a educação especializada para pessoas surdas alcançassem ambos os sexos, como exposto no jornal. No entanto, um ano depois dessa notícia, essas meninas ainda aguardavam pelo direito de estudar naquela instituição.

Communicou em seguida a presidente dra. Natercia Silveira, que a Alliança dirigiu um apelo ao chefe do governo provisório, para a criação de uma secção feminina no

Instituto para Surdos-Mudos existente nesta capital, que só abriga creanças do sexo masculino.

Convidado gentilmente pelo diretor daquele estabelecimento, Dr. Armando Paiva de Lacerda, teve a Directoria da Alliança oportunidade de visitar aquelle Instituto, onde verificou os grandes melhoramentos introduzidos por seu actual diretor, que também se vem interessado pela sorte das meninas surdas-mudas (CORREIO DA MANHÃ, 1932, p. 1).

Esse direito de acessarem a educação formal provida pelo Estado brasileiro foi finalmente conquistada no ano de 1932, em regime de externato, na gestão do Dr. Armando Lacerda, escolhido diretor do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos pelo presidente Vargas no ano de 1930, ainda no governo provisório. “A princípio, o Dr. Custódio relutou e, passar-lhe o cargo, depois se rendendo às evidências declarou: Hoje não valho mais nada: sou um vencido, um traste inútil que o governo pôs de lado” (ROCHA, 2008, p. 64).

Esse diretor, que, conforme explicitado, recebeu o movimento de mulheres, publicou, em 1934, o documento *Pedagogia Emendativa* (programa pedagógico da Educação de Surdos em que constavam as ementas das disciplinas e oficinas ofertadas no Instituto), em que reconfigurou o ensino ofertado aos surdos e registrou o retorno das meninas surdas ao espaço institucional, colocando em prática a seção feminina que possibilitou o acesso delas ao ensino formal depois de quase 50 anos de exclusão. No entanto, esse retorno, apesar de ser uma importante conquista da comunidade surda e do movimento feminista, demonstra uma permanência das práticas discricionárias de gênero na metodologia de ensino ao perpetuar, no ensino profissionalizante, atividades distintas para meninos e meninas. O quadro sinóptico do plano de ensino constante na *Pedagogia Emendativa* prevê que, na seção masculina, seriam ensinadas as profissões de encadernação, douração, marcenaria, entalho, sapataria e seleiro. Já na seção feminina, era ensinado o bordado e a costura. Assim, foi reforçada a formação feminina para as habilidades do espaço doméstico.

Contudo, a profissionalização dos surdos de ambos os sexos foi realizada, no governo Vargas, como forma de incluí-los no projeto de nação e de torná-los úteis através dos trabalhos realizados nas oficinas existentes no Instituto, onde os próprios alunos adquiriam renda, ou seja, autonomia financeira, e contribuíam também para a Tesouraria Geral do Ministério, conforme consta no relatório do diretor ao Ministro Gustavo Capanema, em 1937:

Foi grande o aproveitamento em todas as secções profissionais, cujas atividades, porém, não se limitavam ao ensino dos respectivos officios aos alunos aprendizes, contribuindo, por outro lado, para a produção de resultou a renda industrial que foi recolhida á Tesouraria Geral do Ministério (LACERDA, 1937, p. 16).

Com relação à situação das meninas, frequentavam o externato da seção feminina 18 alunas, e o ensino de linguagem passou a ser o mesmo ofertado aos meninos no ano de 1936,

quando o professor Saul Borges, um defensor da escolarização feminina, assumiu a orientação do ensino dessa disciplina. Os trabalhos profissionais delas, no entanto, não contribuíam para a renda do Tesouro Geral, mas ampliavam o prestígio do instituto como um espaço de ensino de pessoas surdas, agora novamente de ambos os sexos.

Dessa forma, conforme mencionado anteriormente, o governo Vargas foi propício a avanços na educação dos surdos e ao atendimento da demanda social pelo retorno das meninas ao Instituto, pois a educação das pessoas surdas estava inserida na visão do Estado acerca da Educação como um todo, que seria a preparação para a modernidade da nação e a construção de uma identidade nacional. A importância dada ao ensino da linguagem vem ao encontro dessa construção nacional, pois, ao incluir os surdos na língua utilizada pelos demais brasileiros – mesmo que nem todos fossem oralizados, leriam e escreveriam em português do Brasil –, eles também eram incluídos no projeto de nação projetado pelo Governo Vargas. Portanto, ao retornar com o acesso das meninas ao Instituto, elas também passaram a fazer parte da construção desse Brasil que rumava ao progresso e à brasilidade.

Ao longo deste capítulo, foi inserida a história das meninas surdas na história das mulheres, compreendendo de que forma os pensamentos hegemônicos do patriarcado, do higienismo e da eugenia impactaram as suas vidas e apagaram as suas histórias. Buscou-se compreender as razões pelas quais o Estado brasileiro excluiu por quase cinco décadas um grupo social já marcado pelo estigma da surdez, mas que veria o direito à educação suspenso por terem nascido mulher.

Dessa forma, procurou-se compreender também a relação do sistema de poder masculino com o capitalismo e de que forma o controle dos corpos femininos, o silenciamento do agir das mulheres no mundo e a defesa do controle de natalidade diante de mulheres deficientes serviu ao lucro e à construção de um Brasil cujo progresso significava uma sociedade higienizada, onde aqueles e aquelas compreendidos como “anormais” ou desviantes não cabiam na nação que surgia com o capitalismo industrial e fim da escravidão. No entanto, ao se optar por analisar não apenas documentos oficiais, mas também periódicos e cartas, foi possível reconstruir e compreender o processo histórico das mulheres e também de homens próximos às meninas surdas que não aceitaram passivamente a decisão tomada pelo diretor Tobias Leite de que a essas meninas bastava o espaço do lar.

A comunidade surda e o movimento de mulheres lutaram pela educação dessas meninas ao longo de algumas décadas até ser possível a conquista pelo direito à instrução no momento em que o Estado buscava a unificação do país – ainda sob a égide do higienismo –,

tendo feito da brasilidade surda uma estratégia de retirar da situação de “estrangeiros” os surdos e as surdas do país.

Portanto, este capítulo possibilitou trazer à luz as meninas surdas e as mulheres como sujeitas de suas histórias, como agentes de suas próprias vidas e de suas lutas enquanto um grupo social que, há quase 4 mil anos, tem seu cotidiano, suas vivências e suas experiências afetadas por um sistema político que determina a superioridade dos homens sobre as mulheres e que desenvolveu estratégias para a manutenção do poder masculino ao longo de milênios. Parte dessa estratégia foi a aliança entre a ideologia do patriarcado, o capitalismo, o higienismo e a eugenia. Contudo, também as mulheres, há milênios, agem desenvolvendo estratégias e ações políticas para que se libertem através do processo de construção de uma sociedade em que homens e mulheres sejam iguais. As mulheres são, portanto, construtoras da história dos povos ao redor do mundo e protagonistas de suas próprias histórias.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender os processos históricos com suas disputas políticas e intelectuais em que se inseriu a exclusão das meninas surdas do espaço formal de educação ofertado pelo Estado brasileiro através do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, que teve sua característica de educação para ambos os sexos modificada para a educação exclusiva de meninos por quase 50 anos. Assim, realizou-se um percurso em que, para compreender o pensamento higienista e eugenista que influenciou a Educação de Surdos no período histórico delimitado por esta pesquisa, primeiro buscou-se analisar o conceito de raça e o processo histórico da construção da hegemonia da supremacia branca e masculina através do trabalho exercido pelos intelectuais orgânicos que criaram a biologização da vida ao sustentar teorias que erigiram e justificaram os projetos de poder econômicos e políticos.

Os intelectuais do racismo, do higienismo e da eugenia que foram abordados nesta pesquisa desenvolveram e construíram saberes e discursos científicos utilizados como instrumentos de dominação. Esses intelectuais fizeram uso de estratégias de difusão dessas ideias na sociedade para que fosse possível fazer de seus pensamentos algo hegemônico, ou seja, que se obtivesse a aceitação da higienização e da disciplinarização social para se alcançar o progresso, e um futuro moderno e civilizado através do consenso ou, em caso de necessidade, através da coerção.

Contudo, foi demonstrado, nesta dissertação, que, para que se obtivesse o sucesso dessa ideologia higienizadora, foi preciso fazer uso do poder da ciência e do poder médico e implementar a metrificação de seres humanos, dividindo a humanidade entre “normais” e “anormais”, entre “desejáveis” e “indesejáveis”, entre “raça superior” e “degenerados”. Como importante método definidor, a herança genética tornou-se, então, uma preocupação desses intelectuais, uma vez que o controle da hereditariedade garantia o melhoramento da raça.

Foi também demonstrado que os intelectuais de diversos países dialogavam entre si e que, no Brasil, a classe dominante, assim como seus pensadores, se inseriu no contexto internacional do higienismo e do racismo científico para a construção de uma nação moderna, industrial e capitalista. Almejava-se a construção de uma nova identidade para o país e um novo projeto de nação, na qual não cabia toda a população. Era preciso construir um povo à altura, que fosse forte, produtivo e branco.

Assim, ao historicizar o conceito de raça e analisar os intelectuais do racismo, higienismo e eugenia como intelectuais orgânicos que participaram ativamente da construção política de uma sociedade higienizada e disciplinada, demonstramos de que forma eram entendidos os corpos daqueles classificados como “deficientes” e como a invenção da ideia de raça influenciou a concepção acerca das pessoas surdas através da defesa da ciência daquele período de que havia o risco da criação de uma variante surda da raça humana.

Também foi analisada a inserção do Brasil no movimento político, intelectual e econômico da criação de uma raça superior e da preparação da classe trabalhadora e das mulheres para o capitalismo industrial e para o modelo burguês de sociedade. Foi, portanto, através do pensamento intelectual higienista e eugenista e de suas trocas com intelectuais de diversos países, elaborando e reelaborando suas ideias, que se criou a hegemonia das ideias de uma nova classe dominante que surgia no país. Assim, negros, mestiços, trabalhadores, doentes, deficientes e mulheres tornaram-se o tema central do poder médico, que foi o responsável por tornar real essa ideologia.

Ao longo deste trabalho, observou-se o processo de construção do controle dos corpos tidos como indesejáveis pela classe dominante e os meios pelos quais se criou uma hegemonia para que se obtivesse um Brasil higienizado e eugênico, assim como a influência desses intelectuais para que suas ideias se transformassem em políticas de Estado. Esse caminho foi percorrido por se compreender que a educação feminina e a exclusão das meninas surdas do espaço formal de educação – tema principal desta pesquisa – foram diretamente impactadas pelo pensamento hegemônico daquele período, tendo sido a Educação um instrumento da difusão e construção da sociedade projetada pela classe dominante.

Nesse sentido, foi inserida a história das meninas surdas na história das mulheres, compreendendo que o higienismo e a eugenia traziam consigo uma ideologia mais antiga: o patriarcado. Essas ideias entrelaçadas, no caso das mulheres surdas, colocaram sobre seus úteros o infortúnio da geração de “degenerados”, e, por isso, as mulheres com deficiência auditiva deveriam ter seus corpos controlados para que fossem impedidas de se casarem com outros surdos e para que, caso cassassem, não gerassem filhos.

Portanto, analisou-se a relação do sistema do poder masculino com o capitalismo e de que forma a vigilância dos corpos femininos – tendo como um de seus impactos o controle de natalidade voltado para mulheres deficientes – serviu ao lucro e à construção de um Brasil onde aqueles sujeitos compreendidos como “anormais” ou desviantes não cabiam, uma vez que se almejava o progresso.

Contudo, cabe destacar que se optou por um conjunto de fontes heterogêneo em que foram analisados documentos oficiais, mas também periódicos e cartas de familiares de meninas surdas. Essa escolha foi feita para tornar possível compreender o que os intelectuais e o Estado almejavam e de que forma essa ideologia era recebida e/ou contestada pelos grupos sociais afetados. Dessa forma, foi possível compreender o processo histórico das mulheres e também de homens próximos às meninas surdas que lutaram pela educação delas reconstruindo um passado onde a classe trabalhadora e as mulheres foram agentes da história, e não uma massa passiva.

Em suma, esta pesquisa buscou reconstruir as mulheres e as mulheres surdas como sujeitas de suas histórias e de suas lutas. Portanto, apesar das estratégias de cooptação feminina para o sistema hegemônico do poder patriarcal e da coerção acerca daquelas que insurgiam, a história das mulheres é uma história daquelas que agem no mundo, que pensam e criam estratégias e ações políticas para conquista de direitos e para a construção de uma sociedade de iguais. As mulheres são, então, sujeitas dos processos históricos.

## REFERÊNCIAS

ACCACIO, L. O. Os anos 1920 e os novos caminhos da educação. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.19, p. 111-116, set. 2005. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4827/art08\\_19.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4827/art08_19.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ALIANÇA Nacional de Mulheres. In: FGV CPDOC (verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-de-mulheres>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo*. v. 2. Rio de Janeiro. Ed. Documentário, 1976.

ASSIS, M. de. *Obra Completa*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

AZEVEDO, A. *O Mulato*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, v. 27, julho-dezembro de 2006, p. 213-254.

BACELLAR, A. O. *A surdo mudez no Brasil (cadeira de hygiene)*. Tese (Doutorado em Medicina)- Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo, 1926.

BANTON, M. *A ideia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELL, A. G. Memoir up on the formation of deaf variety of the human race. *National Academy of Science*. 1883. Disponível em: <[https://archive.org/stream/cihm\\_08831?ref=ol](https://archive.org/stream/cihm_08831?ref=ol)>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BIZZO, N. A teoria genética de Charles Darwin e sua oposição ao mendelismo. *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, 2008, p. 317-333.

BLOCH, M.L. B. *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLETIM da Eugenia. v. 1, n. 2, 1929.

\_\_\_\_\_. v. 1, n. 3, 1929.

BRASIL. Constituição Federal (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850. *Concede ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de duzentos contos para se exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão a melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Império.* Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 299 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.198, de 12 de Dezembro de 1911. *Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.*

\_\_\_\_\_. Decreto 16.782, de 13 de janeiro de 1925. *Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias.* Rio de Janeiro, 1925. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm#:~:text=D16782%2DAimpressao&text=DECRETO%20N%C2%BA%2016.782%2DA%2C%20DE%2013%20DE%20JANEIRO%20DE%201925.&text=Estabelece%20o%20concurso%20da%20Uni%C3%A3o,superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm#:~:text=D16782%2DAimpressao&text=DECRETO%20N%C2%BA%2016.782%2DA%2C%20DE%2013%20DE%20JANEIRO%20DE%201925.&text=Estabelece%20o%20concurso%20da%20Uni%C3%A3o,superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei de 15 de outubro de 1827. *Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.* Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. *Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1854. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império.* Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro, DF: 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BUXTON, D. *Fala e leitura labial para surdos.* Tradução contida em Atas Congresso de Milão – 1880. [S.l.]: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011. (Série Histórica, v. 2).

C.C., *Boletim da Eugenia.* v. 1, n. 2, 1929.

CORREIO DA MANHÃ. 1º de janeiro de 1932

CORREIO DA MANHÃ. 2 de dezembro de 1931a

CORREIO DA MANHÃ. 20 de novembro de 1931b.

DARWIN, C. *El origen de lhombre: laselección natural y la sexual.* [S.l.]: Trilla y Serra, 1880.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1º de dezembro de 1931.

FARIA, F. O neolamarckismo de Edward Drinker Cope e a ideia de progresso biológico no processo evolutivo. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out-dez. 2017, p. 1009-1029.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo. Editora Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FERES JR., J.; JASMIN, M. G. (Orgs.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

FERREIRA, L. O. *Uma Interpretação Higienista do Brasil: Medicina e Pensamento Social no Império*.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1977.

FREYRE. G. *Casa Grande e Senzala*. Recife: Editora Global, 2003.

GALTON, F. *Probability, the foundation of eugenics*. The Herbert Spencer Lecture. Junho de 1907.

\_\_\_\_\_. *Hereditary Genius*. 1869.

GÓES, W. L. *Racismo e Eugenia no Pensamento Conservador Brasileiro*. A Proposta de Povo em Renato Kehl. São Paulo: Ed. LiverArs, 2018.

GÓIS JR., E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, set. 2003, p. 41-54.

GOVAERTS. *Boletim da Eugenia*. v. 1, n. 1, 1929.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUEDES, L. O valor da educação. *Brasil Feminino*, n. 7, nov. 1932, p. 1-2.

HEIDSIECK, J. Trabalho enviado ao Congresso Internacional Para O Estudo Das Questões De Educação E De Assistência De Surdos-Mudos. *Relatório dos Trabalhos do Congresso Internacional Para O Estudo Das Questões De Educação E De Assistência De Surdos-Mudos*. 1900.

HULL, S. E. Minha experiência com vários métodos educacionais para crianças surdas de nascença. Tradução contida em Atas Congresso de Milão – 1880. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011. (Série Histórica, v. 2).

JORNAL A IMPRENSA, [Rio de Janeiro], edição 38, 15 de maio de 1861. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=035156&Pesq=craniologia&pagfis=1612>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: 1875-1879. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

KEHL, R. *Boletim da Eugenia*. v. 1, n. 1, 1929.

\_\_\_\_\_. *Boletim da Eugenia*. v. 1, n. 12, 1929.

\_\_\_\_\_. *Boletim da Eugenia*. v. 1, n. 29, 1931.

\_\_\_\_\_. *Tipos Vulgares*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

KOSELLECK, R. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: \_\_\_\_\_. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p. 97-109.

LACERDA, A. *Actividade e Documentos Estatísticos do Instituto Nacional de Surdos-Mudos*. Fevereiro de 1937. [Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Surdos-Mudos]. Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e Cia, 1934.

LACERDA, J. B. The metis, or half-breeds, of Brazil. In: SPILLER, Gustav (Org.). *Paperson inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911, p. 377-383.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Congresso Universal das Raças*. Junho de 1912.

LEITE, T. 26ª Questão. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro:] Typographia Nacional, 1884.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: a história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrick, 2019.

MACHADO, G. C. A. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1844. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MEISSONIER. Trabalho enviado ao Congresso Internacional Para O Estudo Das Questões De Educação E De Assistência De Surdos-Mudos. *Relatório dos Trabalhos do Congresso Internacional Para O Estudo Das Questões De Educação E De Assistência De Surdos-Mudos*. 1900.

MENDONÇA, C. J. *Memoria e projeto da derrubada e arazamento do Morro do Castelo, e plano para aplanar, arruar, edificar e povoar*. 1839 (manuscrito).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Primeiro Ingresso Nacional de Educação*. 1946. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001590.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, A. Discurso na posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina. *Atas da posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina*. 1933.

O RADICAL. 13 de fevereiro de 1933.

PALONEN, K. Tempos da política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual. In: FERES JR, J.; JASMIN, M. (Org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Loyola, 2007, p. 31-43.

PARANHOS, M. L. R.; CARDOSO, L.R.; PARANHOS, M. C. R. Estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo. *Conferência Internacional de Estudos Queer*, abr. 2018.

PARANHOS, M. L. R.; PARANHOS, M. C. R. Estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo. *Boletim Historiar*, n. 22, jan./mar. 2018, p. 3-12.

PERROT, M. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PESSÔA, R. G.S. O pensamento social brasileiro e o latifúndio: um debate sobre a propriedade da terra e a questão agrária nos anos de 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. In: *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, ano III, n. 2, abr/maio/jun. 2006.

POCOCK, J. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o *paper* de Melvin Richter. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p. 83-96.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLIAKOV, L. *O Mito ariano*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RECASENS, S. *Boletim da Eugenia*. v.1, n. 4, 1929.

RELATÓRIO dos trabalhos do Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos, 1900. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2013. (Série Histórica).

REVISTA EPHPHTHA, Rio de Janeiro, abr.-maio de 1915. Acervo INES.

RIZZINI, I.; SOUZA, M. Z. M. Uma “casa de Educação”: O “Ensino Integral” no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2009.

ROCHA, S. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. *X ANPED SUL*, Florianópolis, 2014.

ROCHA, S. M. *Instituto Nacional de Educação de Surdos: Uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2018.

\_\_\_\_\_. *O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

ROUSSEAU, JJ. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1775.

SANT'ANNA, S. B.; MIZUTA, C. M. M. *A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889*. Disponível em:

<<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, A. V.; MUELLER, H. I. Nacionalismo e Cultura Escolar no Governo Vargas. Faces da Construção da Brasilidade. *Cadernos de História da Educação*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2009.

SCHNEIDER, E. M.; MEGLHIORATTI, F. A. *A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930*. 2012. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/963/59>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, M.D. P.; SOUZA, R. M. A Formação de uma variedade surda da raça humana: o olhar eugênico de Alexandre Graham Bell sobre a pessoa surda. *Revista digital de políticas linguísticas*, v. 8, ano VIII, novembro de 2016.

SKINNER, Q. *Machiavelli: a very short introduction*. [Oxford:] Oxford University Press, 2019.

SOUZA, V. S. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *Historia, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, jul-set 2009, p. 763-777.

\_\_\_\_\_. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista eletrônica História em reflexão*. Dourados, v.6, n. 11, jan-jun 2012, p. 1-23.

\_\_\_\_\_. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. *Revista de História Regional*, inverno 2006, p. 29-70.

\_\_\_\_\_.; SANTOS, R. V. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012, p. 745-760.

STANCIK, M. A. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na primeira república. *UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, jun. 2005, p. 45-62.

TARRA, G. *Atas do Congresso de Milão*. 1880.

THOMPSON, E.P. Eighteenth-century English society: Class struggle without class? *Social History*, v. 3, n. 2, 1978, p. 133-165. DOI: 10.1080/03071027808567424

TRAD.E.R. A surdez familiar e o casamento de surdos. *Boletim da Eugenia*. v.3, n. 31, 1931.

VERZOLLA, B. L. P.; MOTTA, A. Representações do discurso médico-eugênico sobre a descendência: a eugenia mendelista nas teses de doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo na década de 1920. *Saude soc.* São Paulo, v.26, n.3, July/Sept. 2017.

VIEIRA, M. 26ª Questão. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro:] Typographia Nacional, 1884.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2016.

WITCHES, P. H. *A Educação de Surdos no Estado Novo: práticas que constroem uma brasilidade surda*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, 2014.